



**Elaine da Costa Feitosa Pinto**

**Famílias com histórico de violência  
intrafamiliar praticada contra crianças e  
adolescentes: um estudo no CREAS de  
Mesquita, RJ**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro  
Julho de 2012



**Elaine da Costa Feitosa Pinto**

**Famílias com histórico de violência  
intrafamiliar praticada contra crianças e  
adolescentes: um estudo no CREAS de  
Mesquita, RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Rosana Morgado**

UFRJ

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Elaine da Costa Feitosa Pinto**

Graduou-se em Serviço Social em 2000, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Especializou-se em Serviço Social e Oncologia no Instituto Nacional de Câncer – Ministério da Saúde no ano de 2001. Atualmente exerce a profissão no Pronto Socorro Municipal de Macaé e no Núcleo de Atendimento à Mulher e à Criança de Macaé – Prefeitura Municipal de Macaé.

#### Ficha Catalográfica

Pinto, Elaine da Costa Feitosa

Famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes : um estudo no CREAS de Mesquita / Elaine da Costa Feitosa Pinto ; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2012.

125 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Violência intrafamiliar. 3. Famílias. 4. Crianças e adolescentes. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

A Anna Clara, minha filha querida e prova real da possibilidade de uma educação baseada nos direitos da criança e do adolescente.

Ao Clayton, marido, companheiro e amigo de longa jornada que sempre acreditou e apoiou minhas decisões.

Aos meus pais, Ilca e Wesley, que me ensinaram a ser quem sou e sempre me apoiaram nas escolhas da vida.

À Cassia Valéria Marques Furtado (In Memoriam), Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Mesquita pela dedicação na efetivação da política pública de assistência social no município de Mesquita.

## Agradecimentos

Ao professor Antonio Carlos de Oliveira, pelo carinho, pela paciência e pela imensa dedicação ao orientar este trabalho, sempre fazendo uma interlocução da vivência acadêmica com a vivência profissional cotidiana.

À professora Ilda Lopes Rodrigues da Silva, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora e ter contribuído no exame de qualificação deste estudo.

À professora Rosana Morgado Paiva (UFRJ), pelas contribuições no exame de qualificação do presente estudo bem como por ter aceitado participar da banca examinadora.

Aos professores do mestrado que contribuíram nas construções intelectuais até o momento: Ines Stampa, Ilda Lopes, Irene Rizzini, Andrea Clapp, Sueli Bulhões, Anna Quiroga, Lenaura Lobato (UFF – Niterói).

Aos colegas da turma de mestrado, pelo companheirismo durante todo curso e pelo apoio nos momentos em que mais precisei.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Mesquita, em destaque, à Secretária Marcia Brandão, pelo apoio e parceria na elaboração deste estudo.

À equipe do CREAS de Mesquita, grande responsável pelo início desta jornada intelectual. Agradeço a todos pelo estímulo, pelo apoio no momento da pesquisa de campo e pelas trocas profissionais, mesmo quando eu já não atuava na instituição.

Aos estagiários e ex-estagiários Maria Almerinda (Linda), Marcela, Cyndi, Jussara, Cyntia e Igor, que durante o mestrado foram os grandes incentivadores das construções teóricas e práticas e também os grandes estimuladores do meu retorno ao campo acadêmico.

Aos colegas de jornada profissional Angélica Muniz, Cristiane Cândida, Silvia Paiva, Úrsula Santana, Juliana Alcântara e Benizia Pessanha, pelo apoio.

Aos colegas do Pronto Socorro Municipal de Macaé e do Núcleo de Atendimento à Mulher e à Criança – NUAMC Barra de Macaé, em especial, a Dayse Calazans.

À Coordenação de Serviço Social de Macaé, na pessoa da Coordenadora e Assistente Social Maria do Rosário Pimentel, pelo apoio durante todo curso.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, por tornar viável a realização desta pesquisa.

A todos que de certa forma fizeram parte desta história e contribuíram para a realização deste trabalho.

## Resumo

Pinto, Elaine da Costa Feitosa; Oliveira, Antonio Carlos. **Famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes: um estudo no CREAS de Mesquita**. Rio de Janeiro, 2012. 125 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo conhecer as famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Mesquita/RJ, em termos de sua composição, suas relações e vínculos e sua dinâmica interna. Para tal, realizamos uma pesquisa quantiquantitativa, através da análise de 55 prontuários de casos de famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes acompanhados pelo CREAS de Mesquita, no período compreendido entre maio de 2009 e junho de 2011. As conclusões apontam para a necessidade de uma nova visão e compreensão das famílias na atualidade, considerando seus múltiplos arranjos, recursos e redes de relações, nos processos que visam à proteção e à responsabilização em casos de violência intrafamiliar.

## Palavras-Chaves

Violência intrafamiliar; famílias; crianças e adolescentes.

## Abstract

Pinto, Elaine da Costa Feitosa; Oliveira, Antonio Carlos (Advisor). **Families with history of intrafamilial violence against children and adolescents: a study in the CREAS of Mesquita.** Rio de Janeiro, 2012. 125 p. Dissertation for master's degree – Department of Social Service, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC - Rio).

The present study aims to know the families with history of intrafamilial violence practiced against children and adolescents accompanied by the Social Assistance Specialized Reference Center (CREAS) from the city of Mesquita/RJ, in terms of their composition, their relations and bonds and their internal dynamics. For this, a quanti-qualitative research has been made, through the analysis of 55 medical records from cases of families with history of intrafamilial violence practiced against children and adolescents accompanied by the CREAS of Mesquita, in the period between May 2009 and June 2011. Conclusions indicate the need of a new vision and understanding of families nowadays, considering its multiple arrangements, resources and relationships' networks, in the processes aimed at protecting and indicate responsibility in cases of intrafamilial violence.

## Keywords

Intrafamilial violence; families; children and adolescents.



## Sumário

Introdução	13
1. Violência Intrafamiliar	21
1.1. Conceitos e realidades	21
1.2. Violência Intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma realidade histórica	27
1.3. Tipologia da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	32
2. Família: lugar de cuidado e conflito	39
2.1. Mudanças no campo familiar	44
2.2. Dinâmicas e relações na família atual	49
2.3. Famílias, violência e relações de poder	52
2.4. Serviço Social e os desafios na contemporaneidade	55
2.4.1. As mudanças familiares e atuação profissional	57
2.5. Cuidados familiares: redes de apoio e proteção social	59
2.5.1 Estado protetor: até quando?	60
3. Conhecendo as famílias com histórico de violência Intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes no município de Mesquita	65
3.1. Baixada Fluminense e Mesquita: realidades do passado que se refletem no cotidiano da população	66
3.1.1. Organização do campo da Assistência Social em Mesquita	70
3.2. Perfil social das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	73
3.2.1. Aproximação e caracterização do campo de pesquisa	74
3.2.2. Composição das famílias	75
3.2.2.1. Caracterização das famílias: conhecendo a realidade social	75

3.2.2.2. Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar: a mulher no contexto familiar	89
3.2.3. Novas relações familiares e os vínculos estabelecidos	92
3.2.3.1. Vínculos intrafamiliares: relações diárias	93
3.2.3.2. Vínculos extrafamiliares das crianças e adolescentes	96
3.2.4. Dinâmica familiar: a visualização da família no seu cotidiano	99
3.2.4.1. Chefia familiar: símbolo de poder e autoridade	99
3.2.4.2. Cuidados infantis e domésticos: o papel do homem e da mulher	101
3.2.4.3. Participação familiar nos serviços de prestação especial – CREAS	103
4. Referências Bibliográficas	106
5. Anexos	114

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por idade das crianças vítimas de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS – Mesquita (N=55)	76
Gráfico 2 - Distribuição por tipo de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes (N=55)	78
Gráfico 3 - Distribuição dos tipos familiares das famílias com história de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes (N=55)	79
Gráfico 4 - Distribuição por renda econômica das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)	82
Gráfico 5 - Distribuição quanto a situação ocupacional dos integrantes adultos das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)	83
Gráfico 6 - Distribuição conforme escolaridade das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)	85
Gráfico 7 - Distribuição dos integrantes das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes antes da violência (N=55)	86
Gráfico 8 - Distribuição dos integrantes das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes após violência (N=55)	87
Gráfico 9 - Distribuição por sexo das crianças vítimas de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS – Mesquita (N=55)	90
Gráfico 10 - Distribuição da família patriarcal após situação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)	91

A dor maior não é a que grita alto. A dor maior é a que nem grita mais.  
(Clarice Lispector)

## Introdução

O interesse pela temática *violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes* advém de nossa trajetória profissional como assistente social inserida na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho da Prefeitura de Mesquita, em específico, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>1</sup>.

Nesse sentido, atuando diretamente com as famílias das crianças e adolescentes acompanhadas pelo centro de referência, foi possível observar a ausência de trabalhos que nos auxiliassem a entender as questões vivenciadas por essas famílias, suas realidades, suas estratégias de sobrevivência, suas convivências, seus entendimentos e as mudanças ocorridas com elas após o episódio de violência. Desde então, tornou-se uma lacuna o entendimento dessas famílias a partir de um olhar que estivesse baseado nas complexas relações, nos conflitos existentes e na convivência diária com a violência.

O Serviço Social realizava a acolhida dessas famílias, buscando, a partir de um primeiro atendimento, fazer a escuta dos fatos relacionados à criança vítima da violência. Após esse momento, procurava-se orientá-las quanto à importância do atendimento referenciado no órgão, no sentido de proteger a criança e o adolescente, principalmente no que tange ao rompimento da continuidade da violência praticada. As questões relacionadas aos direitos sociais e possíveis encaminhamentos eram trabalhadas nesse momento.

Iamamoto (2006) contribui com a questão que envolve o Serviço Social ao afirmar que “os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo a população sobre os direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.” (p. 276). Já Minayo (1999) propõe que a violência é consequência da questão social, e que suas manifestações em todos os lugares estão intimamente ligadas a fatores estruturais dentro das áreas sociais, políticas e econômicas:

---

<sup>1</sup> O CREAS, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é uma unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos (Brasil, 2004; 2005).

Os autores esclarecem que este conceito pode ser compreendido, no campo das relações pessoais e institucionais, como um limitante dos direitos, de um lado, ou como um grito de expressão dos oprimidos, no outro lado da moeda. Na dinâmica complexa entre as formas de dominação e a busca de superá-las, estão as expressões concretas de realização e de negação da cidadania. Portanto, as violências também se expressam através da negação do direito do outro a ser diferente, o que significa o não reconhecimento da diversidade na vida social. Ao rejeitar a pluralidade, nega-se a possibilidade do diálogo e abre-se caminho para a opressão dos sujeitos e a recusa de seu reconhecimento. (1999, p. 14)

As últimas décadas do século XX trazem fortes destaques em relação às violações aos direitos humanos. As múltiplas formas de agressão, dentre as quais se destacam as de gênero e de etnia, apresentam-se cada vez mais acentuadas. Em relação a isso, Adorno afirma que:

(...) as múltiplas formas de violência implícitas nas relações, condições e processos de trabalho... atravessam todas as categorias de trabalhadores, em maior ou menor grau, e se espelham nos mais diferentes aspectos da vida no campo. Está presente nas relações de gênero, na compra e na venda da força de trabalho, nas arbitrariedades impostas aos diferentes regimes de trabalho no tocante a extensão da jornada e os níveis salariais... nas coações perpetradas contra famílias e contra trabalhadores "mirins"... Enfim nas violações que dizem respeito aos direitos do trabalho e do trabalhador. (1995, p. 315)

A violência atinge principalmente mulheres e crianças, e ocorre acentuadamente nos espaços familiares, que, contraditoriamente, deveriam ser espaços de acolhida, apoio e convivência. Paralelo a essa questão, percebemos também o crescimento dos casos de famílias encaminhadas ao CREAS com indicação de situações de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes.

Contudo, é a partir da década de 1980 que podemos evidenciar a violência como tema de preocupação na agenda de Saúde Pública (Deslandes, 1994), instigando governos e profissionais de várias áreas a se preocuparem com a prevenção dos agravos à saúde a ela relacionados. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) analisa que "(...) a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de sequelas físicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países (...)" (Minayo, 2005, p.61).

Pelo fato de a violência ter um caráter controverso e provocador de polêmicas, ela precisa ser vista como um fenômeno complexo, com implicações políticas e econômicas, além de raízes culturais e sociais profundas. As relações

de poder instituídas, e historicamente constituídas, também precisam ser vinculadas às questões que perpassam a temática da violência, bem como as questões de gênero, de classe e de grupos étnico-raciais que mascaram as desigualdades presentes no cotidiano, as quais, muitas vezes, não são tão percebidas.

As formas de violência constituídas, pelo fato de serem negadas ou escamoteadas, naturalizam-se e protegem-se nos espaços de silêncio, omissão e segredos, dificultando sua percepção concreta de acordo com a magnitude que lhe caracteriza.

Minayo e Souza (1999) acrescentam que as questões relacionadas à negação da violência têm produzido prejuízos à saúde física e psíquica, quando não se desdobram em fatalidades:

A violência é um problema da sociedade, que desde a modernidade o tem tratado no âmbito da justiça, da segurança pública, e também como objeto de movimentos sociais. No entanto, dois fortes motivos tornam o assunto preocupação da área da saúde. O primeiro, porque, dentro do conceito ampliado de saúde, tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais, e à qualidade da existência, faz parte do universo da saúde pública. Em segundo lugar, a violência, num sentido mais restrito, afeta a saúde e frequentemente produz a morte. (Minayo & Souza, 1999, p.11)

Percebemos que situações de violência, por vezes, podem se manifestar em ambientes onde há maior vulnerabilidade social, sendo esse um fator que pode contribuir tanto para o agravamento de suas manifestações como para uma maior visibilidade das mesmas. Porém, em outros casos, a violência pode ser perpetrada sem que haja um reconhecimento desta enquanto tal, podendo até mesmo acontecer em espaços muito próximos da experiência cotidiana de todos os indivíduos.

Minayo (1999) considera que a violência pode ser expressa através da negação do direito do outro a ser diferente, significando o não reconhecimento da diversidade na vida social. Ao se rejeitar a pluralidade, nega-se a possibilidade de diálogo, abrindo caminho para a opressão dos sujeitos e a recusa de seu reconhecimento. Consideramos importante acrescentar que esse sujeito se encontra inserido em um mundo que passa por mudanças no campo econômico – como a financeirização do capital, a internacionalização da economia e a globalização –, no campo político – com o esvaziamento do papel do Estado na garantia ativa de direitos – e no campo social – onde, devido às

duas dimensões anteriores, tem-se constatado aumento nos índices de pobreza e desigualdade social (Pereira, 2002). Tais aspectos têm íntima vinculação com o pensamento neoliberal, o que estimula, assim, a expansão capitalista e o consequente desmonte de mecanismos de efetivação de direitos sociais para a população como um todo, que é uma expressão clara da dimensão estrutural da violência.

A globalização encontra-se respaldada no ideário neoliberal e engendra valores normativos e procedimentos políticos, dentre os quais destacamos: privatização de empresas públicas, redução de gastos públicos com a proteção social, desregulação financeira, esvaziamento das concepções que envolvem cidadania e garantia de direito social para as concepções cercadas de solidariedade e favorecimento, substituindo a concepção anterior<sup>2</sup>.

Ainda dentro desse contexto de realidade, Anderson (1995) avalia que o êxito político e ideológico do neoliberalismo não conseguiu produzir o crescimento econômico almejado, o que provocou, no entanto, o agravamento da expressiva desigualdade social.

No Brasil, mesmo em momentos de crescimento, a desigualdade na estrutura social foi observada, caracterizando, assim, uma sociedade altamente hierarquizada e de níveis de concentração de renda abismais: “(...) em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8%. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda 66 vezes maior que os mais pobres” (Pochmann et. al, 2004, p. 62).

É no interior das grandes alterações econômico-financeiras e da lógica de produção global que se observam tanto os impactos no nível macro como na esfera individual. Segundo Behring (2000), observa-se, do ponto de vista político, uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas, que passam a seguir uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática. Já no âmbito da cultura, vê-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único. Seguindo a linha de pensamento da autora, chegamos ao entendimento de que a família, enquanto instituição de pertencimento do sujeito acima citado, também tem sofrido diversas influências com as mudanças sociopolíticas e econômicas do mundo globalizado:

---

<sup>2</sup> Destacamos que a solidariedade e o cuidado fraternal são importantes em todo tipo de relacionamento humano desde que estes não venham a ocultar as dinâmicas que envolvem o direito do cidadão enquanto tal. Substituir política pública por solidariedade ou por qualquer outro viés caritativo constitui violação dos direitos de cidadania. (Ver: Draibe, 1993; Pereira, 2004; Pereira, 2002; Viana, 2008; Yasbek, 2001).



Essas mudanças correspondem a uma ação deliberada, no sentido de um projeto emancipador que institui novos padrões de comportamento, mas que só foi possível por mudanças, na realidade exterior à família, que afetaram de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente. (Sarti, 2003, p.39)

Para Cyntia Sarti (2003), as mudanças ocorridas na família relacionam-se à perda do sentido da tradição no mundo contemporâneo, onde questões como casamento, sexo e trabalho passam a ser definidos a partir de um projeto individual, que adquire cada vez mais importância social e abre espaço para um tipo de comportamento que se tornou característico da época atual: o comportamento compulsivo que não deixa margens à autonomia, ou seja, à capacidade de escolher (Giddens, apud Sarti, 2003).

As questões relacionadas às mudanças no âmbito da família de hoje vão incidir, significativamente, na alteração dos papéis familiares, que modificam as relações entre o homem e a mulher e entre os pais e seus respectivos filhos.

Identificamos que famílias com experiências democráticas podem refletir princípios de cidadania que auxiliam na construção de sujeitos participantes na esfera pública de forma igualmente democrática e que privilegie a autonomia, potencializando assim sua capacidade de discernir, julgar, escolher e analisar, contribuindo para a construção de um projeto igualitário e emancipatório (Pereira, 2004).

Dentro da temática da violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes, alguns estudos<sup>3</sup> apresentaram resultados voltados basicamente para avaliações de notificações compulsórias de suspeita de maus-tratos bem como de programas e conselhos tutelares (Pires, 2005; Gonçalves et al., 1999) e a realização de perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos (Pfeiffer, 2006). O estudo que se aproxima um pouco da temática que envolve caracterização de famílias e de violência praticada contra crianças e adolescentes foi produzido por Deslandes (1994), no qual se analisa a atuação de centros de atenção a crianças e adolescentes vítimas, no intuito de implementar ações no sistema público de saúde.

A partir dessa breve revisão, constatamos que a violência contra a criança tem sido objeto de estudo de várias instituições brasileiras; mas poucas são as pesquisas que procuram estudar, discutir ou conhecer as famílias com histórico

---

<sup>3</sup> Utilizamos o Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como recorte as pesquisas desenvolvidas entre 1998 a 2009 que abordassem a questão da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes.

de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e, principalmente, as possíveis transformações em sua organização como decorrência também da violência intrafamiliar e das intervenções levadas a cabo, com vistas ao restabelecimento da condição das vítimas como sujeitos de direitos.

É a partir dessa perspectiva que se busca sustentar a relevância deste trabalho para o conjunto de estudos que envolvem famílias nas quais se alega a ocorrência de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes, a fim de contribuir para a ampliação do conhecimento e do debate acerca desse importante tema.

Diante dessa realidade, conhecer as famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes atendidas no CREAS em termos de sua composição, suas relações e sua dinâmica constitui o objeto deste estudo. Dessa proposição decorrem as questões de pesquisa: (a) como se caracterizam a composição, as relações e a dinâmica familiares dessas famílias no período de realização deste estudo, antes da constatação da ocorrência das interações violentas? (b) como se apresentam essas mesmas características após a constatação e as decorrentes intervenções dos segmentos do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD)?<sup>4</sup>

Essa aproximação requer um exercício constante de afastamento das concepções arraigadas acerca de famílias na sociedade brasileira, devido ao fato de elas, por estarem impregnadas de elementos de naturalização histórica, poderem, em muito, enviesar o olhar de quem se propõe a estudar esses grupos, como nos adverte Sarti:

Quando se lida com família, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou como realidade vivida – no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista. (Sarti apud Vitale, 2002, 46)

Conforme informado anteriormente, a pesquisa de campo de pesquisa foi realizada no CREAS de Mesquita, pelos motivos esclarecidos e pelo fato de fazer parte do SGD.

---

<sup>4</sup> O Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes é integrado por: Conselhos Tutelares; Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Polícias Civil e Militar; Secretarias de Saúde e Educação; Programas de atendimento públicos e privados (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006).

Para o estudo em questão, optamos por uma pesquisa do tipo exploratória, de caráter quantiquantitativo, que, segundo, Gil (1999): "... tem como objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (p.73).

Realizamos a análise documental dos prontuários de atendimento e acompanhamento dos casos de violência intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar do município ao CREAS entre junho de 2009 a maio de 2011<sup>5</sup>, com foco na busca de informações referentes às três categorias de análise propostas: composição, relações e dinâmica familiares.

Para análise dos dados coletados utilizamos a análise de conteúdo, em sua modalidade temática, agrupando-os em torno de três eixos diretamente referidos às categorias supracitadas.

A dissertação está, portanto, organizada em três capítulos.

No capítulo 1, abordamos a violência intrafamiliar com suas definições, características e tipologias, especificando questões que envolvem a violência praticada contra crianças e adolescentes no âmbito familiar assim como as implicações da mesma para a dinâmica de interação.

O capítulo 2 consiste em uma aproximação histórica da construção das concepções acerca de família, seus modelos, formas e arranjos e as mudanças ocorridas nela devido às transformações socioeconômicas e culturais ao longo do tempo. Tais mudanças trazem para a família demandas diversas de assunção de novos papéis sociais, em que também se fazem presentes maneiras igualmente distintas de relação com o Estado. Dadas as questões de pesquisa, discorreremos também sobre o funcionamento familiar, suas formas de organização e dinâmica em sua relação com elementos que possam influenciar a ocorrência de relações perpassadas pela violência.

No capítulo 3 discorreremos sobre o perfil das famílias atendidas no CREAS selecionado para este estudo, antecedido de uma caracterização dessa unidade

---

<sup>5</sup> Antes deste período, havíamos realizado uma pesquisa documental com o título "Conhecendo a realidade social das famílias com histórico de violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo no CREAS - Mesquita" com os prontuários que compreendiam o período entre maio de 2008 a maio de 2009 para apresentação no Seminário de Enfrentamento e Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes organizado pelo CREAS - Mesquita, em maio de 2009.

de referência e de seu papel na efetivação de políticas sociais públicas assim como uma análise da história do próprio município como integrante da Baixada Fluminense, região historicamente marcada pela ocorrência de práticas violentas e por altos índices de violação de direitos da população em geral (Alves, 2002).

Por fim, nas considerações finais apresentamos os principais elementos referentes às mudanças ocorridas nas famílias, em termos de composição, relações e dinâmica, após a constatação da ocorrência de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes e as intervenções dela decorrentes.

# 1

## Violência Intrafamiliar

Mostra-se fundamental para uma discussão a contextualização da violência intrafamiliar, com o desenvolvimento dos diversos debates, contextos, processos históricos que incluem a infância e a própria violência, ocorrências e tipologias, para que assim tenhamos uma verificação dos diversos aspectos que englobam o tema, trazendo uma fundamentação para a discussão de violência intrafamiliar.

### 1.1

#### Conceitos e realidades

A violência é uma questão que ocorre desde a antiguidade, e por violência se entende imediatamente uma relação assimétrica e hierárquica de poder com fins de dominação, exploração e opressão (Ferriani, 2004).

Para Barros (2005), a violência é uma questão historicamente relacionada à dissimetria nas relações de poder. A violência aparece com maior intensidade quando há desigualdade de condições entre vítima e agressor. As situações de violência contra crianças e adolescentes vêm refletir a afirmação da autora na medida em que um adulto mostra um abuso de poder exercendo sua vontade e, para isso, pratica a violência.

Ainda associando violência às questões de poder, Oliveira (1998) acrescenta que o exercício arbitrário do poder, a intolerância diante das diferenças, a banalização de valores, tais como a vida, a dignidade e a liberdade, vêm produzindo desigualdades crescentes que culminam em um quadro de violência sob as formas de subvida, miséria e morte de muitas pessoas.

Chauí (1985) contribui para o estudo da questão da violência afirmando que esta não pode ser vista como uma violação às normas, regras e leis estabelecidas por uma sociedade, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na imposição, por parte daquele que dispõe de mais poder, de passividade e silêncio àqueles que possuem menos.

Outra definição para violência vem de Araujo (2002), que argumenta ser a violência uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito da própria história, ou seja, a liberdade é vista como um direito fundamental do ser humano que deixa de ser livre por meio da violência imposta.

No dia a dia a temática da violência está cada vez mais visível (Gonçalves, 2003; Faleiros, 2004; Azevedo & Guerra, 1997). Toma-se cotidianamente conhecimento de fatos acontecidos em diferentes partes do mundo. Uma série de situações – guerras, fome, conflitos religiosos e étnicos, atentados – expõe milhões e milhões de pessoas – crianças e adultos – ao sofrimento, à dor, à falta de perspectiva de viver com dignidade, respeito e liberdade.

A violência que se dá no nível macrossocial, denominada estrutural, pode ser conceituada como:

... a maneira pela qual as estruturas organizacionais de famílias, instituições públicas e privadas e principalmente a estratificação social geram desigualdades quanto ao acesso à categoria sujeito de direitos fazendo com que alguns grupos, classes, nações e indivíduos tornem-se mais vulneráveis que outros ao sofrimento e a morte. (Minayo, 1994, p.8)

Assiste-se a crescente violência contra um amplo contingente de crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, vítimas da violência estrutural, característica de sociedades marcadas pela exclusão de bens materiais e culturais, pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social (Minayo, 1994).

Focando a discussão em âmbito nacional, Adorno (1995) trata do assunto e afirma que os conflitos decorrentes das diferenças de etnia, classe, gênero, geração foram solucionados (ou não) mediante o recurso às formas mais hediondas da violência. Tais recursos apresentam-se nos diversos espaços, disseminando formas diferenciadas de violência, carregadas de fortes simbolismos que têm como propósito, na verdade, reprimir direitos, mesmo os

reconhecidos legalmente, como a contenção de reivindicações, que impede uma vida coletiva autônoma e impõe uma reforma moral dos cidadãos como estratégia de dominação e sujeição à vontade de alguns.

Na sociedade agrária tradicional brasileira, a violência esteve incorporada regularmente ao cotidiano dos homens livres, libertos e escravizados, apresentando-se, via de regra, como solução para os conflitos sociais e para o desfecho de tensões nas relações intersubjetivas. (Adorno, 1995, p. 300)

A violência era reconhecida publicamente e vista como ação legítima. Havia um estímulo às reações mais ou menos uniformes em agrupamentos sociais diferenciados, transformando a violência em um modelo socialmente válido de conduta e aceito de forma pública (Franco, apud Adorno, 1995).

A violência, desde o período colonialista brasileiro, era um recurso utilizado para manter as rígidas hierarquias e normas estabelecidas e, assim, continuar os padrões de exploração e dominação.

Percebe-se que a violência no Brasil possui uma longa jornada, desde a chegada dos portugueses: a dizimação dos índios brasileiros; o período de colonização com a exploração dos escravos e todas as ações violentas que cercavam a dominação desses; a promulgação da república, que culminou no entendimento de que naquela época poderia haver a diminuição gradativa da violência, uma vez que os sistemas possíveis e paralelos de poder estariam esvaziados e que um poder único e reconhecido havia sido legitimado, ou seja, a república. Porém, o que se constatou nesse período foi o enraizamento da violência nas suas múltiplas formas de manifestação, na solução de conflitos decorrentes de questões étnicas, de gênero, de classe, de propriedade, de riqueza, de privilégio (Adorno, 1995).

Ao longo da história brasileira, a violência continuou perpassando os espaços e instalando-se nas instituições sociais e políticas, que, a princípio, eram destinadas a oferecer segurança e proteção aos cidadãos, tais como família, escola e polícia, configurando, então, esses espaços em sistemas autoritários e hierárquicos de poder (Adorno, 1995).

Dessa forma, a sociedade brasileira possui em sua trajetória marcas da violência, que se apresentam em formas de chacinas, extermínios, invasões sanguinolentas, dizimação dos que aqui ali já habitavam, desigualdade social e miséria.

Segundo Adorno (1995), a violência faz parte de uma realidade que atravessa classes, mas seu cunho de classe se explicita na forma como atinge as classes trabalhadoras. Sendo assim, a realidade da violência atinge, de forma drástica, os menos favorecidos, os pobres, os negros, as crianças e adolescentes e as mulheres.

A violência vista sob um contexto de crise do sistema político, econômico e social, caracterizado pelo aprofundamento da miséria, pelo acirramento das desigualdades sociais e pelo esvaziamento do papel social do Estado, implica diretamente nas condições de vida dos sujeitos. Essa violência, ou seja, a omissão do Estado, a ausência de políticas sociais que venham ao encontro das necessidades dos indivíduos que dela necessitam e a falta de transparência nas práticas políticas que envolvem investimentos financeiros, não é tratada ou analisada como atos de violência, o que demonstra uma tendência a certa naturalização de tais práticas, bem como a redução da violência à sua dimensão apenas individual ou relacional (Minayo, 2002).

A violência possui ligações profundas com a desigualdade entre classes e a exclusão social. Sendo assim, seu enfrentamento não pode eximir-se da melhoria do sistema de proteção social, do fortalecimento de políticas sociais e da garantia de direitos (Baptista, 2005).

Minayo (1999) afirma que houve uma evolução da mortalidade por causas violentas no início da década de 1980 no Brasil, que passou do quarto para o segundo lugar em menos de dez anos. Cabe ressaltar que esses dados podem refletir tanto um real aumento da violência fatal em nosso país como a melhoria no sistema de vigilância e de notificação.

Dado o crescente número de mortes e de traumas a partir da década de 1990, a violência passou a ser reconhecida como um tema da agenda da Saúde Pública. Um exemplo desse reconhecimento foi a indicação, em 1994, da Organização Pan-Americana da Saúde de que as questões relacionadas à violência doméstica tivessem prioridade na elaboração de planos de ação regional que incluíam a prevenção em relação às violências (Deslandes, 1994).

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde publicou um relatório em que a violência foi considerada um problema mundial de saúde pública. Os dados apontados, então, indicaram que, no mundo, anualmente um milhão de pessoas perdiam suas vidas e outras sofriam lesões não fatais, vítimas de diversas modalidades de violência.



Nesse documento, a OMS (2002) define a violência da seguinte forma:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (p. 5)

Quanto aos tipos de violência definidos pela OMS (2002), esses são classificados da seguinte forma: violência auto-infligida, que consiste no ato da violência cometido contra si mesmo; violência interpessoal, que se divide em violência da família, ou seja, a que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, e violência comunitária, que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco; violência coletiva, que compreende as violências de cunho social (atos terroristas), cunho político (guerras) e de cunho econômico (ataques de grupos maiores motivados pelo ganho econômico).

Esclarecemos que nesta dissertação o foco referencial terá seu embasamento na tipologia da violência interpessoal e, em específico, na subcategoria violência da família pelo fato dessas se encontrarem mais próximas às questões relacionadas ao objeto trabalhado.

Quanto à violência que ocorre dentro do âmbito familiar, identificamos nomenclaturas que designam esse tipo de violência, as quais incluem violência doméstica e violência intrafamiliar.

Por violência doméstica, Azevedo e Guerra (2010) a definem da seguinte maneira:

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima - implica de um lado, numa transgressão do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (p.16)

Para Almeida (2007), a violência doméstica é uma noção espacializada que designa o que é próprio à esfera privada.

A violência doméstica é uma questão complexa, suas causas são múltiplas e de difícil definição. No entanto, suas consequências são devastadoras para as crianças e adolescentes, vítimas diretas de seus agressores.

Por violência intrafamiliar, o Ministério da Saúde entende ser:

toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. A violência intrafamiliar pode ser cometida dentro ou fora do espaço doméstico por algum membro da família, incluindo pessoas que naquele momento assumem a função parental mesmo sem laços de consangüinidade e em relação de poder a outra, que no caso deste trabalho será a criança e o adolescente. (Brasil, 2002, p.15)

A violência intrafamiliar distingue-se da violência doméstica, pois, inclui somente os membros do grupo familiar com função parental, que convivam e se relacionem no espaço doméstico; ou seja, a violência intrafamiliar, em especial aquela dirigida à criança e ao adolescente, passou a ser mais discutida no meio científico brasileiro a partir de 1980, com o movimento de democratização no país, a partir do qual se despertou para a defesa e garantia dos direitos de grupos considerados mais vulneráveis, em especial crianças, adolescentes e mulheres (Brasil, 2002).

Através dessas discussões, da participação de movimentos sociais, com destaque para os feministas<sup>6</sup>, algumas conquistas foram significativas para as questões que envolvem a violência doméstica, como a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em 1985, a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (Brasil, 1990), a promulgação do Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) e a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que protege as mulheres vítimas de violência perpetrada pelo sexo masculino além de apresentar punições legais mais severas (Oliveira, 2008).

A partir de então, as vítimas de todo tipo de violência passaram a receber uma atenção diferenciada nas políticas e nos programas que lhe são dirigidos, principalmente quanto à questão da proteção (Oliveira, 2008).

Por uma questão de aproximação com o objeto de estudo, optamos por adotar o termo violência intrafamiliar por ele se apresentar mais em consonância com as demandas identificadas e trabalhadas no processo de pesquisa.

---

<sup>6</sup> Os movimentos sociais feministas foram os propulsores nas grandes conquistas relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes, pois, através da abertura do lar, das questões cotidianas e de igualdade entre homens e mulheres foi possível se “enxergar” as relações e dinâmicas familiares, inclusive das próprias crianças e adolescentes (BRASIL, 2002; OZÓRIO, 1996; ROMANELLI, 2003).

## 1.2

### **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma realidade histórica**

De acordo com Ariès (1981), a violência está presente na sociedade desde as civilizações antigas, em que o infanticídio era considerado, dentre outras coisas, um meio para eliminar todos aqueles pequenos que nasciam com deformidade física. As crianças eram mortas ou abandonadas para morrerem por motivos que justificavam o equilíbrio do sexo, por não aguentarem longas caminhadas, por razões religiosas, entre outros.

A criança, no decorrer da história da humanidade, sofreu e sofre situações de violência de formas diferenciadas no âmbito familiar, e algumas dessas formas são justificadas pela cultura de diversos povos.

Ariès (1981), a partir de seus estudos sobre a formação das famílias e da criança, afirmar que o sentimento da infância foi algo introduzido com a modernidade. Até por volta do século XII, período medieval, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, não havendo diferenciação na vida cotidiana, que reunia, ao mesmo tempo, crianças e adultos no grupo de trabalho, de jogos e conversas. O período da infância não era valorizado, por se entender que esse era curto e de transição, cuja memória se perdia com rapidez.

A sobrevivência da criança era problemática, e a concepção de que era necessário ter muitos filhos para ter-se com quem conservar, apenas para alguns, permaneceu por um longo período. Tal fato contribuía para falta de afeição e carinho para com as crianças, o que era considerado algo natural, uma vez que estas eram vistas como eventual desperdício (Ariès, 1981).

Segundo Áries (1981), até o século XV as crianças eram guardadas em casa junto com os pais até cerca dos oito anos, quando, a partir de então, entravam no mundo dos adultos. Após essa idade, elas frequentavam locais de trabalho e divertimento. A família era uma realidade mais moral e social do que sentimental.

Nesse período, aponta Donzelot (1986), que o Estado, com o objetivo de manter a moralização dos comportamentos e a paz nas famílias que contribuíam com os interesses dele, mandava os filhos bastardos, frutos dos relacionamentos

extraconjugais, para hospícios, que eram espaços para receber menores abandonados, e suas mães para as casas de tolerância. Assim os filhos legítimos sobreviviam íntegros e protegidos.

No século XV a visibilidade em torno da infância e da família apresentava transformações no que se refere aos sentimentos e às realidades vivenciados por ela. A moral burguesa que passou a vigorar exigiu novos padrões de convivência. Um fator a ser destacado foi o aumento da frequência escolar, que contribuiu para que o ensino e a aprendizagem ficassem sob a responsabilidade da escola e não mais dos adultos familiares, formalizando, então, o papel da escola como instrumento de iniciação social e de passagem da fase da infância para a fase adulta (Ariès, 1981).

A grande transformação dos costumes no século XVII culminou na noção de infância, levando-a a uma atitude moral, que consistia na proteção da mesma quanto aos aspectos impuros da vida, em particular da sexualidade, e em fortalecê-la a partir do desenvolvimento de aspectos relacionados ao caráter e à razão (Ariès, 1981).

No que condiz ao Brasil, no período colonial, a assistência à infância seguia, como todos os demais serviços, as determinações de Portugal, que eram aplicadas por meio da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica:

O evangelho, a espada e a cultura européia estavam lado a lado no processo de colonização e catequização implantado no Brasil. Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando – lhes normas e costumes cristão, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno. (Rizzini & Pilotti, 2009, p. 17)

Os padres da Companhia de Jesus tinham nesse período um duplo objetivo: converter as crianças ameríndias em futuros integrantes do Estado português, e, através delas, eles influenciavam na conversão dos adultos ao modelo estrutural recém implantado. Para alcançar tais objetivos, foi construído no interior das missões jesuíticas um complexo e estruturado sistema educacional que tinha como missão submeter a infância ameríndia a uma intervenção nos moldes do padrão português.

Devido a disputas de poder na Corte de Portugal, os padres foram perdendo seu poder político e material nas missões indígenas e, posteriormente,

foram expulsos delas; e a escravização indígena não era mais tão desejada pelos portugueses, uma vez que a mão-de-obra negra de forma escrava oriunda da África já estava sendo usada no Brasil para exploração e exportação das riquezas naturais, como a madeira e o ouro.

Destacamos que o escravo era elemento importante para a economia da época. O trabalho era gratuito e a força física negra empregada para tal não se comparava à estrutura física dos índios brasileiros. Além do mais, os índios apresentavam resistências constantes quanto ao fato de trabalharem extraindo matéria da natureza, que para eles era culturalmente sagrada.

Quanto às crianças escravas, elas morriam com facilidade por conta das péssimas condições em que viviam. Na maioria dos casos, suas mães eram obrigadas a servir como amas-de-leite às demais crianças. Após a Lei do Ventre Livre, em 1871, quando as crianças nascidas a partir de então não seriam mais consideradas escravas, o abandono destas passou a ser prática frequente. Os “donos” dos pais escravos poderiam ficar com os filhos de seus servos até eles completarem 14 anos de idade, podendo, após essa fase, deixá-los abandonados à própria sorte (Arantes, 2009).

A extrema pobreza também contribuía para o abandono de crianças, que eram deixadas em locais públicos, como portas de igrejas e nas portas das casas. Os filhos nascidos fora do casamento também estavam fadados ao abandono. De acordo com Orlandi (apud Rizzini, 2009), “(...) eram freqüentemente devorados por cães, porcos ou outros animais. Outras vezes, morriam de fome ou de exposição aos elementos.” (p.176).

No intuito de dar conta da situação dos “expostos”, dos “enjeitados” foi criada no Brasil a primeira Roda dos Expostos, primeiro na Bahia e depois no Rio de Janeiro, que consistia em um cilindro giratório na parede, o qual permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento sem identificar o autor do ato. (Arantes, 2009; Rizzini, 2008). A implementação da Roda em nada mudou o cenário ora apresentado. As crianças ficavam fadadas a serem criadas por famílias – as quais eram remuneradas – até o oito anos de idade, e, em seguida, ficavam a mercê da determinação judicial, que, em sua maioria, as incluía em atividades trabalhistas.

Em termos de Brasil, o significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o país ao seu

ideal de nação. No início do século XX, a preocupação com a infância como problema social refletia a preocupação com o futuro do país (Rizzini, 2006).

Mediante o quadro em que se encontrava a situação da infância no Brasil<sup>7</sup>, os higienistas, em geral médicos, iniciaram um processo de intervenção no meio ambiente nas condições de higiene das instituições que abrigavam as crianças bem como as suas famílias. Surge, assim, a puericultura, especialidade médica destinada a formalizar os cuidados destinados à infância (Rizzini & Pilotti, 2009). Faz-se necessário destacar que tais ações higienistas tinham como meta, na verdade, a preservação da ordem social, impondo um controle aos que se encontravam fora do sistema de dominação.

No período republicano buscou-se a instituição de uma legislação específica para os “menores”, visando o controle, principalmente, dos considerados moralmente abandonados (Arantes, 2009). Surge então, em 1927, o Código de Menores, que incorporou tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo quanto uma visão jurídica repressiva e moralista.

As tentativas do governo em regulamentar a assistência e a proteção aos “menores abandonados e delinquentes” no início da década de 1920 legitimou a intervenção do Estado na família. Outros organismos foram sendo criados ao longo das décadas seguintes: o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que se responsabilizou pelo controle da assistência oficial e privada da infância; e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). A Política Nacional do Bem-Estar do Menor tinha como missão “velar para que a massa crescente de menores abandonados não viesse a transforma-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional” (Rizzini & Pilotti, 2009, p. 26).

Durante a ditadura militar, poucas modificações foram efetuadas na política de intervenção do Estado quanto à regulação da infância. Em 1979, houve uma reformulação do Código de menores de 1927, ocasião na qual se passou da Doutrina do Direito Penal – em crianças e adolescentes só eram alvo de intervenção quando eram autores ou vítimas de crimes – para a Doutrina da Situação Irregular, em função de condições específicas, determinadas na letra da lei e conforme avaliação do respectivo juiz de menores (Barros, 2005).

---

<sup>7</sup> Na Casa dos Expostos a mortalidade era bastante elevada, atingindo cerca de 70% das crianças em um período de um ano no Rio de Janeiro (TEIXEIRA, apud RIZZINI, 2009).

Um novo quadro foi esboçado a partir da década de 1980, período em que a noção de irregularidade começou a ser questionada na medida em que as informações sobre a infância passou a se produzir e a circular com mais intensidade. A partir desse período, com a implementação do processo democrático brasileiro, a instauração da Constituição de 1988 e, em seguida, o reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a infância passou a ser também enunciada na pluralidade de suas possíveis manifestações.

O ECA construiu um novo paradigma jurídico, político e administrativo, destinado à resolução da problemática da infância e da juventude no Brasil nos termos de uma sociedade democrática e participativa:

A proposição do novo paradigma postulado pelo ECA regula-se, principalmente, através das formulações contextuais de: transformação de concepção societária que se fundamenta na assertiva de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; na alteração de metodologia de procedimentos que se baseia na substituição do assistencialismo pela noção de parâmetros sócio-educativos; pelo entrelaçamento da família, da sociedade e do Estado em face da proteção social à criança e adolescência; pela mudança de instrumentalidade das práticas de proteção social, que passam a ser mais descentralizadas e introduzem mais enfaticamente a participação popular na gestão das ações, principalmente através da concepção dos Conselhos nacionais, estaduais e municipais e, em especial, através do Conselho Tutelar. (Barros, 2005, p. 133)

Um olhar diferenciado sobre a construção da violência intrafamiliar vem ao encontro da proposta do próprio ECA, que, a par da garantia de proteção integral, inclui a família, a comunidade e a sociedade em geral no processo de resgate do direito à cidadania para a infância e juventude.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em nossa sociedade exige, para sua análise e para seu enfrentamento, um constante comprometimento ético, o envolvimento com a questão dos direitos humanos e sociais da criança e do adolescente; exige que seja "vista para além dos sentidos que as representações já cristalizaram, única forma de realizar uma descrição dos objetos livre dos fantasmas da linguagem, sempre tendo em conta que todo objeto é correlato a uma prática, e, portanto, nunca se deixa traduzir em ideologias ou grandes noções" (Gonçalves, 2003).

Em específico, a violência contra crianças e adolescentes caracteriza-se pela imposição por parte do adulto de satisfazer o seu desejo. Descaracterizar a

condição que crianças e adolescentes têm enquanto sujeitos de direitos reflete a negação do direito que eles possuem (Azevedo & Guerra, 2010).

A violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes é um fenômeno que acontece em todos os níveis socioeconômicos, apesar de evidenciar-se mais nas camadas vulneráveis socialmente pelo fato de serem mais pesquisadas e divulgadas na mídia, bem como na maioria dos casos ocorrerem o que se chama “muro de silêncio” (Azevedo & Guerra, 1997).

### 1.3

#### **Tipologia da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**

Focando na questão da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, consideramos pertinente o entendimento dos tipos de violência bem como a análise de como os estudos têm avançado dentro dessa temática.

Identificamos que as descrições e definições no campo da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes quanto a sua tipologia apresentam-se de forma vasta e com nomenclaturas diferenciadas. As divergências de conceituação entre os diferentes trabalhos foi algo notável durante a análise da literatura especializada, o que pode revelar a falta de uma clara e rigorosa conceituação da problemática.

Os primeiros estudos relacionados à violência contra crianças tratavam diretamente da violência física. Ambroise Tardieu estudou os corpos das crianças francesas para, assim, identificar marcas de possíveis ações cometidas contra elas. Henry Kempe, no início da década de 60, pautou-se nos sintomas físicos das crianças que chegavam aos hospitais machucadas para definir a Síndrome da Criança Espancada nos Estados Unidos (Faleiros, 2004).

No ano de 1970, propôs-se uma definição mais ampliada de violência física, que incluía, além dos sinais de espancamento, a privação emocional e nutricional, frutos da negligência e do abuso. Posteriormente, inclui-se para definição da questão a análise do comportamento daquele que pratica o abuso, podendo ser intencional ou acidental. Porém, foi somente através dos efeitos



visíveis da violência que se tornou possível aos profissionais passar a defender a necessidade de proteger as crianças.

A fim de caracterizar a violência contra crianças e o adolescentes, alguns autores (Santos, 2004; Azevedo & Guerra, 1997; Gonçalves, 2003; Faleiros, 2004) a classificam em: Violência Física, Violência Psicológica, Negligência e Violência Sexual.

Quanto à violência física, Gonçalves (2003) define o termo utilizando a nomenclatura *abuso físico*, baseado nas definições adotadas pelo National Information Clearinghouse (NIC)<sup>8</sup>:

O abuso físico se caracteriza pela produção de injúrias físicas como resultado de socar, bater, chutar, morder, queimar, sacudir ou outras formas de ferir a criança. Os pais ou responsáveis podem não ter tido a intenção de machucar a criança; na verdade, o dano pode ser resultado de excessos disciplinares ou punição física. (Nic apud Gonçalves, 2003, p. 158)

Tal definição diz respeito às modalidades mais severas de violência; mas existem atos de menor gravidade, que podem produzir menos danos sobre o corpo da criança ou não deixar marcas visíveis.

Segundo Santos (2004), a violência física se apresenta de forma mais incidente e frequente, sendo usada na maioria das vezes por pais ou responsáveis como meio disciplinador. A vítima pode experimentar castigos que vão desde as “palmadas” ao espancamento.

Minayo (2002) caracteriza a violência física como o uso da força física contra a criança e o adolescente, o que lhes causa desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade, até a tentativa ou execução do homicídio. Em geral, as justificativas para tais ações vão desde a preocupação com a segurança e a educação até a hostilidade intensa.

Para Azevedo e Guerra (2010), a violência física é considerada como toda ação que causa dor física em uma criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal. De acordo com Baptista (2005), a implantação de leis coibindo a violência física, inicialmente na Suécia em 1979 e, posteriormente em

---

<sup>8</sup> O NIC está entre os organismos pioneiros no trato da violência contra crianças e adolescentes no mundo e sua produção ampliada é consultada por especialistas de diversos países. Suas definições pautam a discussão internacional e, em particular, a americana.

outros países, resultou na redução da violência. Outras nações<sup>9</sup>, nas décadas seguintes, também regulamentaram leis que abrangiam castigos moderados e imoderados, por influência da conceituação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, promulgada em 1989.

A terminologia adotada no âmbito deste trabalho será *violência física*, por entendermos que a mesma vem ao encontro do objeto definido e contempla categorias que incluem a relação de poder entre desiguais, poder esse aniquilador dos direitos do outro – que no caso trabalhado são as crianças e os adolescentes –, o qual se configura na violação ao desenvolvimento pleno e sadio deles. Diferentemente, o termo abuso não inclui a dimensão relacional da questão, atendo-se tão somente à exacerbação no uso da força (Faleiros, 2004).

No Brasil, a violência física é um dos tipos de violência contra a criança e o adolescente mais frequentes, e tal fato baseia-se, segundo Deslandes (1994), em uma cultura que justifica a punição corporal como medida educativa.

O estudo de Simone Gonçalves de Assis, “Crianças, Violência e Comportamento: um estudo em dois grupos sociais distintos” (1992), buscou reconhecer a prevalência da violência física ao pesquisar 1328 adolescentes estudantes de escolas públicas e particulares do município de Duque de Caxias – RJ. Nesse estudo foi constatado que a violência física é uma das estratégias mais utilizadas, principalmente pelos pais ou responsáveis, como prática educativa; descobriu-se também que havia um número maior de casos imputados à conduta violenta por parte materna entre os adolescentes, tanto das escolas públicas quanto os da rede privada.

Recentemente foi noticiado pela imprensa brasileira<sup>10</sup> um fato ocorrido em Brasília, quando um pai foi preso pela Polícia Militar por violentar fisicamente seu filho de 3 anos na entrada da escola porque o menino negava-se a adentrar a na instituição. No ato, a criança foi conduzida ao Conselho Tutelar e, posteriormente, entregue à mãe.

Ainda dentro de uma justificativa para o uso da violência física como medida educativa e formadora de caráter, destacamos aqueles episódios que se amparam nas orientações religiosas que são embasados nas aplicações do provérbio salomônico contido na Bíblia Sagrada: “não poupes ao menino a

<sup>9</sup> Finlândia em 1983; Dinamarca em 1985; Noruega em 1987; Áustria em 1989, Croácia em 1999 e Alemanha e Israel em 2000 (Azevedo & Guerra, 2001).

<sup>10</sup> Mais informações pelo site: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/03/crianca-de-tres-anos-e-espancada-pelo-pai-em-uma-escola-de-brasilia.html>

correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá” (Azevedo & Guerra, 2001, p. 41).

A partir de sermões, reflexões e mensagens direcionadas às congregações cristãs (em especial os protestantes tradicionais, os protestantes pentecostais e os protestantes neopentecostais), líderes religiosos orientam o uso da “vara” como meio de educar e ensinar a criança, principalmente para que essa seja, quando adulta, uma pessoa civilizada (Mariano, apud Tavares, 2008; Souza, 2001).

Por inúmeras vezes participamos de atividades religiosas em que se buscava a reflexão a respeito de temas que trabalham o relacionamento humano e, especificamente, envolviam a temática da importância do amor, da paz, da bondade, da alegria, e do auxílio ao próximo. Percebíamos que alguns desses momentos de reflexão para a vida giravam em torno da temática da educação na infância através do ato de “fustigar o filho com a vara para que ele não morra” (Almeida, 2009)<sup>11</sup>:

As escrituras dão diretrizes para o uso da vara da disciplina que, como símbolo do cuidado e preocupação dos pais, deve ser usada apenas com amor. A vara ressalta a responsabilidade do indivíduo por suas atitudes, ações e reações. A correção mostra a criança o rumo errado que tomou e a coloca de volta ao rumo certo. (Almeida, 2009, p. 1038)

As concepções culturais que envolvem a violência física giram em torno da associação que se faz desta como estratégia eficaz de se construir crianças e adolescentes em futuros cidadãos adultos de respeito e caráter. Dentro do campo conceitual sobre a violência física, há os que defendem que esse tipo de estratégia só pode ser encarado quando não apresenta dano para a vítima; e há os que entendem esse tipo de violência quando há evidências de dor física e não apenas de dano. Esses últimos abolem esse tipo de violência como disciplinamento em qualquer espaço onde a criança ou o adolescente esteja se relacionando (Gonçalves, 2003).

A outra tipificação da violência contra crianças e adolescentes é a violência psicológica, que, para Gonçalves (2003), compreende os atos ou omissão por parte dos pais ou responsáveis que depreciam, humilham e ameaçam

---

<sup>11</sup> Ver na Bíblia Sagrada: Provérbios 29.1; 23.14; 22. 15; 13.24. (ALMEIDA, 2009)

sistematicamente crianças e adolescentes, o que pode causar sérios danos comportamentais, cognitivos, emocionais ou mentais.

No Guia de Atuação Frente aos Maus-Tratos na Infância e na Adolescência (2005) consta a seguinte definição quanto a esse tipo de violência:

Toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança ou punição exagerada e utilização da criança ou adolescente para atender às necessidades psíquicas dos adultos. Todas estas formas de maus – tratos psicológicos podem causar danos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança. (Brasil, 2005, p. 13)

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 1995) define a violência psicológica como sendo aquela que utiliza a criança ou adolescente para atender as necessidades psicológicas do adulto. Também designada como tortura psicológica, ela geralmente ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança ou adolescente ou bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhes, assim sofrimento mental.

Pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas, esse tipo de violência é um dos mais difíceis de serem identificados e o mais embutido nos demais tipos de violência.

Bottoms (apud Gonçalves 2003) sugere que os efeitos da violência psicológica só aparecem em longo prazo, e acredita, ainda, que na raiz desse tipo de violência está a falta de informação dos pais acerca da necessidade da criança, e, particularmente, da evolução dessas necessidades ao longo do desenvolvimento.

Entendendo que a violência psicológica ocorre por meio de xingamentos, rejeição, isolamento, intimidação, manipulação, ameaça e humilhação (Brasil, 2004), podemos considerar que esse tipo de violência pode expor a criança e o adolescente às mais diversas formas de situação vexatória.

A negligência é um tipo de violência praticada contra criança e adolescente que, segundo Santos (2004), manifesta-se pela ausência ou falha em promover cuidados básicos para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. Essas falhas podem ocorrer na área da saúde, da higiene, da habitação, emocional e da alimentação.

Gonçalves (2003), baseado na NIC, classifica a negligência em três tipos: *negligência física*, quando há uma recusa ou postergação na busca de cuidados de saúde, abandono, expulsão do lar ou permissão de retorno ao mesmo, entre outros; *negligência educacional*, que consiste na não atenção quanto à matrícula e à frequência escolar em idade de ensino obrigatório e no fracasso em atender as necessidades educacionais da criança; e *negligência emocional*, que inclui ações como a desatenção acentuada para com as necessidades afetivas da criança ou a permissão do uso de drogas ou álcool pelas mesmas.

A autora acrescenta que a negligência contra a criança precisa ser analisada levando em consideração os valores culturais e os padrões de assistência, assim como o reconhecimento de que o fracasso em prover as necessidades pode ter relação íntima com a pobreza dos pais ou responsáveis.

No Brasil, ter um olhar diferenciado para a negligência é de suma importância uma vez que as taxas de pobreza e desigualdade social fazem-se muito presentes para a maioria da população. Gonçalves (2003) afirma: “O desamparo familiar e a privação econômica associada ao baixo nível de informação que grande parcela da população são características comuns num país marcado por profunda desigualdade social” (p. 166). Assim, entendemos que a negligência sofre grande influência de variáveis políticas, econômicas e sociais, que não podem ficar esquecidas em qualquer situação que envolva a negligência praticada contra crianças e adolescentes.

Quanto à violência sexual, Azevedo e Guerra (2010) a definem como o ato sexual entre um ou mais adultos e uma criança com menos de 18 anos de idade que tenha por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa. Tais práticas violam as regras socialmente aceitas, as quais podem incluir a pedofilia, o incesto e até mesmo a força como meio de obtenção da prática sexual com os mesmos. A ABRAPIA (apud, Oliveira, 1998) define esse tipo de violência como:

Situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um ou mais adultos, ou de um adolescente mais velho, do mesmo sexo ou de sexo diferente, podendo estar ligada a algum tipo de relação de poder e incluir carícias, manipulação da genitália, mama, ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência. (p.17)

Apesar de ser comprovada a presença da violência sexual em todas as classes sociais, há mais denúncias relacionadas às famílias pobres, não só porque são esses segmentos que mais procuram as instituições públicas que são locais onde as notificações são realizadas, como também são nessas classes em que os casos são mais publicizados e menos velados pela estrutura social. A pobreza não pode ser considerada como causa de abuso, mas, conforme afirma Azevedo (1997), ela constitui condições de risco ao propiciar situações em que o uso desse tipo de violência pode ser facilitado, como com o uso excessivo de bebida etílica pelos pais ou responsáveis e a falta de diálogo existente entre pais e filhos, oriunda de uma educação cultural baseado na hierarquia e autoridade.

Para Faleiros (2003) nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes a relação de poder é desigual sob muitos pontos de vista: há desigualdade de tamanho, de força física, psicológica e social, de idade, de autoridade e de status social. No que diz respeito às características das vítimas desse tipo de violência, Oliveira (2003) afirma que na maioria dos casos as vítimas são do sexo feminino e concentram-se muito mais na faixa etária em que compreende a infância, sem ter chegado à puberdade.

As definições encontradas a respeito da violência intrafamiliar contra criança e adolescente nos servirão de embasamento analítico para o pleno entendimento de como elas são vistas pela sociedade na atualidade: de que maneira o que se apresenta hoje no cenário brasileiro, relacionado à infância, mantém relação com a trajetória percorrida por essas definições tanto no Brasil, como no mundo? Quais as concepções que efetivamente fundamentam as práticas cotidianas quanto à gestão da infância no âmbito familiar, as quais podem resultar em violência contra esse segmento etário, influenciando na construção de sua condição como sujeito de direitos?

A fase da infância tem seu desenvolvimento em um espaço privilegiado, contraditório e organizado chamado família. É nesse espaço que se conduz o processo de socialização da criança e do adolescente, transmitindo-lhes valores, normas e modelos de conduta e orientando-os no sentido de que eles se tornem sujeitos de direitos e deveres, tanto no universo doméstico quanto no público (Bilac, 1995).

## 2

### Família: lugar de cuidado e conflito

Inúmeros são os desafios que permeiam a vida da família na atualidade. As transformações ocorridas na sociedade nos últimos anos têm interferência direta nas concepções de família construídas e vivenciadas, e a trajetória histórica também interfere naquilo que conhecemos como família.

Para Mito (1997), a família precisa ser entendida como um fato cultural, historicamente condicionado, que não se constitui única e exclusivamente como um “lugar de felicidade”. Pensar a família como um espaço de felicidade oculta suas características históricas e tal ocultamento é que permite pensá-la como um grupo natural, ou seja, há uma naturalização de suas relações e um enaltecimento de sentimentos familiares, tais como amor materno, amor paterno, amor filial. Tal ideologização da família foi fortalecida pela ligação que existe entre os fatos naturais (nascimento, morte) e a família e pela importância que a experiência afetiva passou a ter na vida das pessoas, no contexto de uma sociedade industrial desumanizada (Mito, 1997).

Adorno (1995) afirma que, pelo fato de a família ser entendida como um lugar de socialização primária, ou seja, de formação de caráter moral dos cidadãos obedientes às normas prevaletentes da sociedade, ela passa também a ser reconhecida como um espaço de conforto emocional e de proteção social. O autor acrescenta ainda que, mesmo que a família cumpra essas funções, ela se constitui em um espaço que apresenta perigo para as mulheres e as crianças, aspecto esse que vem adquirindo maior visibilidade pública, decorrente das situações de violência doméstica aos quais esses indivíduos estão sujeitos.

Para além do seu funcionamento interno, Bilac (1995) adverte para o fato de que as teorias sobre família, quando reconhecem seu caráter de instituição mediadora entre indivíduo e sociedade, seguem no caminho de entendê-la tanto em suas relações internas quanto em suas relações externas:

... ao mesmo tempo em que se busca estabelecer quais as relações entre seus membros, em termos de divisão de papéis, poder e autoridade, busca-se também precisar que relações são estabelecidas com as outras dimensões da vida social. (Bilac, 1995, p.43)

As expectativas em relação à família, segundo Carvalho (2003), estão no imaginário coletivo, ainda impregnado de idealizações em que a família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é a de que esse tipo de família, composta por sujeitos que cumprem o papel de pai, mãe e filhos, produza cuidados, proteção, aprendizado, construção de identidades e vínculos relacionais capazes de promover qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade onde vivem.

Em uma retrospectiva breve da história da família a partir do século X, percebe-se que a família não tinha expressão significativa para a sociedade, mesmo no que tange às questões relacionadas a patrimônio, propriedade e sentimentos.

Os adultos enviavam seus filhos para as casas de outras pessoas para fazerem os serviços pesados, e lá permaneciam por um período de sete a nove anos. Esses eram considerados como aprendizes e as famílias que enviavam seus filhos para as casas alheias também recebiam, em seu próprio lar, crianças estranhas. Com o passar dos anos, tal hábito foi sendo difundido e entendido na Europa como um estágio ou período de aprendizagem para a criança. “A criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta... A família não podia, portanto, nessa época alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (Ariès, 1981, p. 231).

De um modo geral havia uma mistura entre os adultos e as crianças. Estas estavam presentes junto aos adultos nos espaços de trabalho, de jogos, nas brincadeiras, aprendendo, assim, a viver através do contato de cada dia. Não havia o entendimento de separação entre o mundo da infância e do mundo dos adultos. Até o século XV a família era:

...uma realidade moral e social, mais do que sentimental... A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. (Ariès, 1981, p.231)

Foi a partir do século XV que os sentimentos e a realidade da família sofreram mudanças. As crianças passaram a ser educadas em escolas, especificamente os meninos, e desde então a atenção para esse público teve um olhar diferenciado. A escola tornou-se instrumento de iniciação social, de



passagem da condição de criança a adulto (Aries, 1981). No século seguinte, a família medieval começou a sofrer mudanças que se processaram até o século XVII, as quais incluíam o reforço do poder do homem em geral, estabelecendo, de maneira ainda mais explícita, a desigualdade entre o homem e a mulher.

Segundo Ariès (1981), no século XVIII processa-se a separação entre família e sociedade – público e privado –, enfatizando-se a intimidade familiar e a privacidade dos indivíduos na família (cômodos separados). A organização da casa, com a instalação de corredores de acesso, fazia com que não fosse necessário atravessar os cômodos para se dirigir ao outros espaços. A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida a pais e filhos, excluindo os criados, os clientes e os amigos. As formas de tratamento entre os membros da família denotam mudanças quanto aos seus sentimentos, uma vez que as formas de tratamento formais, como *madame*, foram sendo substituídas por *querida* e *minha amiga*.

Os cuidados com a saúde, a higiene e a educação das crianças foram sendo introduzidos na família e tornaram-se a principal preocupação dos adultos (Ariès, 1981).

A noção de igualdade entre os filhos é outro aspecto que representa a transição entre a família medieval para a família moderna. Poucos chefes de família da época utilizaram o direito de beneficiar apenas um dos filhos. “A igualdade entre os filhos é a prova do movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna” (Ariès, 1981, p. 235).

Com o surgimento da escola, da privacidade, da preocupação de igualdade entre os filhos, bem como da manutenção desses junto aos pais e da valorização da família por instituições, como a Igreja, a família nuclear burguesa<sup>12</sup> começou a ser delineada no século XVIII (Szymanski, 2003). Tais características da família se iniciaram, em um primeiro momento, nas classes abastadas; mas foi no século XVIII que tais mudanças passaram a alcançar todas as camadas sociais (Elias, 1993).

Para Gueiros (2002), foi a partir do século XIX, mais precisamente na segunda metade desse século, com o processo de modernização e o movimento feminista, que mais mudanças na família passaram a acontecer, e o modelo

---

<sup>12</sup> Modelo familiar hegemônico que se baseia em relações estáveis marcadas pela autoridade do pai sobre a mãe e filhos (SZYMANSKI, 2002; ROMANELLI, 2002).

patriarcal passou a ser questionado. Iniciou-se a construção da família conjugal moderna, que se caracteriza, dentre outras coisas, pelo casamento em que a escolha dos parceiros era baseada no amor romântico e na relativização, ainda que muito incipiente, da definição dos papéis do homem e da mulher no matrimônio.

Com o advento da sociedade burguesa, a partir dos séculos XVII e XVIII, uma nova ordem econômica, política e social foi surgindo, a qual trouxe com ela mudanças no campo da família que se apresentam até a atualidade. Tais mudanças dizem respeito, entre outras coisas, à inserção da mulher no mercado de trabalho, nas universidades e nos demais segmentos da vida assim como nos encontros inter-geracionais (Gueiros, 2002), os quais abordaremos com mais profundidade nos tópicos que seguem.

Szymanski (2003), citando Poster em sua análise sobre família, acrescenta que a história da família é descontínua, não linear, e não homogênea. Existem padrões de famílias distintos, cada um com a sua própria história e suas explicações.

As transformações ocorridas na sociedade atual relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho e ao fortalecimento das práticas individualistas sinalizam para uma progressiva diversidade das estruturas das famílias, que se caracterizam por novos arranjos familiares, já que os modelos mais tradicionais desses arranjos convivem com o entrecruzamento de outras ordenações (Miotto, 2000). Essas transformações são vistas nas diferentes camadas da população e nas diferentes regiões do país, sendo mais rápidas e visíveis em regiões urbanas e mais lentas em regiões interiorizadas. Esses novos arranjos abrangem não somente as situações derivadas das condições socioeconômicas, como também as referentes às questões sócio-político-culturais que se constituem em novas formas de comunicação (Barros, 2005).

Os tipos mais comuns nos novos arranjos familiares são comumente denominados como: família nuclear – que envolve pai, mãe e filhos e é também chamada de família conjugal; família monoparental ou uniparental – que é formada, principalmente, por mãe com filhos; família incompleta – em que falta um dos componentes básicos inerentes à chamada família nuclear (a diferença dessa para a monoparental se dá exatamente pelo fato de que um dos possíveis integrantes nunca se fez presente nas relações estabelecidas na família) e é normalmente composta por mães solteiras (Barros, 2005).

Dentro da discussão quanto às tipologias familiares, Corrêa (1993) utiliza o termo família patriarcal para designar esse tipo de família, e acrescenta que essa é uma tipologia fixa em que os personagens, uma vez definidos, são apenas substituídos no decorrer das gerações, o que não altera em nada sua hegemonia. Dessa forma, entendemos que uma família em que o padrao cumpre o papel do pai, bem como todas as funções a ele inerentes, pode ser classificada como uma família patriarcal.

Vitale (2002) contribui para definição no que diz respeito ao tipo de família monoparental e entende ser essa uma família em que se vive um único provedor com os filhos que não são adultos. Percebe-se que, nesses casos, quando a mulher assume a chefia da família, há uma redefinição das relações de autoridade familiar; com a ausência da figura masculina, porém, outras figuras masculinas podem assumir o papel de autoridade moral na rede familiar (Sarti, 1996):

Ele (o homem) é a autoridade moral responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito. Ele, portanto responde pela família. (Sarti, 1996, p. 63)

A autoridade moral na família tem seu fundamento nos papéis diferenciados entre homem e mulher, quando o homem corporifica a autoridade fazendo a mediação da família com o mundo externo – chefe de família – e a mulher assume sua autoridade dentro da família mantendo a unidade do grupo e cuidando de todos e da casa – chefe de casa (Sarti, 1996). Temos identificado na trajetória profissional que quem tem cumprido o papel de provedor na maioria das famílias monoparentais são as mulheres; mas não podemos descartar casos em que homens também desempenham tal papel.

Outro tipo de família que se apresenta na sociedade é a família abrangente, que Ozório (1996) classifica como sendo as famílias que incluem os não parentes.

Szymanski (2002), quanto à tipologia das famílias, acrescenta a família reconstituída, que é fruto das transformações existentes na família a partir de três situações: a vida conjugal (monoparentalidade), o controle da natalidade e o modo de compartilhar os papéis parentais. Tais transformações contribuem para o surgimento de novos modos de ser entre homens e mulheres e seus filhos. Dessa forma as famílias reconstituídas se caracterizam como aquelas

compostas por irmãos biológicos, meio irmãos ou filhos do atual marido ou esposa de sua mãe ou pai. Nas famílias reconstituídas as crianças vivem em duas ou mais famílias ao mesmo tempo uma vez que os pais separados conjugalmente estabelecem relacionamentos formais com outros parceiros ou parceiras (Falceto, 1996).

Identificamos na literatura que, embora as classificações<sup>13</sup> quanto às famílias possam ser diferenciadas na nomenclatura, elas se assemelham nas definições, muito embora por vezes tenham de se ampliar e diversificar, na tentativa de avançar na compreensão da crescente multiplicidade de arranjos presentes no cotidiano.

Permanece a predominância das famílias nucleares, porém, as transformações ocorridas na sociedade – social, cultural e econômica – consolidam novos conceitos e tipos de família que se configuram na sociedade e abrem espaço para o surgimento de novos papéis e relacionamentos entre seus membros.

## **2.1**

### **Mudanças no campo familiar**

A diversidade encontrada nos espaços familiares faz com que a estrutura familiar nuclear burguesa tida como modelo de organização familiar seja revista, uma vez que se apresentam novas questões relacionadas à convivência entre as pessoas na família, suas relações com a comunidade e com a sociedade em geral (Szymanski, 2002).

As mudanças ocorridas com a família ao longo do tempo trazem profundas implicações na configuração familiar na atualidade, inclusive no caráter de

---

<sup>13</sup> Para fins de definições neste trabalho, optamos pelas seguintes classificações familiares: família nuclear patriarcal – famílias com composição de membros em pequeno número em que os papéis não sofrem alteração e a autoridade masculina concentra-se na figura do chefe de família; família nuclear monoparental feminina – família considerada pequena em que a mulher exerce a chefia familiar sem a presença masculina; família nuclear monoparental masculina – família pequena em que o homem sem a figura feminina exerce a chefia familiar; família reconstituída – composta por outros membros familiares; família abrangente ou extensa – formada por pessoas sem vínculos de parentesco (OZÓRIO, 1996; SZYMAŃSKI, 2002; CORRÊA, 1993).

vínculo. Dentre tais mudanças, Miotto (1997) ressalta as transformações na relação homem/mulher. Com a crescente possibilidade de aceitação social da dissolução do casamento, tal relação deixou de ter um caráter eterno para ser temporário, propiciando alteração nos costumes e controles da sexualidade tanto dos jovens quanto das mulheres. Tal fato também traz mudanças no comportamento da mulher e altera a divisão sexual do trabalho e do poder e, conseqüentemente, redefine os papéis do homem e da mulher (Miotto, 1997).

Em uma perspectiva histórica, ao apresentar um panorama de como foi se construindo e modificando os lugares masculino e feminino, Saffioti (1987) em seus estudos sobre gênero aponta que a dominação da mulher pelo homem se desenvolve há aproximadamente seis milênios, principalmente quando envolve poder político e econômico concernentes a tomadas de decisões. Tal dominação é designada pela autora como *patriarcado*, e complementado pela afirmação de que esse não se resume a um modelo de dominação machista, se não antes constitui um sistema de exploração que envolve não somente o campo político e ideológico, mas também o econômico.

Em que pesem as vicissitudes específicas experimentadas pelo patriarcado ao longo de todo esse amplo ciclo histórico a que a autora se refere, Saffioti (1987) afirma que alguns de seus traços característicos permanecem exercendo influência no estabelecimento de relações e na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres na contemporaneidade.

Retomando a argumentação de Miotto (1997), outra mudança diz respeito à fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade no contexto social. Essa vulnerabilidade tem relação com a diminuição da família (número de filhos, divórcios) e sua nova composição (famílias monoparentais, pessoas sozinhas) (Miotto, 1997).

Gueiros (2002) contribui para a discussão das mudanças ocorridas no campo da família afirmando que as transformações a partir de 1990 na classe operária refletem significativamente nas concepções e idéias sobre a família atualmente. O desenvolvimento de novos maquinários que substituíram os trabalhadores, as dificuldades econômicas que impossibilitaram a expansão industrial, as conseqüências do neoliberalismo (fim do pleno emprego, desmonte dos sindicatos e enfraquecimento das políticas de assistência) afetaram as classes operárias e impulsionaram seu declínio. Segundo Hobsbawm (apud Gueiros, 2002), a entrada da mulher no mercado de trabalho, nas universidades

e nos demais espaços públicos da sociedade foi um fenômeno novo e revolucionário, porém o próprio autor chama atenção para as diferenças existentes entre as camadas sociais, pois as mulheres de camadas mais baixas e com pouca instrução formal permanecem à margem da esfera pública sem ascender socialmente, exercendo, principalmente, funções sem vínculo empregatício.

Outro aspecto a se considerar para as mudanças ocorridas na família, para Gueiros (2002), diz respeito à diminuição dos casamentos formais, a redução do número de filhos e do desejo de tê-los por parte das mulheres. As relações intergeracionais também se apresentam como algo novo a ser administrado pela família na atualidade, pois os conceitos e pensamentos dos jovens estão em constante embate com os costumes dos membros com mais idade da família.

Também é importante ressaltar algumas tendências globais recentes, que, segundo Rizzini (2001), refletem significativas transformações no âmbito familiar. Para essa autora, as famílias tendem a ser menores, sendo tal fenômeno sem precedentes, visto que as famílias sempre foram mais numerosas. Para este fenômeno, verificam-se os seguintes indicadores: declínio da taxa de fertilidade, aumento do número de famílias chefiadas por um dos pais, principalmente a mãe. Além disso, o número de grupos de irmãos é menor, assim como as redes familiares.

Outra tendência que representa as transformações no âmbito familiar na atualidade diz respeito à quantidade de tempo que as famílias ficam juntas e, para essa autora, esse tempo está menor. Houve um aumento significativo do número de integrantes da família que trabalham. Em relação a isso, algumas tendências podem ser sinalizadas: as crianças ficam em creches ou escolas por mais tempo; há uma diminuição da interação entre adultos e crianças; ocorre maior interação de grupos de amigos sem que haja a participação da família; e um maior número de crianças fica só, sem nenhum acompanhamento de um adulto.

As famílias se apresentam menos estáveis, o que também pode ser considerado, segundo Rizzini (2001), como mais uma tendência de transformação da família atual. O declínio das uniões formais, o aumento dos divórcios e separações está incluído nessa instabilidade familiar.

Por último, a autora sinaliza a mudança da dinâmica dos papéis parentais e das relações de gênero como sinal de transformação da família atual. Homens

e mulheres são chamados a desempenhar, cada vez mais, papéis e funções que sempre foram fortemente delimitados como sendo 'dos pais' ou 'das mães'.

O censo demográfico brasileiro do IBGE relativo ao período compreendido entre 2001 e 2009 apresenta alguns dados relevantes quanto à composição familiar e, por isso, consideramos de grande importância tecer algumas considerações a respeito<sup>14</sup>.

Algumas informações relevantes são detectadas quanto à composição familiar: a família unipessoal, considerada pelo IBGE como aquela composta por pessoa que mora sozinha em uma casa, cresceu de 9,2% para 11,6% durante o período pesquisado; as famílias compostas por casais sem filhos apresentaram um acréscimo nesse período que passou de 13,8% para 16,7%; as famílias compostas por mulheres sem cônjuges e com filhos (monoparentais ou incompletas) apresentaram em 2001 17,8% e em 2009 17,2%, configurando, assim, um pequeno declínio dos casos; as famílias compostas por casais com filhos apresentou durante o período de pesquisa um declínio, já que no primeiro ano 53,3% das famílias se representaram e em 2009 apenas 48,2%, comprovando uma diminuição das famílias com filhos.

Quanto à identificação da pessoa de referência na família brasileira, os dados apresentaram, em 2001, a figura masculina em 72,66% dos casos e a figura feminina em 27,34%. Em 2009, o quadro apresentou mudanças significativas: ao passo que os homens representaram um total de 65,09%, as mulheres alcançaram um aumento de referência com 34,91%.

As pessoas economicamente ativas ocupadas na família foram apresentadas da seguinte maneira: em 2001 os homens representaram 57,6% e as mulheres 42,4%. Em 2009 os homens apresentaram declínio nos dados com 54,77% e as mulheres cresceram sua participação como pessoa ativa ocupada na família com 45,23%. Tais alterações na forma e intensidade de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho constituem inflexões que produzirão consequências também em outros âmbitos das relações de gênero. Assim, podemos constatar que:

---

<sup>14</sup> Site: [www.seriesestatisticas.ibge.com.br](http://www.seriesestatisticas.ibge.com.br)

O fato de as mulheres, em particular as esposas, tornarem-se produtoras de rendimentos e parceiras importantes na formação do orçamento familiar, confere – lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os vínculos que as une ao marido e filhos quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. (Romanelli, 2003, p. 77)

Na atual conjuntura, a família constitui-se por diversos arranjos, sem a rejeição legal e social que enfrentavam no passado. Observamos que ela é menor, nuclear e menos hierarquizada. A dignidade profissional da mulher é mais contemplada. A redução da taxa de fecundidade tem sido justificada pelo interesse das famílias em maior dedicação aos filhos. A família também tende a perder sua função de unidade econômica e com isso, os seus integrantes passam a ter uma relação mais pessoal e afetiva (Szymanski, 2002).

Segundo Szymanski (2002), tal variedade faz com que se mude o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para considerar novas questões em relação à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla.

A partir do que foi relatado anteriormente, podemos considerar que os modos de vida nas famílias contemporâneas vêm se transformando, em um tempo histórico e social, produzindo novas articulações de gênero, em que novos códigos são elaborados.

Na atualidade, a partir das diversas tendências apresentadas, notamos que o conceito de “famílias”, em suas múltiplas configurações, está mais próximo da realidade vivenciada contemporaneamente. Dessa forma, há um reducionismo significativo se consideramos existir apenas um único modelo ou padrão de família, deixando assim de perceber as particularidades e singularidades de cada arranjo familiar.



## 2.2

### Dinâmicas e relações na família atual

Como apresentado anteriormente, identifica-se que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea com relação à ordem econômica, às novas formas de organização do trabalho e ao estímulo ao crescimento da lógica individualista contribuíram para que a família na atualidade se apresentasse com uma série de variações consonantes à realidade dessa sociedade (Mioto, 2000).

Tais variações apontam uma revolução na reprodução humana – planejamento familiar e menor número de filhos – e na mudança de valores assim como a liberalização de hábitos e costumes – exercício da sexualidade, maior presença da mulher no mercado de trabalho, relações conjugais temporárias – que ocasionam uma nova organização dessa família e um aumento das variedades de arranjos familiares.

A fragilização dos vínculos familiares pode ser compreendida como uma das consequências destas aceleradas transformações, o que torna as famílias mais vulneráveis. Na sociedade brasileira nota-se que o grau de vulnerabilidade vem aumentando devido às desigualdades características da sua estrutura social fazendo com que as famílias desenvolvam estratégias complexas de relações para sobreviverem (Mioto, 1998).

Quanto às questões relacionadas à vulnerabilidade familiar, Cioffi (apud Mioto, 2000) aponta que as condições de vida dos componentes da família dependem menos da sua situação específica que daquelas que caracterizam sua família; ou seja, a vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas a fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou aos arranjos familiares. Tal argumentação encontra complementaridade na proposição de que:

A dinâmica interna da instituição doméstica ocorre no interior do processo de reprodução da sociedade que no caso brasileiro tem sofrido transformações na composição das famílias e em suas formas de sociabilidade. (Romanelli, 2003, p. 76)

A nova dinâmica familiar, ou seja, as estratégias criadas pelos integrantes da família no intuito de sobreviverem em uma sociedade complexa, corrida, com exigências que geram cada vez mais responsabilidades para esses é algo presente na sociedade contemporânea. Dentro do cotidiano familiar, por exemplo, as mulheres precisam dar conta das necessidades dos filhos, dos cuidados da casa, cumprir sua função no mercado de trabalho e, em alguns casos, sem contar com a presença masculina no sentido de dividir as atribuições familiares. Os membros da família contam com pessoas que estão fora do âmbito familiar no sentido de contribuir para que os cuidados familiares não sejam abandonados ou negligenciados:

A ação da família, como grupo de convivência, é marcada por uma dinâmica intensa, que demarca de seus integrantes um constante exercício de repensar o presente e o futuro, o que os leva a reorganizarem continuamente suas estratégias. (Romanelli, 2003, p. 76)

A atual dinâmica familiar implica mudança nos vínculos familiares, principalmente no vínculo entre homem e mulher, e isso se deve, segundo alguns autores (Carvalho, 2003; Miotto, 1997; Pereira, 2004; Sarti, 2003; Saffioti, 1987), à reformulação do lugar da mulher na esfera privada e na sua participação na esfera pública.

Como já citamos, até um passado relativamente recente, a família possuía uma estrutura hierarquizada, em que o marido/pai exercia a autoridade e o poder sobre todos os membros da família, e a divisão sexual do trabalho era bastante rígida, em que havia a separação das tarefas entre atribuições masculinas e femininas, quando à mulher cabiam os cuidados privados e ao homem os cuidados relacionados à esfera pública (Romanelli, 2003).

Dentro das concepções que abordam a dinâmica familiar atual, Bronfenbrenner (1996) sinaliza ser necessária a compreensão de como os fatores extrafamiliares afetam os processos intrafamiliares. Avaliar o nível de (im)permeabilidade do grupo familiar a fatores externos é fundamental nos estudos e nas análises da dinâmica familiar a partir do momento em que se terá uma visão direcionada a essa família, considerando sua dinâmica e as relações intrafamiliares em interação com os processos que extrapolam suas fronteiras.

As relações na família mediante as trajetórias individuais sofrem interferências e criam situações novas para a dinâmica familiar. As questões que

envolvem poder e autoridade são alteradas ao passo que os filhos e a mulher deixam de ser tão somente consumidores e passam a ser também geradores de renda, por exemplo. As posições na estrutura da família sofrem mudanças gerando novos relacionamentos e afinidades.

Segundo Minuchin (1982), a dinâmica relacional familiar pode sofrer alteração também a partir de crises previstas e imprevistas, as quais podem impactar a família provocando tensão e reordenamento nas relações já estabelecidas. Como crise prevista, o autor designa os acontecimentos próprios dos processos de desenvolvimento da família, tais como casamento de filhos, crescimento dos mesmos; contudo, tais crises podem ser superadas através de recursos internos à família. As crises imprevistas são as ocorridas fora do processo de desenvolvimento familiar, como mortes inesperadas ou perda de emprego do provedor, sendo necessária, então, a mobilização tanto de recursos internos como externos à família.

A dinâmica relacional e afetiva dentro dos processos familiares também se torna importante para o entendimento de como as famílias têm se organizado na atualidade, como elas têm superado, ou não, as crises previstas e imprevistas, como fatores externos e internos à família contribuem, ou não, para suas superações e como podem as dinâmicas familiares influenciar a ocorrência, ou não, de atos de violência intrafamiliar.

A compreensão da dinâmica familiar e de como ela se estabelece, mantém, modifica ou rompe os novos vínculos familiares, bem como o surgimento de papéis outrora não pertinentes ao contexto histórico – tais como o lugar da mulher e dos filhos bem mais autônomo em relação ao homem/pai – faz-se imprescindível neste estudo, uma vez que seu objeto consiste em conhecer as famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes, levando em consideração aspectos que envolvem sua organização, suas relações, seus vínculos e dinâmica.

## 2.3

### Famílias, violência e relações de poder

A organização da família é um elemento relevante no modo como ela conduz o processo de socialização de seus integrantes, transmitindo valores, normas e formas de conduta, orientando-os no sentido de eles se tornem sujeitos de direitos e deveres tanto dentro do universo doméstico/privado quanto no universo público (Romanelli, 2003).

Para Romanelli (2003), é a divisão sexual e etária que irá construir os papéis e posições diferenciados de acordo com gênero e idade dos integrantes da família. As relações de autoridade e poder também vão constituir elemento ordenador das questões familiares, definindo quem cumpre o papel de pai, de mãe, de filhos bem como as posições hierárquicas, os direitos e os deveres, porém de formas desiguais.

Tal forma de organização familiar está impregnada de valores, interações e mecanismos que moldam as maneiras de distribuição e exercício de poder por cada um de seus membros. Há condicionantes socialmente construídos que estão na base das formas como cada sujeito irá decifrar a realidade e sobre ela agir.

Bourdieu (1992), através da proposição dos conceitos de *habitus* e campo, irá contribuir para a discussão das formas como as famílias se organizam, articulam e relacionam. Para relacionar ambos os conceitos, é importante entendermos que existe uma relação de condicionamento, em que o campo estrutura o *habitus*, que vem a ser produto da incorporação da necessidade desse campo ou de um conjunto de campos concordantes. Bourdieu afirma que essa relação pode ser também de conhecimento ou de construção cognitiva, pois o *habitus* contribui para a construção do campo como mundo significativo dotado de sentido e de valor (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Bourdieu (1980) concebe o conceito de campo como um conjunto de relações históricas objetivas e concretas estabelecidas entre agentes e/ou grupos de dada sociedade, o que implica em uma constante administração de conflitos de interesses dos diversos segmentos e/ou indivíduos que o compõem.

O autor propõe que as práticas sociais implicadas no processo de socialização concorrerão para embutir nos diversos agentes valores tidos como referências, que contribuirão na construção de subjetividades impregnadas do que irá sintetizar o conceito de *habitus*: “(...) o *habitus* toma a forma de um conjunto de relações históricas “depositadas” no seio de corpos individuais sob a forma de esquemas históricos e corporais de percepção, de apreciação e de ação.” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p.24).

O conceito de *habitus* que Bourdieu desenvolveu corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver, agir nas mais diversas situações. O *habitus* irá traduzir estilo de vida, julgamento moral, político e também é visto como um modo de ação que permite construir estratégias individuais e coletivas (Vasconcelos, 2002).

Para relacionar os conceitos de campo e *habitus*, é importante reconhecer que os agentes ocupam no espaço social uma posição determinada pela sua origem de classe ou grupo social. É a partir da sua posição nesse espaço que os agentes elaboram suas representações e executam suas ações. A posição na qual o agente está inserido funciona como um campo de força em que eles se enfrentam com meios e fins diferenciados conforme a posição nessa estrutura de posições podendo transformá-la ou conservá-la (Bourdieu, 1989).

Na proposta de Bourdieu, é necessário ficar claro que, ao haver diferenças, divergências entre os diversos agentes, o processo histórico constitui o campo de determinada forma, construindo discursos hegemônicos que impõem constrangimentos às possibilidades de estranhamento e crítica do funcionamento do campo (Oliveira, 1999).

A formação dos conceitos, das idéias, dos valores internalizados pelos agentes irá depender dos “instrumentos” que eles possuem, os quais Bourdieu denominou de capital cultural. Para o autor, esse capital é configurado no discurso de uma sociedade acerca de si mesma, ou no acervo dos meios de expressão e significação que essa mesma sociedade coloca à disposição de seus agentes. O capital cultural está impregnado na vida da sociedade que fornece referências fundamentais de percepção, ação e análise aos agentes sem que eles tenham consciência disso (Oliveira, 1999).

O conceito de capital cultural é utilizado para distingui-lo do capital econômico (poder aquisitivo) e do capital social (redes de relações) (Vasconcelos, 2002). Dependendo da posição que o agente ocupe no campo,

ele será detentor de maior ou menor capital para negociar seus interesses sobre os demais. A distribuição do capital não é homogênea e sua circulação dependerá da organização do campo em termos de divisão de classes e de mobilidade social (Oliveira, 1999).

Dessa forma, entendemos que, dependendo da posição que o agente ocupe na dinâmica do campo e do maior ou menor capital cultural que ele possua, suas concepções, percepções e propostas relacionadas às situações de violência intrafamiliar tenderão a estar em conformidade com os instrumentos de que ele dispõe para lhes atribuir sentidos diversos, o que pode resultar em argumentos tanto para rejeitar seu emprego como mediadora de relações como para justificá-lo.

Sendo a família referida como um espaço social e seus membros reconhecidos como agentes sociais, pode-se entender, então, que é através da família que a criança e o adolescente aprendem a se relacionar, fazer escolhas, criticar, construir hábitos, costumes e valores, que poderão durar por várias gerações. É na família que esse “agente” construirá suas concepções e, dependendo da maneira como forem conduzidas em função das questões de costume, sexo, crença, situação socioeconômica e cultural, ele ocupará no futuro um determinado lugar nesse espaço social.

A violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes – física, sexual, psicológica e negligência – torna-se um *habitus* para muitas famílias, que, devido a um processo histórico que envolve capital cultural e campo, não vêem motivos para mudar suas condutas nem considerá-las como ações arbitrárias de forma que possam interferir na qualidade de vida das próprias crianças e adolescentes.

As concepções bourdieusianas prestam-se de forma apropriada para um decifrar da família brasileira e suas formas de manifestação do poder, por ter em sua fundamentação aspectos de não linearidade e não determinismo. As formas como as famílias irão enfrentar as situações de violência intra-familiar praticada contra suas crianças e adolescentes, as estratégias de reação ou as atitudes omissas dessa família terão como pano de fundo o capital cultural por elas “administrado”, bem como o *habitus* por ela “desenvolvido”.

Na ação profissional e em todas as estratégias que envolvam a atenção e a proteção à família, a busca pelo entendimento das relações que envolvem

capital cultural e os *habitus* existentes na sociedade pode contribuir para uma compreensão dessa família em toda sua amplitude.

## 2.4

### **Serviço Social e os desafios na contemporaneidade**

A complexidade da realidade social na contemporaneidade traz para o Serviço Social novos desafios e requer uma intervenção profissional, com redefinições nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos (Iamamoto, 1997).

A gravidade da “questão social” diante da consolidação e da crise do capitalismo no mundo e do processo de reestruturação produtiva assumiu na atualidade diferentes contornos, trazendo novos desafios para a profissão.

Não se pode falar em questão social sem antes fazer menção a sua origem. É sabido que o processo de acumulação ou ampliação do capital realiza-se historicamente na sociedade. Com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade se torna um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, configurando uma mudança no valor do capital e da sua composição técnica.

Dessa forma, há uma redução do emprego da força de trabalho vivo, uma vez que ocorre a inclusão de meios de produção mais eficientes com os avanços técnicos e científicos, o que estimula o aumento da produtividade, produzindo-se mais em menos tempo. Iamamoto (2008) contribui na discussão do assunto afirmando que há uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadoria, o que, conseqüentemente, ocasiona a ampliação das taxas de lucro.

O interesse em extrair maior quantidade de trabalho em menor tempo cresce por parte do empregador, gerando cada vez mais lucros para esse e impede, assim, a inclusão de mais trabalhadores no mercado. Para Castel (1998, p.496), tais trabalhadores ocupam um lugar na sociedade de supranumerários e os denomina de “inúteis para o mundo”.

Destaca-se que, para além desses trabalhadores capacitados, mas que estão fora do mercado de trabalho, cresce os trabalhadores ativos que ocupam atividades irregulares e eventuais, cujo cerne é a precarização, baixos salários e mais tempo de trabalho empregado, isso é, sobrevivem abaixo do nível médio da classe trabalhadora.

Diante do quadro traçado, cresce o pauperismo que, para lamamoto (2008), compreende o segmento formado por contingentes populacionais miseráveis, aptos ao trabalho, mas desempregados, e crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idoso, vítimas de acidentes, doentes), que dependem da renda de toda classe trabalhadora para sobreviver.

O acirramento das desigualdades sociais, a exclusão social, o empobrecimento das populações, a inflação, o desemprego, a violência, a crise na proteção social, o déficit orçamental, a dívida externa, a crise financeira, o afastamento do Estado frente às demandas sociais, enfim, todos esses fenômenos constituem-se como inúmeros desafios para as diferentes profissões, em especial, para o Serviço Social.

De acordo com lamamoto (1997), o grande desafio que o profissional do Serviço Social vive é o de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade, construir propostas de trabalho e efetivar direitos a partir da demanda que se apresenta no cotidiano, transformando-se em um profissional propositivo e não somente executivo. A autora ainda sinaliza a necessidade da compreensão da gênese da questão social e das situações particulares, as quais demandam propostas competentes do Assistente Social no seu exercício profissional. Nesse sentido, segundo a autora:

o novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas, quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender 'tempo presente, os homens presentes, a vida presente' e nela atuar, contribuindo também, para moldar os rumos de sua História. (lamamoto, 1997, p.32)

Ao Serviço Social tem-se colocado o desafio de pensar a questão social de uma maneira mais ampliada, sem esvaziá-la de suas particularidades. Discursos genéricos, com visões unívocas e indiferentes às questões sociais propriamente ditas, têm se apresentado no cenário da profissão:



A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar suas expressões específicas, que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas” (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc) (Iamamoto, 2008, p.18)

Pela importância do desenvolvimento da competência na formação profissional no intuito de compreender a realidade e intervir nas situações que ela nos apresenta, é preciso que se tenha claro o referencial teórico que ilumina a leitura que fazemos da realidade (competência teórica) para a reconstrução de conceitos; o desenvolvimento do papel profissional com habilidade, usando instrumental técnico e estratégias adequadas no enfrentamento da questão social, objeto da sua intervenção (competência técnica) e ter consciência da repercussão da sua intervenção na defesa de um projeto de sociedade (dimensão política) (Iamamoto, 2008).

#### **2.4.1**

##### **As mudanças familiares e a atuação profissional**

Lidar com as questões familiares, os problemas e as crises vivenciados por elas tem se tornado preocupação cotidiana dos profissionais que trabalham com famílias. Para além de uma atuação fragmentada, consideramos necessária a compreensão das diferentes formas familiares em diferentes espaços de tempo e lugar e também em espaço social. Dentro dessa perspectiva, pensa-se na família no âmbito das mudanças a ela inerentes, e há um descarte das ideias dos modelos cristalizados, partindo-se para as possibilidades em relação ao futuro (Mioto, 1997).

A intervenção profissional do Serviço Social direcionado às famílias demanda atenção a alguns aspectos que se tornam referência quanto aos cuidados e à atuação técnica.

O primeiro deles relaciona-se com o que Mioto (1997) reconhece como totalidade da família e requer o entendimento do mesmo como processo de contínuas mudanças. É necessário acrescentar que tais mudanças possuem relação com os fatores relacionados à estrutura social em que as famílias estão

inseridas e aos processos do desenvolvimento de seus membros. Segundo a autora, esses fatores contribuem para o surgimento dos problemas ou dificuldades familiares bem como para o aparecimento dos “membros sintomáticos”. Quando a família fracassa no manejo das dificuldades ou não encontra soluções para os “problemas”, ela é tida como fracassada ou problemática. Tem-se uma visão da família a partir do problema que ela vivencia e principalmente a partir do membro que “causa” este problema; contudo, ter uma visão da totalidade familiar na atuação profissional e de todos os fatores que acarretam as mudanças e as responsabilidades familiares precisa estar no centro da atenção do assistente social, no intuito de que não se criem ações funcionais e conservadoras que limitem as famílias, impedindo-as de alcançar sua autonomia e solução das questões que a fazem alvo da atenção profissional (Mioto, 2000).

Outro aspecto que consideramos importante no que tange à atuação profissional irá ao encontro do que desenvolvemos acima e tem relação com as estratégias de ação. No sentido de construir juntamente com a família, além da busca na solução imediata do problema que se apresenta, considera-se importante uma ação que ultrapasse unicamente a busca da identificação das fontes causadoras dos problemas e das dificuldades, auxiliando nas mudanças que contribuam para alterar a situação (Mioto, 1997).

Identificamos que nos atendimentos especializados com famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes torna-se característico a intervenção baseada na solução imediata do problema da violência, construindo ações para impedir a perpetuação da mesma. Afasta-se o possível agressor ou agressora do convívio familiar, busca-se o acolhimento institucional da criança, exigissem-se punições severas e imediatas aos agressores, trabalha-se para que a realidade familiar sofra mudanças, tais como transferência de residência, escola, emprego, entre outros.

Afirmar que as famílias com histórico de violência dessa natureza não precisam de mudanças ou alterações soa irônico, porém, o que precisa tomar a referência na atuação profissional é a compreensão de que tais transformações familiares precisam ocorrer de acordo com a realidade estrutural e social dessa família. É necessário ter-se claro que as relações familiares e as relações dessa com a sociedade sofrem alterações tanto antes da violência como após a essa.

É importante construir ações que possibilitem a essa família a percepção de que as mudanças necessárias à realidade vivenciada dependem não somente da sua participação, mas também da participação das instâncias públicas de proteção e direitos familiares. Tais ações podem ser desenvolvidas em ações grupais, no estímulo à participação em ambientes democráticos, na reivindicação dos direitos concernentes à realidade familiar (Mioto, 1997).

Dessa forma, para além da intervenção, faz-se necessário a existência de ações destinadas a promover a formulação e a implementação de políticas sociais que tratam da sobrevivência familiar:

Isso significa que no Brasil, as propostas de trabalho com famílias devem priorizar metodologias que lhes permitam sair do lugar solitário que hoje ocupam para um espaço que gere solidariedade e seja facilitador de formas de enfrentamento das condições econômicas, sociais e políticas: um espaço político no qual a ética seja o valor fundante. (Guimarães & Almeida, 2003, p. 134)

Para Szymanski (2002), atribuir às famílias das camadas empobrecidas a função de proteção às crianças e aos adolescentes sem oferecê-los meios para isso é, no mínimo, hipócrita. Faz-se necessário a elaboração de políticas que combinem políticas de emprego, habitação, educação e formação profissional.

As intervenções direcionadas às famílias precisam construir possibilidades de transformações efetivas no espaço social dessas e refletir a real situação das políticas públicas que embasem tais ações. Assim, o trabalho irá caminhar para além da tutela e do controle da família, para a “construção” de famílias parceiras e cidadãos (Mioto, 1997).

## 2.5

### **Cuidados familiares: redes de apoio e proteção social**

Segundo Mioto (1997), as proposições em torno da família idealizada como instituição socializadora, com relações definidas naturalmente e com o objetivo de proteger os seus membros vêm sendo abandonada. No lugar dessas

ideias, têm sido formulados pensamentos que indicam que a família inspira cuidados diante às grandes transformações por que passa a sociedade atual. Tem-se priorizado a questão da cidadania das famílias e reconhecido a responsabilidade social que se deve ter em relação a elas. A concepção que embasa tais proposições, para a autora, reside na necessidade de compreensão da família como um sistema em constante interação com a sociedade e que, para cumprir suas funções de proteção de seus membros, não pode prescindir de recursos externos ao grupo. Dentre esses recursos, em consonância com o estabelecido na Constituição Federal de 1988, ocupam posição privilegiada as políticas públicas, que devem ser implementadas pelo Estado brasileiro, em seus três níveis de administração.

Pelo fato de a família, segundo Bilac (1995), ter um caráter de mediação entre o indivíduo e a sociedade, é ela que irá estabelecer como serão produzidas as relações de seus membros em termos de divisão de papéis, poder, autoridade, buscando também precisar as relações estabelecidas com as outras dimensões da vida social – trabalho, política e Estado. Ou seja, a família media as relações entre sujeito e coletividade, entre público e privado.

### **2.5.1**

#### **Estado protetor: até quando?**

Para Pereira (2003), a família foi sendo descoberta como um agente privado de proteção social no final dos anos 70. Anteriormente a esse período – pleno de emprego e ofertas de políticas sociais universais – a família era considerada descartável no modelo do Welfare State (Carvalho, 2003).

O Estado de bem-estar social ou Welfare State “garantia” um Estado social de direitos dos cidadãos em que o indivíduo seguia sua vida podendo contar com suportes oriundos das políticas públicas desse Estado e do seu trabalho. As sociabilidades comunitárias e familiares foram sendo esquecidas e o estímulo à urbanização e ao crescimento econômico impulsionaram a valorização desse Estado social, que era considerado forte e assegurador das políticas sociais.

Draibe (1993) define Welfare State como um estado onde se usa o poder organizado para modificar as forças do mercado, a fim de que se garanta uma renda mínima independente aos indivíduos e à família, visando proporcionar condições para que o indivíduo enfrente problemas que ele denomina *contingências sociais*, ou seja, doença, velhice etc. Com a adoção dessa perspectiva de Estado, em especial onde sua implementação ocorreu de maneira minimamente ampla, as sociabilidades comunitárias e familiares foram sendo postas em segundo plano, e o estímulo à urbanização e ao crescimento econômico impulsionaram a valorização desse Estado social, que era considerado forte e assegurador das políticas sociais. Em consonância com tal proposição, para Carvalho (2003), “o Estado moderno, de direito, que hoje conhecemos, reduziu e até mesmo obscureceu várias das atribuições substantivas da família no campo da reprodução e da proteção social dos indivíduos” (p. 267).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve nos países capitalistas centrais a oferta universal de bens e serviços, que foram proporcionados pela efetivação de políticas públicas que privilegiavam o indivíduo. Acreditava-se, então, que o Estado poderia cumprir o papel da família (Carvalho, 2003).

Uma nova realidade foi apresentada a partir de 1980 no que se refere à família e ao Estado, dadas as mudanças histórico-estruturais e as estratégias neoliberais. Destacam-se a expansão do consumo em massa (industrialização) e o decréscimo da distribuição de serviços e bens (Estado de direitos). Assim, a “garantia” do pleno emprego deixou de ser “garantida” e a oferta de políticas sociais deixou de ser uma realidade (Pereira, 2004). Carvalho (2003) afirma, quanto às transformações ocorridas no campo da proteção social, que se fez necessário, à época, a criação de novos modos de gestão da política social por conta da reforma do Estado. Devido às novas demandas da sociedade, o desemprego, a pobreza, a desigualdade social apresentaram significativo aumento e as formas de produção se transformaram, bem como as relações de trabalho.

Dentro dessa realidade que a família passou a ser “recrutada” para contribuir nos cuidados dos indivíduos, de certa forma, representando uma espécie de retorno – e ainda mais radial – de sua valorização como principal asseguradora das condições de reprodução social. Pode-se dizer, então, que a

família e as políticas públicas apresentavam funções correlatas e imprescindíveis ao desenvolvimento e à proteção social (Carvalho, 2003).

Em se tratando de Brasil, Pereira (2004) contribui na análise da questão que envolve famílias e políticas públicas fazendo um contraponto entre elas relacionado à entrada da família no “circuito” das políticas, pois a autora entende que a “instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social dos brasileiros” (p. 29) e entende que os governos sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão dos cuidados para com seus membros. Aos homens (chefe de família) cabia o sustento da família via mercado de trabalho e previdência social; à mulher, as funções domésticas de cuidar dos dependentes e do lar (Pereira, 2004).

Dessa forma, entendemos que a trajetória da família brasileira envolve, entre outras coisas, a participação desta nas instâncias necessárias desde a sua origem, ficando para o Estado os cuidados/a proteção quando a anterior não cumpre seu papel. Nos anos de 1990 tal tendência se tornou mais legítima com a introdução do ideário neoliberal<sup>15</sup> hegemônico, em que, juntamente ao Estado, a sociedade e a família deveriam se responsabilizar para o cuidado/proteção de seus membros (Carvalho, 2003). Buscando caracterizar esse hibridismo característico da atual gestão e oferta de “bens sociais” à população, Carvalho (2003) afirma que:

Está na ordem do dia o Welfare Mix que promove uma combinação de recursos de meios mobilizáveis na esfera do Estado, do mercado, das organizações sociais sem fins lucrativos e ainda aqueles derivados das microssolidariedades originárias na família, nas igrejas, no local. (Carvalho, 2003, p. 270)

Pereira (2004) reforça que cada uma das instâncias envolvidas na proteção social comparecia com os recursos que eram peculiares a elas: ao Estado os recursos de poder, de autoridade coativa; ao mercado os recursos do capital; e à sociedade, da qual a família faz parte, os recursos de solidariedade. Assim, para a autora, hoje o Estado não reivindica o posto de condutor da política social e esquia-se das responsabilidades a ele inerentes; o mercado

---

<sup>15</sup> Propostas de reestruturação das políticas sociais sob a justificativa de melhorar a eficácia dessas em um contexto de crise diversificada. Recomendava-se a participação ativa da iniciativa privada na provisão social que substituiria o modelo em que o Estado era o agente principal (Ver: Anderson, 1995; Draibe, 1993; Behring, 2006).

satisfaz as suas necessidades através de práticas lucrativas; e à sociedade cabe a execução de atribuições solidárias.

Com tal configuração da gestão da política pública, há um esvaziamento da política social como direito de cidadania, uma vez que as fronteiras entre público e privado não existem, e a privatização das responsabilidades públicas são efetivamente concretizadas ao passo do tempo.

Alguns motivos nos levam a refletir como a família se encontra dentro desse complexo “mix” de responsabilidades e quais as dificuldades que se apresentam ao elegê-la como fonte privilegiada de proteção social. Como já citamos, a família não é tão somente um lugar de proteção e felicidades. A sua realidade envolve contradições: ao mesmo tempo em que é lugar de cuidados, de solidariedade e de refúgio, ela pode ser também um lugar de relações conflituosas que geram violência. Dessa forma, imputar à família a responsabilidade exclusiva para com a proteção social de seus membros é colocar tal proteção em um terreno de contradições e conflitos, além de ter como fundamento uma concepção idealizada, tal como anteriormente caracterizada e problematizada.

Outro aspecto que pode se apresentar como dificultador na colocação da família como ente exclusivo na condução da proteção social está no fato de – apesar de ela se apresentar atualmente com diversos tipos, em que o modelo de família nuclear está cada vez menos hegemônico – as políticas sociais persistirem sendo formuladas tendo como base essa tipologia. Pereira (2004) indica que a mulher na atualidade participa de forma bastante ostensiva do mercado de trabalho, e que há muitos casos em que o homem não é mais figura presente no cotidiano familiar. Tais realidades e vivências pouco são consideradas na elaboração das políticas públicas, o que implica para esta família mais ações e responsabilidades fora das suas condições e possibilidades.

A definição do papel da família do século XXI nos arranjos plurais de bem-estar está em voga, segundo Johnson (apud Pereira, 2004), e quanto a esse assunto é necessário que se tenha claro que o objetivo da política social não deve estar focado em pressionar a família para que ela assuma responsabilidades que vão além de suas forças; mas se faz necessário oferecê-las alternativas reais de participação cidadã.

A partir de uma compreensão fundada na complexidade das relações estabelecidas no âmbito familiar, na pluralidade de arranjos hoje existentes e na interação dessa instância com o Estado e os demais agentes sociais constitutivos da sociedade, procederemos à caracterização e à análise das famílias envolvidas em situações de violência contra crianças e adolescentes.



### 3

## **Conhecendo as famílias com histórico de violência intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes no município de Mesquita**

A realidade dos municípios da Baixada Fluminense apresenta-se diferenciada dos demais municípios próximos a capital da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória percorrida pelos municípios dessa localidade, incluindo Mesquita, é marcada por exclusão social, discriminação, ausência de oportunidades de emprego, falta de acesso a transportes aos demais municípios que apresentam melhor estrutura social e econômica. Tais fatores desencadeiam uma série de questões que atingem diretamente os moradores inseridos nessa região.

Cidade dormitório<sup>16</sup> é a nomenclatura que por inúmeras vezes fomos confrontados a ouvir. É bem verdade que, com a criação de shopping centers e supermercados e o crescimento do comércio de um modo geral, a nomenclatura acima citada tem sido questionada.

Os aspectos relacionados ao lazer, à cultura e à educação não têm prioridade nas regiões da Baixada Fluminense, mesmo possuindo lugares que com investimento e interesse público que podem ser transformados em espaços para exercício daqueles direitos.

Residentes do município de Mesquita, mas exercendo a função de trabalhadoras e estudantes fora dele – e muitas vezes na capital ou região metropolitana do Rio de Janeiro –, por inúmeras vezes nos vimos incluídas em diálogos em que o preconceito relacionado à região reconhecida como lugar de extrema violência fez-se demasiadamente presente.

Por entender que essa realidade peculiar da região reflete em todas as questões que perpassam o campo da violência intrafamiliar, e também urbana, consideramos de grande importância um reconhecimento da trajetória da Baixada Fluminense que tentasse desvendar as construídas concepções que giram em torno e atingem diretamente as famílias que ali habitam.

---

<sup>16</sup> Este termo é usado normalmente para associar as cidades nas quais uma parcela significativa da sua população trabalha ou estuda em outra cidade, além de apresentarem economia pouco dinâmica. Os governos locais tendem a se protegerem do rótulo de ser uma “cidade dormitório” devido a carga ideológica negativa que permeiam essa classificação. (OJIMA, 2012)

### 3.1

#### **Baixada Fluminense e Mesquita: realidades do passado que se refletem no cotidiano da população**

A região da Baixada Fluminense, região onde se localiza o município de Mesquita, tem sido nacionalmente reconhecida pelos grandes índices de pobreza urbana, aliados à falta de infraestrutura e à ausência de políticas públicas que dêem conta da realidade social (Porto, 2001).

Consideramos de grande importância analisar a formação da região da Baixada Fluminense, onde vamos observar trajetórias de violência, exclusão e ausência de políticas públicas, ou seja, uma realidade existente que vem fornecer alguns elementos para compreender os grandes conflitos vivenciados por todos os municípios que compreendem essa região.

A Baixada Fluminense é formada por treze municípios localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro, com cerca de três milhões de habitantes, formando uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina (Farias, 2005).

De acordo com Alves (2002), foi por volta da metade do século XVI que se iniciou a ocupação da Baixada Fluminense, quando foram distribuídas as primeiras sesmarias<sup>17</sup> no recôncavo da Bahia de Guanabara. Tal região ficou despovoada até início do século XX e, em 1910, o local já era habitado por aproximadamente 70 mil pessoas, enquanto que na cidade do Rio de Janeiro chegava-se a uma população de 1,2 milhões de habitantes.

O cultivo da cana de açúcar foi a exploração econômica feita na região até o final do século XIX, que contava com grandes rios e afluentes que viabilizavam um importante sistema de deslocamento fluvial, mas que dificultavam a construção de caminhos terrestres devido às áreas pantanosas em grande escala. No início do século XVIII foi realizada uma abertura dos caminhos terrestres que contribuiu como rota de ligação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, já no ciclo do ouro.

---

<sup>17</sup> Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. (Dicionário on line de português. Disponível em [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br). Acesso em 15/06/2011)

Em 1830, três localidades foram elevadas a condição de vilas: Vila Iguaçu, Vila da Estrela, hoje Magé, e Vila de Itaguaí. Tal elevação decorreu em função de entreposto comercial que essas vilas assumiram, e não pelas condições de desenvolvimento econômico e demográfico, até porque os caminhos terrestres utilizados como rota comercial perderam importância com a construção das ferrovias na segunda metade do século XIX, quando também se instaurou um ciclo de decadência na região, que contribuiu para o declínio da economia canavieira. Destaca-se também que foram as vias férreas que contribuíram e facilitaram o curso de mercadorias e pessoas da baixada para a cidade do Rio de Janeiro (Alves, 2002).

Diante dessa situação econômica desfavorável, no início do século XX foi iniciado o cultivo de laranjas, que visava à exportação para a Europa. A área cultivada compreendia o que hoje são os municípios de Queimados, Nova Iguaçu, Japeri, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis e Mesquita. Entre 1920 e 1940 o “ciclo da laranja” teve o seu auge, porém, a eclosão da II Guerra Mundial impossibilitou a exportação, e, com o surgimento de uma praga denominada “mosca mediterrânea”, a citricultura da região teve sua ruína (Farias, 2005).

Com a possibilidade do término da exportação, o cultivo da laranja teve seu fim e, com isso, as fazendas passaram a ser loteadas para fins habitacionais. Na década de 40 no Brasil o modelo urbano-industrial se instalou e o fluxo de pessoas para as cidades aumentou e, conseqüentemente, também para as periferias, local onde se instalou a população com menor renda. Assim, a Baixada Fluminense foi sendo habitada pela população que buscava preços baixos e proximidade à cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se também que a via férrea facilitava o acesso à capital federal da época.

Diante desse quadro, a população da Baixada duplicou em quase 10 anos, e em algumas regiões triplicou. As situações de conflitos por terra, a ambição de grileiros na busca de despejar os camponeses ainda existentes, possibilitaram revoltas armadas na região. Agrava-se o fato do governo do estado na época não permitir a vinda de força policial para o local, o que contribuiu para a existência de estruturas não oficiais de segurança, que com o passar do tempo foram tomando força e exercendo funções de “proteção” para quem se contrata:

Percebendo, porém, a importância nacional da Baixada, onde Nova Iguaçu era a oitava cidade brasileira em população, e a originalidade da conjuntura sócio-

política e econômica local, a ditadura militar deu apoio à montagem de um dos mais poderosos esquemas de execuções sumárias da história do país. A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, na condição de força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, iniciou-se a escalada dos grupos de extermínio. (Alves, 2002, p.62)

O envolvimento de policiais nos grupos de extermínio, o investimento financeiro dos comerciantes e de empresários e a proteção política local contribuíram para o crescimento desses grupos, que não estão distante do que conhecemos hoje como milícias.

Ainda, conforme afirma Alves (2002), o combate a esses grupos de extermínio na localidade teve maior expressão nos anos 90, após esforços de promotores e a nomeação de novos delegados para assumir as delegacias da área da Baixada. Dessa forma, os processos judiciais dos diversos homicídios ocorridos na região passaram a ser concluídos e foi possível destituir os esquemas de execução que agiam associados ao poder político local.

Não podemos deixar de destacar também na trajetória política da região o envolvimento de integrantes desses grupos de extermínio na chefia do poder executivo. Dois dos maiores municípios da Baixada Fluminense elegeram para suas prefeituras representantes desses grupos, o que permitiu o desaparecimento das estratégias montadas no início da década de 90 (Alves, 2002).

O termo *Baixada Fluminense* representou uma fusão entre o geográfico e o social, uma vez que, inicialmente, essa região era definida como pertencente ao litoral e à Serra do Mar no Estado do Rio de Janeiro, onde se formava um relevo de baixas planícies, muitas vezes inundáveis, que se estendia de Itaguaí a Campos dos Goytacazes, no norte do Estado. A partir de inúmeros casos de assassinatos ocorridos nas regiões que hoje compreendem a Baixada Fluminense, alguns municípios deixaram de ser reconhecidos pelo termo, ficando somente alguns municípios que hoje compreendem a região. Esses passaram, então, a serem definidos por esse termo, que os identifica e ressalta ainda mais os aspectos violentos (Alves, 2002).

Os municípios da Baixada Fluminense estão localizados muito próximo um do outro e possuem consideráveis índices de urbanização. Em sua formação histórica, eles registram altos índices de violência, que se expressam na média

de aproximadamente dois mil assassinatos por ano, ou 74 homicídios por 100 mil habitantes (Alves, 1998).

Percebe-se, dessa maneira, o quanto a trajetória da Baixada Fluminense em está coberta de momentos de violência urbana, de ausência de política pública de segurança e do crescimento de uma população excluída e em busca de desenvolvimento e crescimento econômico. Além disso, a existência de representantes políticos que pactuam com princípios violentos resulta em execuções e homicídios que têm por finalidade a resolução de questões pessoais e, quiçá, públicas também. Não distante dessa realidade, encontra-se o município de Mesquita, que é o local onde realizamos a pesquisa.

Mesquita é o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro. Ele adquiriu sua emancipação em 25 de novembro de 1999 e possui 41,6 km<sup>2</sup> de área e uma população estimada em 168.403 habitantes, sendo considerado um município de médio porte. A população da cidade corresponde a 1,51% da população do estado do Rio de Janeiro e verifica-se uma concentração de 3.992,31 habitantes por km<sup>2</sup>.

Quanto à sua infraestrutura, o município apresenta 5 hospitais públicos e 16 postos de saúde, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego de 2008. No que se refere à educação, o município apresenta 37 unidades de ensino fundamental, 7 de ensino médio e 3 de ensino superior. Os aspectos relacionados ao turismo e lazer apresentam 4 hotéis, 1 biblioteca comunitária e nenhum estabelecimento que envolva lazer como cinema, teatro ou museu (Sebrae, 2010).

A distância de Mesquita para a capital do Rio de Janeiro é de 28 km e para o município de Nova Iguaçu e de Nilópolis é de 4km, e a cidade enfrenta problemas típicos das grandes regiões metropolitanas brasileiras, como a superpopulação, a violência em seu sentido amplo, a fome e o desemprego.

As crianças e adolescentes de zero a dezoito anos foram quantificadas em 42.986 pessoas em 2001, segundo dados do DATASUS, baseado no Censo demográfico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esse instituto, em 2006, apontou que aproximadamente 35% da população de Mesquita possuem idade entre 10 e 29 anos. Tal dado evidencia o crescimento desse segmento da população, e, junto a esse, os altos índices de violência na cidade e a ação do crime organizado, tornando esse público ainda mais vulnerável socialmente.

### 3.1.1

#### **Organização do campo da Assistência Social em Mesquita**

Quando criada, a Secretaria de Assistência Social estava vinculada à Secretaria de Saúde e Trabalho e, somente em 2003, tornou-se Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAS, passando a gerir a administração pública da Assistência Social como um todo.

Conforme site oficial da Prefeitura (2011), os objetivos da SEMAS baseiam-se em criar mecanismos de enfrentamento da pobreza em nível municipal, implementando ações a partir de planejamento de metas, como também assegurar a Assistência Social como conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que propiciem o processo de inclusão social.

É necessário, contudo, também ressaltar o aspecto sócio-educativo da Assistência Social, que, entre outras tarefas, tem o dever de informar continuamente à população quanto aos seus direitos, facilitando, assim, o acesso aos serviços prestados. Para que esse conjunto de demandas se viabilize é necessário atuar de forma articulada com as demais políticas públicas, a fim de garantir a universalização e a qualidade dos serviços oferecidos pela Assistência Social à população de Mesquita.

A SEMAS tem suas intervenções pautadas na Política Nacional de Assistência Social, no Plano Municipal de Assistência Social, na Lei Orgânica da Assistência Social, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e em legislações pertinentes aos direitos da mulher, da igualdade racial e da pessoa com deficiência.

Em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, os programas e projetos implementados pelo órgão gestor do município de Mesquita dividem-se em Proteção Social Básica, que consiste na prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e em Proteção Social Especial, que tem por objetivos promover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de situações de risco ou violação de direitos.

Os programas e projetos do Serviço Social desenvolvidos na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho estão assim distribuídos:

**Proteção Social Básica** – Programa Projovem Adolescente, Programa Ativa Idade, Programa Criança-Cidadã, Pólo de Natação e Hidroginástica, Atendimento em Creches, Bolsa Família, Banco de Alimentos, Programa Sua Casa, Seu Lar, Atendimento Psicológico e Benefício de Prestação Continuada.

**Proteção Social Especial** - Abrigo de Adultos Andréa Guimarães, Casa Abrigo para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social, Serviço de Enfrentamento à Dependência Química e Programa Bem Querer.

**Geração de Trabalho e Renda** - Centro de Referência de Economia Solidária; Feira Solidária; Incubadora Municipal de Cooperativas Populares; Padaria Escola, Telecentro de Inclusão Digital, Cozinha Comunitária; Cursos Profissionalizantes e o Centro de Educação e Cidadania (CECI).

**Outras Ações** - Café da Manhã dos Trabalhadores, Casamento Comunitário, Bazar da Solidariedade, Aluguel Social, Cooperação Italiana, RioCard para Idosos, Festa Natal das Famílias e Mãos Dadas com a Cidadania.

No município foi criado o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que também é conhecido como “Casa da família”, para o efetivo desenvolvimento da Proteção Social Básica (PSB). Essa instituição é um espaço físico próximo às residências das famílias e tem como objetivo proteger a população das situações de risco, que vão desde a sobrevivência até a necessidade de fortalecer as relações.

O CRAS tem como referência o atendimento de até cinco mil famílias por território, buscando coordenar a rede de serviços socioassistenciais e integrar o atendimento com outras políticas sociais. Em Mesquita existem 07 (sete) unidades do CRAS em pleno funcionamento, que estão sob a responsabilidade e administração da SEMAS e estão localizadas nos bairros de Rocha Sobrinho, Banco de Areia, Chatuba, Jacutinga, Santa Terezinha, Edson Passos e Juscelino.

Para operacionalizar as ações da Proteção Social Especial, foi criado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferece serviços sócioassistenciais, que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, tais serviços requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e

individualizada, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento pessoal e comunitário das pessoas atendidas, através do resgate da autoestima e da reinserção na vida social, favorecendo assim a autonomia.

É no CREAS que o serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo (PAEFI) é operacionalizado. Nele são oferecidos serviços de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, que incluem violência física, psicológica, negligência e sexual; exploração sexual; situação de rua e mendicância; vivência do trabalho infantil; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; abandono entre outros. As ações do PAEFI compreendem atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, na busca do fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e as submetem a situações de risco pessoal e social. Os serviços do PAEFI são articulados com as atividades e as atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e nos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2006b). As ações de enfrentamento do CREAS são chamadas de proteção social especial (SNAS, 2008).

O fluxo de atendimento no CREAS deverá ser entendido de maneira articulada, que opera não somente na referência, mas também fortalece o trabalho da contra-referência, potencializando a articulação dos diversos atores do município e garantindo a integração da rede de serviços e o atendimento sistemático das famílias referenciadas (SNAS, 2008). Quanto aos atendimentos realizados às famílias, eles devem ser desempenhados por uma equipe interdisciplinar, que priorize o desenvolvimento da escuta qualificada, através da qual possam ser garantidos encaminhamentos direcionados às demandas explícitas, tendo como referência o acompanhamento da família em sua totalidade e não apenas a situação de violação de direitos apresentada (Miotto, 2004).

O CREAS de Mesquita recebeu recentemente novas instalações que incluem, entre outras coisas, acessibilidade e recepção. A equipe técnica do CREAS é composta por: 1 (um) coordenador, 2 (dois) assistentes sociais, 2



(dois) psicólogos, 1(um) advogado, 1(um) técnico administrativo e 1 (um) educador social.

Os serviços oferecidos atualmente pelo CREAS de Mesquita compreendem Abordagem Social; Serviço de Proteção Social à adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços Comunitários; Serviços de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosos e familiares desses; Serviço Especializado para pessoas em situação de rua; e Serviço de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual.

É importante acrescentar que, antes da organização do CREAS, o município contava com um serviço municipal denominado Programa Bem-Querer, que pertencia à Secretaria Municipal de Saúde e realizava o acompanhamento e atendimento dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar por suspeita ou confirmação de violência praticada contra criança e adolescente. Após a inauguração do CREAS, em dezembro de 2008, o acompanhamento das famílias com histórico desse tipo de violência ficou a cargo do CREAS, que absorveu a equipe técnica do programa antes citado.

### **3.2**

#### **Perfil social das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**

As concepções de família e suas mudanças, bem como as realidades que envolvem a violência, vêm ao encontro do pesquisado e identificado no campo de pesquisa.

Os motivos que nos levaram a realizar o estudo ora realizado giram em torno do fato de termos exercido a função profissional como assistente social no CREAS de Mesquita, cuja estrutura e atividades foram mencionadas nos itens anteriores, desde a sua inauguração até o ano final da pesquisa. Os vínculos profissionais estabelecidos na época, tanto entre a equipe do CREAS como entre toda a rede de assistência social, continuaram sólidos, o que facilitou grandemente o desenvolvimento da pesquisa.

### 3.2.1

#### Aproximação e caracterização do campo de pesquisa

Anterior ao início do estudo, esclarecemos que procedemos com toda formalidade para inserção no campo de pesquisa, que inclui solicitação e autorização para a realização da investigação junto ao órgão gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Além disso, realizamos diversas visitas ao CREAS, buscamos contato com a equipe técnica do órgão, e organizamos um roteiro de direcionamento da pesquisa, que continha as referências condizentes com o objeto de estudo.

Para o presente estudo, fizemos a análise de 55 prontuários de famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre junho de 2009 a maio de 2011. Nesses prontuários encontramos documentos, como ficha social, relatórios, ficha de evolução, encaminhamentos, ofícios e relatórios recebidos de outros órgãos.

A partir dos documentos analisados, identificamos que 41% dos casos pesquisados iniciaram acompanhamento no CREAS em 2009, 37% em 2010 e 22% no ano de 2011. Identificamos também que nesse período 30 casos foram desligados do Centro de Referência, que 9 continuaram em acompanhamento, e que, a partir de junho de 2011, o CREAS iniciou 26 novos acompanhamentos de famílias com esse perfil de violência contra crianças e adolescentes. Os motivos que levaram ao desligamento incluem abandono ao acompanhamento, conclusão do caso e transferência para CREAS de outro município devido mudança de residência.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos um roteiro subdividido em 21 itens de análise, que foram divididos em 3 partes cada: composição familiar, relação familiar e dinâmica familiar. No intuito de obter uma melhor observação e análise da pesquisa, elaboramos um quadro em que constam os itens do roteiro, bem como as descrições dos casos.

### **3.2.2**

#### **Composição das famílias**

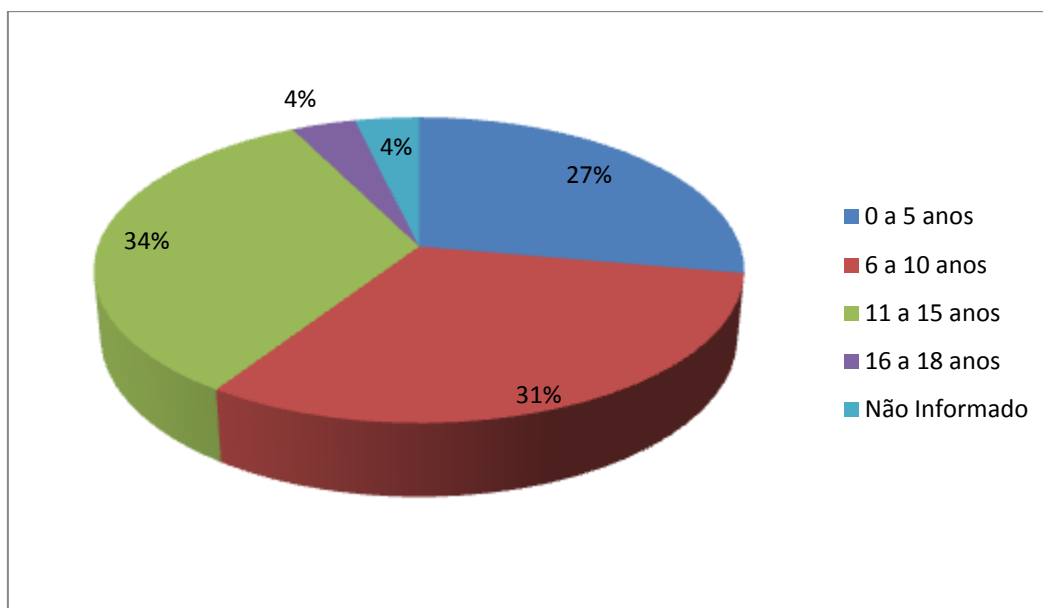
Na composição familiar procuramos caracterizar as famílias atendidas no CREAS destacando sua formação, tipologia, bairro de residência, idade e escolaridade das vítimas, tipo de violência, renda financeira da família e situação ocupacional dos integrantes desse espaço.

#### **3.2.2.1**

##### **Caracterização das famílias: conhecendo a realidade social**

A caracterização das famílias dentro da composição familiar serve para compreendermos as realidades das que apresentam o histórico de violência intrafamiliar. Tal compreensão tem a intenção de contribuir para além das elaborações de políticas públicas específicas, já que intenta, principalmente, desconstruir as concepções existentes que não se aprofundam nas reais situações das famílias com esse tipo de histórico de violência e contribuir para que novas ideias a respeito dessas sejam construídas dentro do campo.

**Gráfico 1- Distribuição por idade das crianças vítimas de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS – Mesquita (N=55)<sup>18</sup>**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 e junho de 2011.

O gráfico 1<sup>19</sup> apresenta a distribuição por idade das crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS de Mesquita. Identificamos que as crianças e adolescentes entre 11 e 15 anos, que correspondem a 34% dos casos, são as mais violentadas; as que possuem idade entre 6 e 10 anos representam 31% do resultado da pesquisa; as crianças de 0 à 5 anos se apresentam como 27% e os casos que incluem adolescentes entre 16 e 18 anos e os casos não informados representaram, cada um, 4% das famílias atendidas.

Esses dados permitem retomar Rizzini (2009) quanto à trajetória da infância e suas representações. A assistência pública à criança e ao adolescente no país apresentou algumas características que deixaram marcas profundas no sistema de atendimento até a atualidade. A atenção à infância não tinha uma função de reconhecimento da mesma como tal, com suas características e particularidades, nem os cuidados buscavam a proteção e transformação da

<sup>18</sup> N=55 corresponde ao número total de prontuários analisados de famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita.

<sup>19</sup> Para fins de apresentação, optamos na análise de alguns gráficos fazer menção somente aos dados que consideramos relevantes, não deixando, com isso, de considerar o resultado total da pesquisa.

situação vivenciada pela criança. Buscava-se exclusivamente “moldar” as crianças para, assim, civilizar o país (Rizzini, 2006).

O fato de historicamente não existir ações de reconhecimento da criança e do adolescente contribuiu para que significativa parcela dessa população permanecesse à margem da sociedade, conforme afirma Rizzini (2008), e a construção e a consolidação da política social de atendimento à criança e ao adolescente teve como fator contribuinte a abertura democrática e o surgimento de movimentos sociais comprometidos com o reconhecimento da infância (Vogel, 2009).

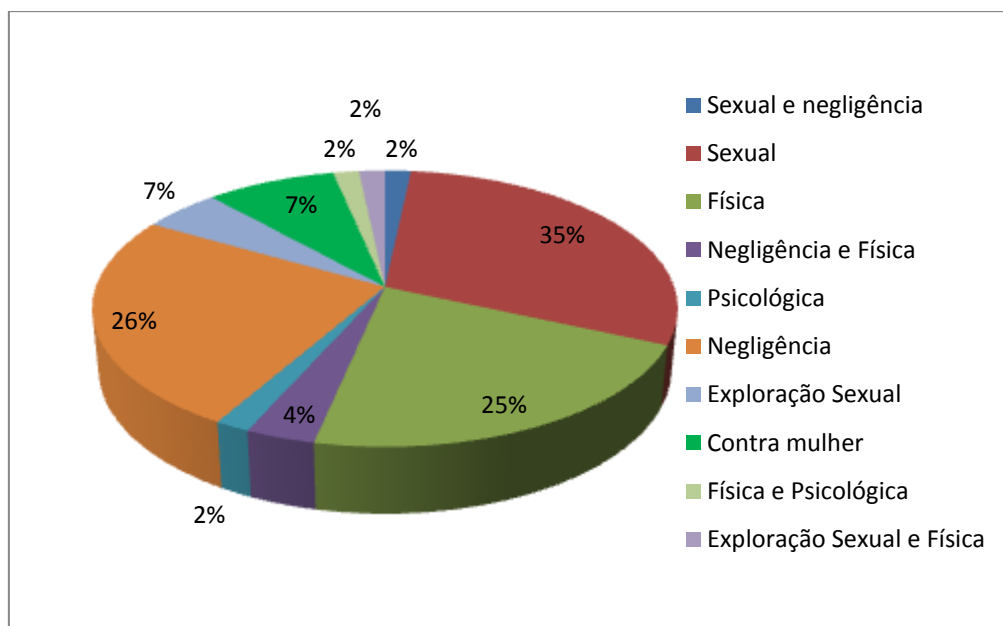
A partir de então, surgiram no campo das políticas de atendimento à infância e à adolescência grandes transformações na busca de abordagens inovadoras. As mudanças alcançaram também os campos jurídico e social, que se configuraram na consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente e possibilitaram a construção de políticas sociais e, conseqüentemente, de serviços públicos como o CREAS, que buscam a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

As políticas de proteção à infância e à adolescência passaram a ter novas estratégias de ação (Faleiros, 2009; Sarmiento, 2009; Costa, 2004) e foram representadas nas ações públicas de forma a contemplar qualquer faixa etária, pois, conforme representação dos dados da pesquisa, observa-se que em todas as faixas etárias que compreendem a infância há registro de violência intrafamiliar. Pelo fato na infância as crianças serem pequenas, frágeis e indefesas, a violência no âmbito familiar, seja ela “leve” ou não, ocorre nessas faixas etárias, o que pode trazer danos para a criança em vários aspectos do desenvolvimento dela, seja no plano emocional, seja no social (Costa, 2004).

Outro recorte a ser ponderado quanto ao registro de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes diz respeito às relações sociais existentes no contexto familiar, baseadas nos princípios de autoridade e poder (Romanelli, 2003), em que a criança é “vista como *coisa*, um não-ser, um ausente de desejos” (Souza, 2001, p. 17).

Nas famílias em que a prática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é estabelecida como medida educativa, e a utilização do autoritarismo e do poder é estratégia de socialização e convivência do adulto em relação à criança, os direitos e deveres de cidadãos formalmente iguais, incluindo a criança e o adolescente, é algo a ser considerado.

**Gráfico 2- Distribuição por tipo de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

O tipo de violência intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes mais frequente, segundo dados da pesquisa, é o sexual, que corresponde a 35% dos casos analisados; em seguida apresenta-se a negligência, com 26%, e, com 25%, a violência física. A exploração sexual e a violência contra a mulher representaram 4% dos casos da pesquisa. Mesmo não fazendo parte do objeto de estudo, consideramos interessante apresentar as situações de violência relacionadas à mulher como demonstrativo da situação de vulnerabilidade que a mulher se encontra em relação à família. Nos casos analisados, as mulheres sofriam violência juntamente às crianças e aos adolescentes, e identificamos que em alguns casos as mulheres foram as primeiras vítimas da violência intrafamiliar, passando as crianças a serem violentadas posteriormente; observamos também que algumas mulheres, ao defenderem os filhos, tornavam-se vítimas da violência intrafamiliar.

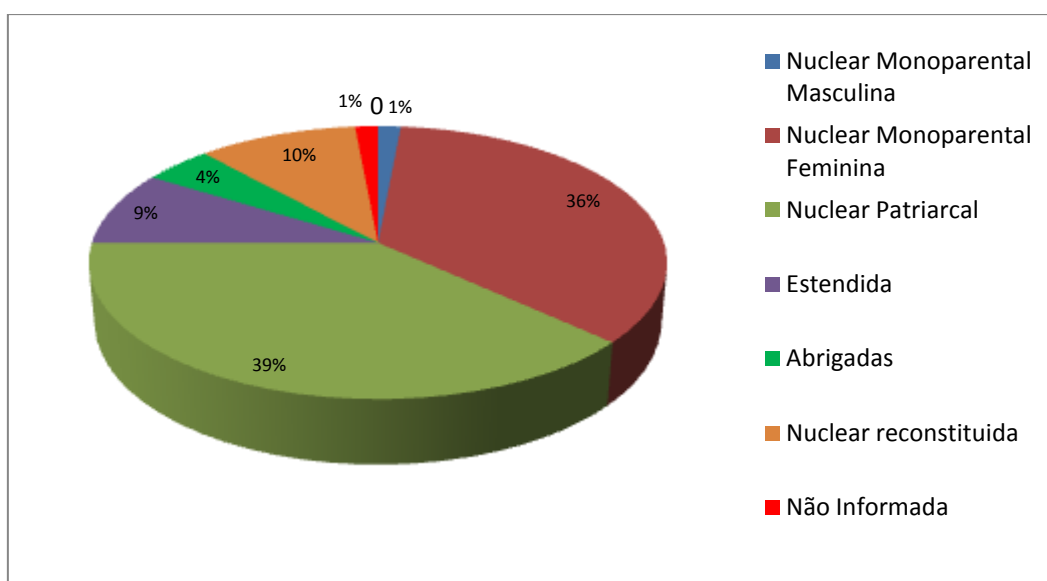
Vale ressaltar no estudo dos casos acompanhados pelo CREAS que envolvem violência física e negligência e dos casos em que ambos os tipos foram classificados como o mesmo caso, ou seja, famílias que perpetravam os dois tipos de violência contra a criança e o adolescente simultaneamente, os resultados apresentados demonstraram que esses tipos de violência têm sido

denunciados e entendidos como ações de violência contra a criança e o adolescente, em lugar de naturalizá-los ou banalizá-los, como discutido por Gonçalves (2003).

Com isso, não queremos dizer que as concepções formadas em torno da violência física, vista como meio de educação, de ensino, de cuidado, estão sendo abolidas na sociedade; contudo, ter uma representação de casos acompanhados pelo CREAS de famílias com histórico de violência intrafamiliar que praticam a violência física e a negligência contra as crianças demonstram que as recentes leis que coíbem tal ato têm trazido reflexões e mudanças quanto à situação. De acordo com Baptista (2005), a implantação de leis coibindo a violência física pode resultar na redução da violência no Brasil, como aconteceu com outros países.

Conforme já citado, a violência sexual nas famílias com histórico de violência intrafamiliar atendidas no CREAS de Mesquita é o tipo de violência mais praticada, e destacamos as seguintes observações relacionadas a esse dado: a) os supostos autores são as pessoas que mais demonstram cuidado, atenção e aproximação com as crianças; b) a ausência de serviços públicos de atenção ao agressor podem possibilitar novas ações de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

**Gráfico 3- Distribuição dos tipos familiares das famílias com história de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

Em relação ao tipo de família acompanhada pelo CREAS com as características desenvolvidas neste estudo, buscamos analisar as mesmas conforme definições encontradas na literatura e condizentes com a realidade da população mesquitense.

A família nuclear patriarcal (Correa, 1993), pelas características históricas e culturais que já foram discutidas anteriormente neste estudo, apresenta-se como o tipo de família com maior representação. Metade das famílias acompanhadas pelo CREAS de Mesquita com histórico de violência intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes, que corresponde a 39% dos casos analisados, apresenta as características de uma família nuclear patriarcal. Já a família nuclear monoparental feminina compreende 36% do total de famílias analisadas. Destacamos a representação da família monoparental masculina, que compreende 1% dos casos, configurando, assim, a existência desse tipo familiar. Acrescentamos que, nos casos observados, a ausência da figura da mulher na composição desse tipo familiar se dá pelo fato de ela ser a autora da violência praticada contra a criança e o adolescente e, por isso, afastou-se da convivência familiar, deixando ao homem as responsabilidades familiares.

A família estendida representou 2% dos casos analisados e caracteriza-se por ter como integrantes componentes oriundos de outros vínculos relacionais, sejam eles familiares ou não (Ozório, 1996). Foram encontrados também casos em que vizinhos faziam parte da composição familiar, uma vez que um dos integrantes familiares foi o autor da violência praticado contra a criança e, por esse motivo, afastou-se do convívio com os mesmos (Gueiros, 2002). Os casos analisados compreenderam situações em que os vizinhos acolheram mais de uma criança da composição familiar desfeita, e que envolviam os tipos de violência sexual e física. Os vínculos com os vizinhos fazem parte de uma nova sociabilidade, em que as relações tradicionais são refeitas para se adequarem à nova ordem. O vizinho é visto como mais do que alguém que mora ao lado, e os laços criados com a vizinhança refletem as necessidades vivenciadas pelas famílias na atualidade (Sarti, 1996).

A família nuclear reconstituída apresentou-se como 9% dos casos pesquisados e representa as mudanças ocorridas na família brasileira. A existência desse tipo de família vem crescendo no Brasil, de acordo com Ozório (1996), e tal fato está relacionado ao aumento dos números de divórcio e de separações e à não submissão da mulher a relações insatisfeitas, devido à



possibilidade de ela se sustentar economicamente. Entretanto, tais mudanças não significam o fim dos casamentos ou uniões consensuais, uma vez que boa parte dos que se separam voltam a se “casar” (Ozório, 1996).

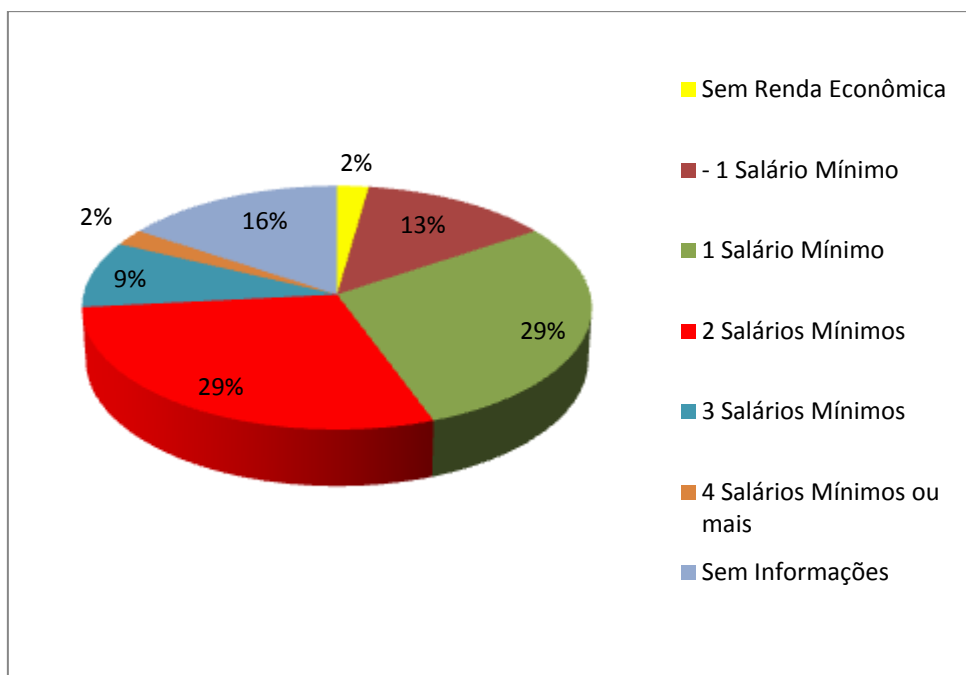
De acordo com a realidade das famílias pesquisadas, encontramos situações de crianças que, pelo fato de estarem acolhidas em instituição, não foram incluídas em nenhuma tipologia da família. Essas representaram 6% dos casos analisados e, mesmo abrigadas, continuam sendo acompanhadas pelo CREAS de Mesquita<sup>20</sup>.

Os dados apresentados, em que se constata a presença da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em todos os tipos de famílias, contradiz o imaginário social que considera a família um espaço de socialização pelo afeto, o respeito aos indivíduos e a união pelo amor (Morgado, 2001). Sendo assim, identificamos que as famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes mantêm as características de famílias reconhecidas por Szymanski (2003) como “famílias pensadas”; mas, por outro lado, também apresentam características de “famílias vividas” (Szymanski, 2003; Gueiros, 2002). Tal percepção vem ao encontro do que Gueiros (2002) afirma quanto às mudanças familiares ocorridas nas últimas três décadas, que redefiniu os papéis entre homens e mulheres, a inclusão da mulher no mercado de trabalho, a constituição da mulher como indivíduo e que explicam as novas configurações da família na atualidade.

---

<sup>20</sup> Esclarecemos que os casos das crianças acolhidas em instituições iniciaram o acompanhamento no CREAS quando ainda residiam com os familiares e, posteriormente, foram acolhidas. Optamos em identificá-las dessa forma no intuito de termos uma visualização das crianças acolhidas provisoriamente em instituições e entendemos que, mesmo institucionalizadas, elas não perdem as referências familiares.

**Gráfico 4- Distribuição por renda econômica das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

Quanto à situação econômica das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, observamos pelo gráfico que elas possuem, em sua maioria, uma renda financeira familiar que gira em torno de 1 salário mínimo (29%) e dois salários mínimos (também 29%), representando um total de 58% dos casos que possuem renda de até 2 salários mínimos. Outro dado que caracteriza essa família diz respeito às famílias com renda financeira abaixo de 1 salário mínimo, que são 13% do total. As famílias com renda econômica acima de 3 salários mínimos, somadas, compreendem um total de 11%, sendo 9% com 3 salários mínimos e 2% com 4.

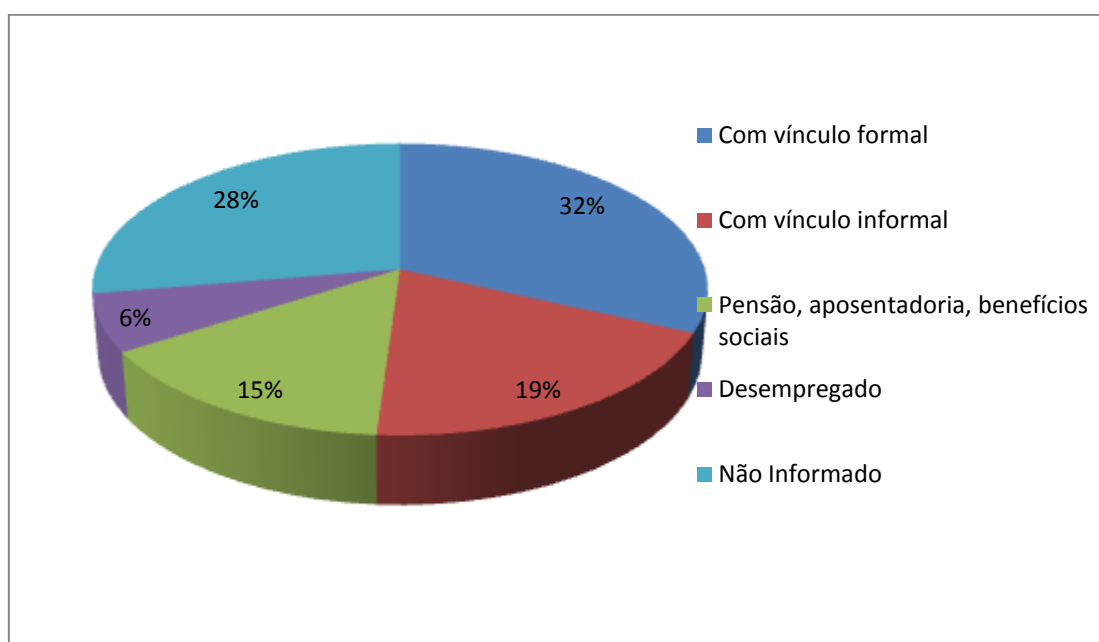
Os dados apresentados mostram também que 44% dessas famílias sobrevivem com uma renda de até 1 salário mínimo e que a maior parte das famílias com histórico de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS sobrevivem com uma renda econômica de até 2 salários mínimos. Tal informação parece evidenciar que as famílias com baixa renda econômica são as mais violentas; porém, de acordo com Costa (2004), a violência nessas classes torna-se mais visível em função de condições sociais e existenciais, que deixam essa parcela da população mais exposta e vulnerável. Por esses motivos, são tais

famílias as que mais utilizam os serviços públicos de saúde, educação, assistência social, o que as tornam mais visíveis na esfera pública.

A renda econômica das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes é uma característica que apresenta a realidade de pobreza que essas pessoas vivenciam e que não pode justificar a violência. Ainda para Costa (2004), as precárias condições de moradia, o desemprego e os baixos salários são fatores que contribuem para as condutas violentas. Correlacionada à posição de com Gueiros (2002), são essas mesmas famílias em que o Estado deposita uma sobrecarga, que, na maioria das vezes, elas não conseguem suportar, demonstrando que a complementaridade Família-Estado parece cada vez mais tênue.

Em relação à origem da renda econômica das famílias, o gráfico seguinte informa que 32% delas possuem vínculo formal, cujas funções são desempenhadas basicamente nas profissões de merendeiras, vendedores, funcionários públicos, empresários, barbeiro, segurança, entre outros<sup>21</sup>:

**Gráfico 5- Distribuição quanto à situação ocupacional dos integrantes adultos das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

<sup>21</sup> Esclarecemos, ainda, que na análise dos dados incluímos as atividades profissionais exercidas pelos adultos da casa e não encontramos situação de trabalho infantil.

As famílias que apresentaram vínculo informal representam 19% dos casos pesquisados e as funções que elas exercem giram em torno de atividades como feirantes, diaristas, costureiras, artesãos, vendedores, lavadeira e “biscates”, sendo que não houve maior especificidade quanto à função deste último, mas entendemos que deva incluir funções que não exijam carga horária, atividade específica e técnica.

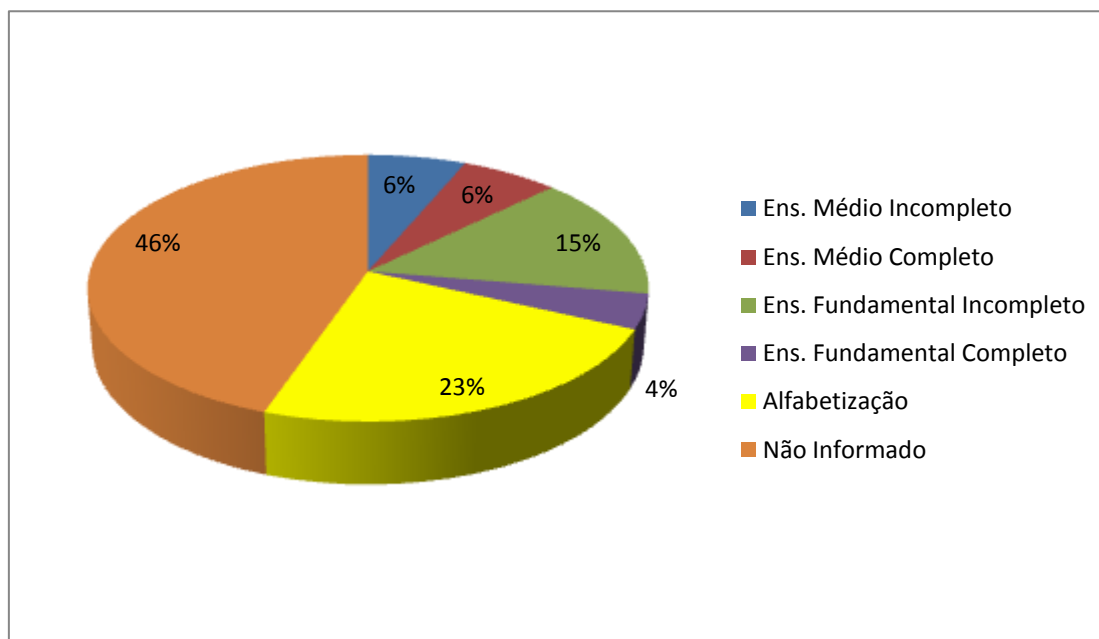
Quanto à representação das famílias com renda econômica oriundas das pensões, aposentadorias e benefícios sociais, elas correspondem a 15% dos casos. Desses, percebemos que os casos de aposentadoria compreendiam os originados pelos avôs das crianças (aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez); que as pensões são divididas em pensão por morte, nos casos das avós que residem com as crianças e compõem a renda econômica, e em pensão alimentícia, destinadas às crianças.

Tais situações relacionadas à renda econômica originada pelos idosos que compõem as famílias com histórico de violência intrafamiliar nos remetem à necessidade de se estar atendo aos direitos também dos idosos, que podem ter, nessas circunstâncias, o cerceamento do uso próprio do valor das suas respectivas rendas, que são consideradas como únicas em algumas famílias. Nessas situações, entendemos ser relevante a visão da totalidade familiar (Miotto, 1997), em que se destaca a intervenção no sentido de garantir os direitos de todos os integrantes da família, sejam eles crianças e adolescentes ou idosos.

Os benefícios sociais compreendem os de renda mínima, como Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). As situações de violência intrafamiliar contra as crianças e adolescentes ocorrem também com crianças que apresentam problemas de saúde e, por esse motivo, recebem o benefício social. Encontramos nas famílias pesquisadas casos em que as crianças apresentavam Síndrome de Down e casos em que as mães tinham problemas de origem mental. Isso vem ao encontro ao fato apontado pela literatura de que, entre as parcelas da população infantil tratada com violência, destacam-se também as crianças e adolescentes portadoras de deficiência física ou mental. Segundo Azevedo e Guerra (2010), estudos científicos demonstram que essas crianças são mais vulneráveis à violência doméstica do que as demais, devido às dificuldades de mobilidade física que dificulta, entre outras coisas, a defesa pessoal.

Encontramos algumas dificuldades quanto à falta de registros nos prontuários que abordem este aspecto (28%); porém entendemos que esse item torna-se fundamental na construção do perfil das famílias com histórico de violência intrafamiliar por apresentar, assim, o indicador profissional dessas.

**Gráfico 6- Distribuição conforme escolaridade das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

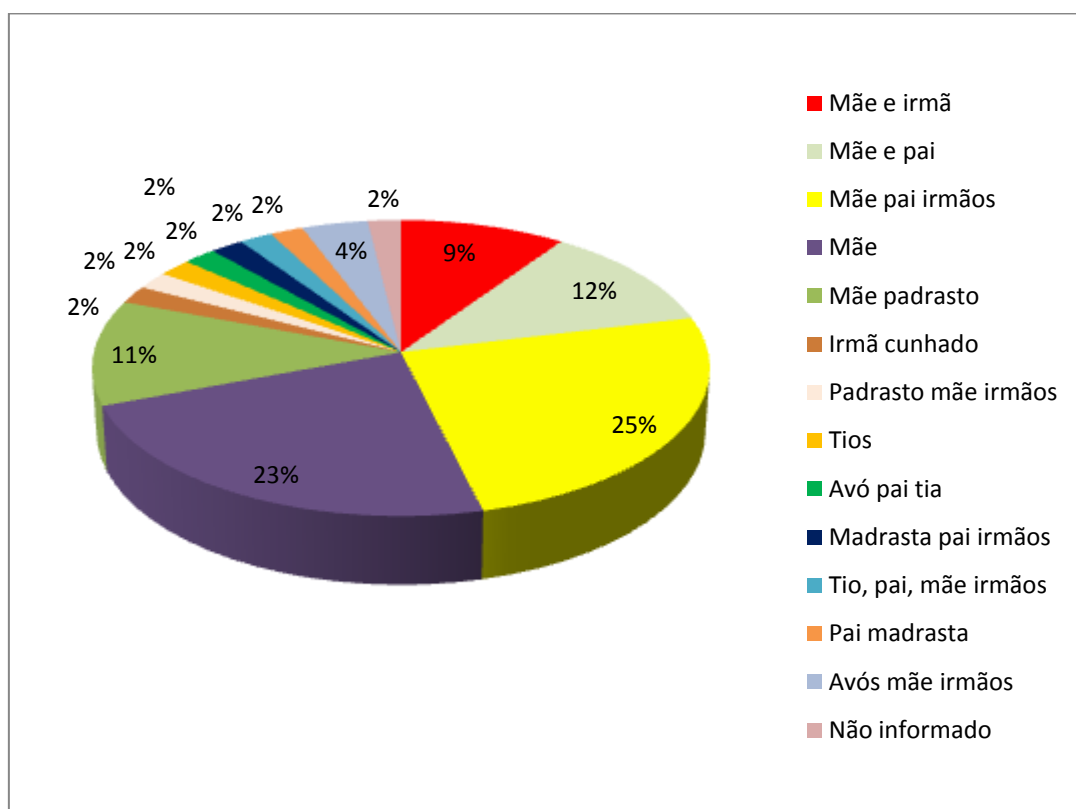
O gráfico 6 apresenta os dados da escolaridade das famílias, e, a partir dele, percebemos que esse aspecto não é captado de forma clara durante o acompanhamento realizado pelo CREAS, pois muitos prontuários (45%) não disponibilizavam informações que contribuíssem para a análise. Como encontramos dificuldades na busca de dados procuramos dividir a análise de forma que ela contemplasse todos os níveis encontrados. Como alfabetização, por exemplo, consideramos também baixa escolaridade, pouco estudo ou palavras que nos remetessem a ela.

Das famílias que foi registrada a escolaridade – pouco mais da metade do total –, das quais as informações constavam dos prontuários, as com histórico de violência intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes apresentam um nível de escolaridade dos adultos baixo, já que 42% deles se autodeclararam alfabetizados e 27% afirmaram ter ensino fundamental incompleto. Os que

apresentaram ensino médio incompleto e completo representam 12% dos casos cada, e 8% dos casos apresentaram famílias com ensino fundamental completo.

A escolaridade das famílias estudadas apresenta-se baixa, e tal fato pode suscitar uma visualização da violência, seja intrafamiliar ou não, como estratégia de resolução de conflitos de forma imediata. Não queremos com isso dizer que a violência está restrita às populações com pouco acesso à educação, até porque a primeira tem se mostrado presente em todos os estratos sociais, independente de classe, renda ou nível de instrução (Minayo, 2002); mas o capital cultural e o *habitus* dessas famílias fortemente referidos à autoridade parental e aos papéis tradicionais de gênero é um dos fatores que pode concorrer para a existência de relações baseadas na violência (Bourdieu, 1989).

**Gráfico 7- Distribuição dos integrantes das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes antes da violência (N=55)**



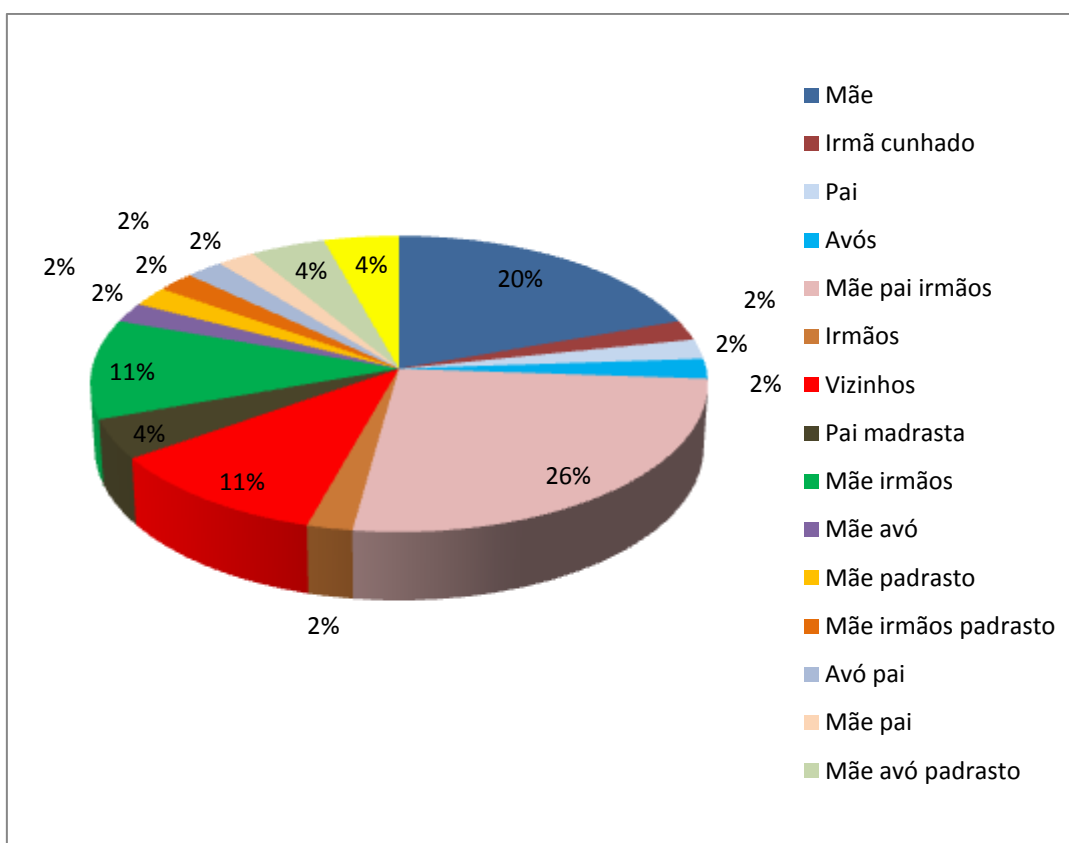
Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

Ainda dentro da análise da composição familiar e para identificar os integrantes das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, fizemos um levantamento dos componentes dessas famílias e

procedemos com uma observação quanto à composição antes da violência (gráfico 7) e após a violência intrafamiliar (gráfico 8). Para a análise incluímos os integrantes da família sem as crianças e os adolescentes vítimas da violência.

Os integrantes das famílias acompanhadas pelo CREAS de Mesquita com práticas de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes apresentam-se, de um modo geral, da seguinte maneira antes da violência: famílias compostas por mãe, pai e irmãos (25%); famílias somente com mãe (23%); famílias compostas por mãe e pai (12%) e com mãe e padrasto (12%); famílias compostas por mães (10%); famílias compostas por mãe, avó e irmãos (4%); e casos que incluem pai e madrasta (4%). Essas famílias foram as que apresentaram maior representação e identificamos documentos que não apresentavam informações que contribuíssem para a análise.

**Gráfico 8- Distribuição dos integrantes das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes após violência<sup>22</sup> (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

<sup>22</sup> Incluímos o gráfico na mesma página para que a visualização dos componentes familiares após a violência intrafamiliar se fizesse entendível.

Após a violência intrafamiliar, a configuração quanto à composição dos integrantes familiares apresenta-se diferentemente: a) as compostas por mãe e pai caíram para 2%, embora anteriormente fossem 12%; b) as que apresentavam como integrantes mãe e padrasto, da mesma forma como a anterior, desceram para 2%; c) as famílias compostas por mãe, pai e irmãos representaram, após a violência, 26% dos casos e as compostas pela mãe e irmã, 11%, ficando essas duas últimas 1% acima dos casos com uma composição antes da violência intrafamiliar; d) os casos das famílias reconstituídas, cujos componentes compreendem pai e madrasta, aumentaram 4%; e) e houve um decréscimo, de 3%, nos casos das famílias compostas por mãe, representando agora 20%.

Percebemos que as mudanças na composição familiar relacionam-se, entre outras coisas, com as situações de violência intrafamiliar vivenciada pelas famílias. A primeira percepção diz respeito à redução das famílias que possuem como integrantes pai ou padrasto, e acreditamos que isso se dá pelo fato de serem esses os possíveis autores da violência intrafamiliar contra as crianças e os adolescentes. Outra percepção não muito diferente da anterior trata da diminuição das famílias compostas somente pela mãe e, possivelmente, isso se justifica também pelo fato dela ser a possível autora da violência.

Além disso, constatamos que as famílias compostas por pai e mãe diminuíram consideravelmente, evidenciando, assim, que a família não é mais a mesma, principalmente quando vivencia experiências de violência. Dessa forma, entendemos que as famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes não apresentam as características das famílias pensadas, conforme definição de Szymanski (2003); mas podemos classificá-las como famílias vividas, em que a observação do cotidiano familiar com as transformações a ele inerentes é destacada.

Surgem novos “personagens” nas novas composições familiares após a ocorrência da violência intrafamiliar direcionada à criança e ao adolescente compreendendo: a) vizinhos (11%); b) mãe, avó e padrasto (4%); c) mãe, avó, irmãos e tio (4%); d) irmãos (2%); e) mãe e avó (2%); f) pai (2%).

Percebemos que a rede familiar é ampliada após a violência intrafamiliar, que e a presença das mulheres na nova composição familiar é marcante. As avós e irmãs mais velhas surgem como integrantes da família após a violência intrafamiliar, e a presença das vizinhas, como novos integrantes da família,



também vem consolidar um novo tipo familiar que, no caso, surge para apoiar e proteger as crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar (Gueiros, 2002; Sarti, 1996).

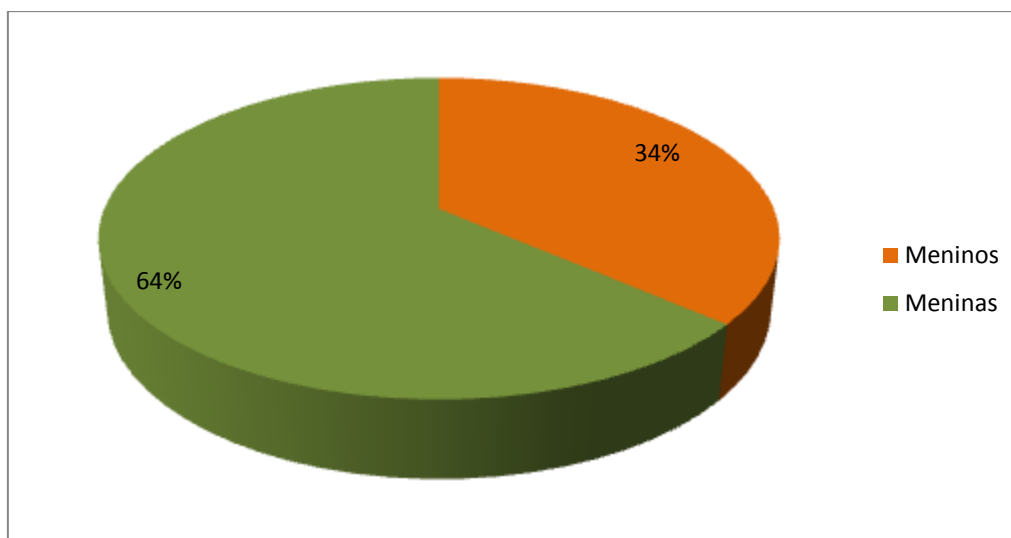
Esclarecemos que nos casos analisados quanto à composição dos integrantes das famílias após as situações de violência intrafamiliar foram encontradas informações em todos os prontuários em relação às características buscadas, o que demonstra, com isso, que a atenção e os cuidados direcionados às famílias se dão somente após a violência, não havendo uma compreensão ou conhecimento da realidade social dessas famílias antes do “problema familiar”, sem evidenciar, assim, as causas, no caso estudado, da violência intrafamiliar e outros fatores que originaram as situações levadas aos centros de referência (Mioto, 1997).

### **3.2.2.2**

#### **Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar: a mulher no contexto familiar**

Um aspecto que se apresenta na composição familiar vai ao encontro as questões de gênero desenvolvidas por Saffioti (1987), em que as mulheres são dominadas pelos homens a aproximadamente seis milênios e são, desde a infância, vítimas dessa dominação expressada também através da violência intrafamiliar.

**Gráfico 9- Distribuição por sexo das crianças vítimas de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS – Mesquita (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

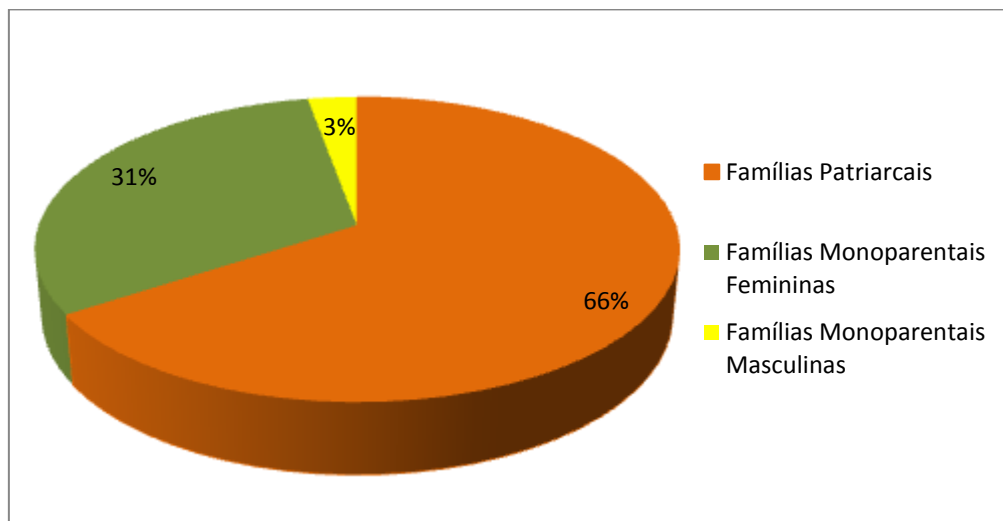
Na pesquisa, o sexo masculino apresentou-se como 34% do total das crianças vítimas de violência intrafamiliar enquanto as crianças do sexo feminino apresentaram-se como 64% do total pesquisado.

As concepções do patriarcado definida por Saffioti (1987), em que há a relação de dominação da mulher pelo homem no conjunto das relações sociais, vem ao encontro do que identificamos na pesquisa. As meninas, vistas culturalmente como “sexo frágil”, em situação de vulnerabilidade sofrem mais com a violência intrafamiliar. De acordo com Saffioti (1997) no que concerne ao feminino e ao masculino, há o processo de formatação do homem e da mulher, que desde cedo são orientados a agir, sentir e pensar conforme os preceitos sociais. A normatização social procura determinar – inclusive as cores das roupas dos bebês– o comportamento do sujeito, suas opções de vida pessoal e profissional. As relações sociais entre homem e mulher, nessas condições, tornam-se desiguais e de assujeitamento. A compreensão desses fenômenos é repassada às classes sociais e etnias, reforçando, hegemonicamente, que as relações entre homem e mulher devem se estabelecer de forma desigual (Saffioti, 1997).

Em consonância ao proposto pela autora, uma das características das famílias com histórico de violência intrafamiliar contra criança e o adolescente no município de Mesquita corresponde ao fato de que as meninas são as vítimas

mais frequentes desse tipo de violência, e tal fato se relaciona a trajetória de histórico-cultural e política da mulher (Szymanski, 2002).

**Gráfico 10- Distribuição da família patriarcal após situação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (N=55)**



Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita no período entre maio de 2009 a junho de 2011.

Para identificar se houve alteração na tipologia da família após a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes nos aspectos relacionados à figura feminina, fizemos um levantamento somente das famílias que eram consideradas patriarcais e que sofreram mudanças nas suas representações partindo para a tipologia de família monoparental feminina e família monoparental masculina. Observamos que 66% dessas famílias não sofreram alteração, e que 34% apresentaram mudanças em suas configurações. Deste último, 31% apresentou-se como família monoparental feminina após a violência intrafamiliar e 3% como família monoparental masculina.

Os dados apresentados contribuíram com o estudo no seguinte sentido: a) as famílias com histórico desse tipo de violência, quando sofrem mudanças, contam com o apoio de outras mulheres, como avós das crianças, vizinhas, amigas, irmãos e qualquer figura, em sua maioria feminina, que queira se aliar às vítimas no sentido de romper e protege-las da violência; b) muitas famílias continuam dependentes, seja economicamente, emocionalmente, socialmente, da figura masculina.

Os papéis sexuais na família, historicamente construídos pela sociedade burguesa, em que cabe a mulher – seja ela, mãe, avó ou irmã – a responsabilidade pelos cuidados dos integrantes familiares, principalmente das crianças e adolescentes, refletem-se nas famílias na atualidade (Romanelli, 2003). O papel introjetado de mulher e mãe, muito referido à identidade de gênero, tem fundamentos para além dos registros simbólicos das vivências familiares. A conformação desse papel no exercício da feminilidade foi engendrado em um processo histórico de construção de hegemonia masculina (Castel, apud Oliveira, 2011).

As desigualdades que perpassam as relações de gênero e que, historicamente, foram construídas na sociedade podem resultar em um estranhamento quanto ao contato físico entre pais e filhos, situação essa já naturalizada pelas mães.

Como expressão do *habitus* (Bourdieu, 1989) como condicionantes das referências de percepção, análise e ação, verificamos que as mulheres recorrem ao apoio quanto aos cuidados infantis à outra figura feminina; mas quando o suporte requer cuidados financeiros e sociais, é na figura masculina que ela busca suporte. Tais ações são tomadas mediante a realidade social e a vivência cotidiana dessa mulher. Visualizar, portanto, esse sujeito de forma diferenciada, bem como a criança e o adolescente, no contexto familiar com histórico de violência pode significar um avanço considerável nos cuidados familiares.

### 3.2.3

#### **Novas relações familiares e os vínculos estabelecidos**

A observação das relações familiares neste estudo vem apresentar as mudanças existentes no âmbito familiar na atualidade, principalmente daquelas que possuem histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, que é o objeto desta pesquisa.

Entender como os membros dessas famílias se relacionam internamente e externamente, as redes de proteção social e os serviços privados que estão na base relacional delas, bem como verificar se a violência intrafamiliar tem relação

com as formas como essas famílias se relacionam, é o que pretendemos analisar estudando essas relações.

As relações familiares foram estudadas de acordo com a realidade social das famílias e suas várias formas de relação intra e extrafamiliar. Poucos eram os elementos que faziam menção às relações familiares e, principalmente, aquelas direcionadas às relações que envolvem crianças e adolescentes. As relações das crianças e adolescentes com a figura paterna também foi outro elemento insuficiente para a coleta de dados.

Trata-se de uma análise qualitativa, em que os números<sup>23</sup>, embora tenham servido de referência – como é o caso das mudanças na composição familiar –, os registros e documentos constantes dos prontuários pesquisados foram as principais fontes.

### **3.2.3.1**

#### **Vínculos intrafamiliares: relações diárias**

Identificamos que as relações das crianças e adolescentes com os supostos agressores<sup>24</sup> da violência intrafamiliar apresentavam antes da violência características de vínculos familiares fragilizados, com poucos relacionamentos, baseados na autoridade por parte do agressor. Tal percepção relaciona-se ao que Adorno (apud Guerra, 1995) afirma quanto ao favorecimento da produção da violência nas relações marcadas pelo autoritarismo por parte de um adulto, em que as crianças são vistas como “coisas”, ausentes de desejos e direitos.

No sentido contrário encontramos também registros de casos em que os vínculos com as crianças demonstravam atenção e cuidados; porém, tais atitudes eram criadas no intuito de facilitar a violência sexual, e destacamos, por exemplo, a prática de brincadeiras infantis, os cuidados pessoais no banho e

---

<sup>23</sup> Optamos em identificar os casos por numeração a partir deste item e as menções em porcentagem ocorrerão somente quando necessárias. Igualmente, nesta seção, por se tratar de uma análise eminentemente qualitativa, não serão apresentados gráficos.

<sup>24</sup> Afirmar que uma pessoa é a autora requer fundamentos que provem tal fato. Durante a atuação no CREAS a equipe técnica sempre buscou ter cuidado quanto a tais afirmações, entendendo que essas poderiam, no futuro, trazer complicações para a família judicialmente.

atitudes que expressavam ciúme excessivo, principalmente direcionado às meninas (casos 5, 7, 12, 18, 19).

Para Fahlberg (2001), o incesto, ou seja, o abuso sexual baseado na relação familiar por parte dos pais, acontece no contexto em que supostamente se educa, protege e cuida da criança, e é dentro desse ambiente que, segundo a autora, a criança deveria adquirir uma boa interpretação da realidade e da vida relacional.

Ainda quanto aos relacionamentos das crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar com o suposto agressor, registramos casos consideráveis de crianças que apresentavam atitudes que demonstravam medo nas relações sociais e raiva do autor (casos 3, 5, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45).

Encontramos casos em que os relacionamentos entre a vítima e o possível autor da violência tornaram-se pouco frequentes após a violência praticada. Nesses casos, os agressores foram afastados do convívio familiar seja por determinação judicial, seja por vontade própria (casos 4, 8, 10, 12, 19, 23, 24, 27, 36, 37, 38, 39, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55).

Também foi identificado neste estudo o vínculo familiar das crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar com os seus possíveis agressores. Percebemos que são as mães as que mais praticavam a violência, cerca de 40%, seguida dos pais, que correspondiam a 30% dos casos, dos tios com 10% e dos padrastos com 6%. Tal situação, de acordo com Costa (2001), pode ser relacionada ao fato de serem as mulheres as que representam maior autoria de violência intrafamiliar dos tipos física, negligência e psicológica. Cabe às mães também, conforme Romanelli (2003) esclarece, exercer na aparência o papel de mediadora e representante do pai nas relações com as crianças e os adolescentes, uma vez que este se encontra ocupado com outras tarefas. Contudo, na realidade, a organização e a construção das regras familiares são construídas tanto pelo pai quanto pela mãe e são socializadas aos filhos, em especial, pelas mães. A manutenção das conquistas familiares e a ascensão social dependem, em larga escala, da ação socializadora da mãe, que, segundo Romanelli (2003), deve preparar os filhos para que alcancem os objetivos esperados pela família, nem que para isso utilize as estratégias que considerar necessárias, ou seja, a prática da violência intrafamiliar.

Os irmãos também se apresentam como possíveis autores da violência intrafamiliar contra as crianças e adolescentes, sendo nos casos estudados

todos do sexo masculino. Dentre outros vínculos familiares, também identificamos tios, avôs, cunhados e parentes do pai ou da mãe.

Registramos também casos em que outros tipos de violência, como tráfico de drogas, violência contra mulher e violência urbana, já faziam parte do cotidiano dessas famílias. Tais práticas podem ter contribuído para que os vínculos relacionais da família fossem estabelecidos com práticas de violência, favorecendo a violência intrafamiliar (Adorno, 1995).

Os novos arranjos familiares, bem como suas novas composições, contribuem para que as famílias passem a experimentar novas relações intrafamiliares com novos sujeitos familiares. Surgem irmãos somente da parte do pai, irmãos por parte da mãe, namorados das mães e dos pais, filhos dos cônjuges dos pais, novos avós e tios.

Na pesquisa com famílias que fazem parte dos sujeitos deste estudo, registramos casos que nos remetem às novas relações familiares encontradas na sociedade. Identificamos pais e mães que vivenciam novas relações conjugais, que residem com novos parceiros ou não. Percebemos que metade dos pais e das mães das crianças vítimas da violência intrafamiliar apresentava histórico de outros relacionamentos conjugais, e a outra metade não havia vivenciado outras relações conjugais. A possibilidade da dissociação do casamento através do divórcio, a diminuição dos índices de casamento formal, entre outras coisas, têm contribuído, segundo Gueiros (2002), para que existam novas configurações familiares e possibilidades de novos relacionamentos, conforme foi observado nas famílias atendidas no CREAS de Mesquita. Essas novas experiências poderão significar oportunidade de relações diversas, inclusive podendo funcionar como reparadoras das vivências anteriores que foram permeadas por algum tipo de violência.

Outro aspecto direcionado às novas relações intrafamiliares que identificamos na pesquisa refere-se à presença de irmãos com genitores diferentes, ou seja, popularmente conhecidos como “irmãos por parte de mãe ou por parte de pai” (casos 4, 5, 19, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 52, 53, 54).

Dentro de uma visão que podemos chamar de tradicional pode-se entender que as novas relações familiares têm possibilitado a origem da violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes; porém identificamos nas famílias acompanhadas no CREAS de Mesquita que as relações intrafamiliares que são baseadas na autoridade por parte do adulto, que

denotam princípios relacionais rígidos, também apresentam situações de violência intrafamiliar como resolução dos conflitos e problemas familiares. Portanto, não há uma relação direta entre o tipo de composição familiar e a ocorrência de violência, antes eles concorrem para o exercício arbitrário do poder por adultos suficientemente inadequados para fazê-lo (Oliveira, 2007).

Percebemos que as famílias consideradas contemporâneas passam a experimentar novas relações dentro do próprio âmbito familiar e a desvendar essas novas relações. Dessa forma, conhecê-las e interpretá-las coloca-se como desafio para o trabalho com famílias, principalmente quando há a presença da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente.

A compreensão do contexto e do cenário em que as relações familiares são estabelecidas torna-se fundamental para a análise e a construção a respeito da temática. A família de hoje não se apresenta mais com as relações internas formais estabelecidas pela sociedade. Existem novos componentes, novas atitudes, novos diálogos, novas relações conjugais e novas convivências, que precisam ser consideradas para a efetiva compreensão da dinâmica.

### **3.2.3.2**

#### **Vínculos extrafamiliares das crianças e adolescentes**

Buscamos entender, dentro das novas relações familiares, como a família com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes se relaciona fora do âmbito familiar. Quanto à relação familiar com a rede pública, analisamos as instituições que se constituíram como rede de atenção à família após a violência intrafamiliar.

Algumas redes de atenção, como a de educação através das escolas, já faziam parte da vivência familiar, principalmente das crianças; mas os serviços de proteção à família oferecidos pelo CREAS e os de proteção às crianças oferecidos pelo Conselho Tutelar fazem parte das novas relações extrafamiliares. Destacamos também as relações estabelecidas com os CRAS do município, onde identificamos que 35% das famílias são acompanhadas por esse equipamento.



Os órgãos judiciais, como a Vara da Infância e Juventude e o Ministério Público, também foram encontrados nos registros profissionais como espaços relacionais das famílias. Esses relacionamentos são estabelecidos por meio de atendimentos com a equipe técnica do órgão ou por visitas domiciliares feitas pelos mesmos.

O serviço de proteção à mulher vítima de violência, em que se destaca o Centro de Referência Casa da Mulher<sup>25</sup>, também foi encontrado nos registros dos prontuários das famílias, e, conforme constatamos anteriormente nos tipos de violência intrafamiliar, a violência contra mulher também se faz presente nas famílias estudadas.

No caso das crianças acolhidas em instituições temporárias, as famílias delas relacionam-se com a instituição municipal para crianças – Casa de Acolhimento e Cidadania (CAC)<sup>26</sup>. As visitas realizadas pelas famílias à instituição e as visitas domiciliares realizadas pela equipe técnica configuram-se também como relações extrafamiliares.

Registramos também vínculos com os serviços de atenção às crianças e aos adolescentes com deficiência física e mental. O Centro de Orientação Caminhos do Aprender (COCAP)<sup>27</sup> é a instituição onde as famílias são encaminhadas pelo CREAS para atendimento especializado de saúde e onde é oferecido atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outros.

Na formação dessa rede de intervenção e enfrentamento, Mioto (1997) enfatiza a importância de ser ter uma leitura da realidade familiar de forma totalizada e não fragmentada, pois são as mesmas famílias que circulam pelas diferentes instituições em diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e justiça. As famílias que são acompanhadas pelo CREAS também podem ser acompanhadas pelos CRAS e pelo Centro de Referência da Mulher, e cada serviço possui uma equipe técnica que realiza a escuta da família, que muitas

---

<sup>25</sup> Centro de referência destinado ao atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social (PREFEITURA, 2012).

<sup>26</sup> Abrigo Municipal para crianças em situação de risco social, cujo objetivo é acolher a população infanto-juvenil do município de Mesquita que esteja exposta a alguma situação de risco pessoal ou social. São atendidas crianças com idade entre 0 (zero) e 12 (doze) anos (PREFEITURA, 2012).

<sup>27</sup> Atendimento com habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, em parceria do município de Mesquita, através do cofinanciamento de um programa do governo federal denominado Rede de Serviços de Ação Continuada – RED SAC, com a entidade não governamental COCAP. Atualmente, em Mesquita, o convênio possibilita o atendimento de 136 (centro e trinta e seis) pessoas deficientes, com idade entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos (Prefeitura, 2012).

vezes se torna repetitiva e desgastante para a família, uma vez que ela precisa vivenciar a “trajetória” da violência intrafamiliar. Por esse motivo, o estabelecimento de procedimentos constantes de referência e contra-referência (Furniss, 1995) entre esses segmentos do SGD em muito poderia contribuir para a minimização desses danos secundários às famílias, às crianças e aos adolescentes.

Faleiros & Faleiros (2001) em seu estudo sobre o fluxo da rede de enfrentamento dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes não encontraram um único percurso dos casos, mas sim que o percurso por eles percorrido girava em torno de três caminhos, os quais eles designaram Fluxo da defesa de Direitos, Fluxo da responsabilização e Fluxo do atendimento, que se ocupavam da garantia da cidadania, do processo legal e da responsabilização do autor. Nesses fluxos os autores constataram que as relações se dão de forma contraditória, o que implica o poder dos atores da justiça e sua interação, ou seja, os entraves e as facilidades estão articulados às relações de poder, às concepções, aos dispositivos e a condições desiguais. Portanto, para além da garantia de interação supramencionada, ter em conta a qualidade dessas relações interinstitucionais consiste em fator igualmente importante para efetivação dos direitos das famílias atendidas.

Nas relações extrafamiliares com os setores privados, ou seja, aqueles que não possuem participação da gestão pública municipal, estadual e federal, identificamos poucos relatos nos documentos do CREAS, dos quais mais da metade não possuía registros. Nos documentos em que encontramos relatos, destacamos relações da família com igrejas, em sua maioria evangélicas, curso de informática e centros esportivos (futebol e natação). O que constatamos é que o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) não exerce uma funcionalidade efetiva na rede de proteção às famílias com histórico de violência intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes. Identificamos poucos registros que expressem intervenções em rede, principalmente quanto aos serviços privados, e um trabalho intersetorial com famílias que possuem histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, o que requer planos e ações no campo da coletividade devido à complexidade que os mesmos apresentam.

### 3.2.4

#### **Dinâmica familiar: a visualização da família no seu cotidiano**

Em relação à dinâmica familiar, buscamos identificar como as famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes se organizam dentro da vivência e do cotidiano familiar, os cuidados direcionados às essas crianças, quais cuidados elas recebem, as tarefas domésticas realizadas pelos integrantes da família, entre outros.

#### 3.2.4.1

##### **Chefia familiar: símbolo de poder e autoridade**

A função de “chefe de família” está coberta de símbolos que envolvem as relações de poder e autoridade dentro da vivência familiar. Não é necessariamente a pessoa mais velha ou o membro que gera maior renda financeira para a família quem exerce essa função. Esse papel, conforme já citamos, é exercido de acordo com a trajetória de poder e autoridade estabelecida, histórico e culturalmente, pela sociedade e também pela realidade vivenciada por cada família (Sarti, 2003).

Em uma família em que há vivência da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e o suposto agressor é o pai ou padrasto – e, por conta dessa realidade, este não convive mais com a família –, o papel de chefe de família é exercido por outra pessoa, que pode ser a mãe das crianças ou outro homem, mantendo, assim, uma dinâmica familiar baseada na relação de poder e autoridade masculina.

Verificamos nas famílias pesquisadas que a chefia familiar é exercida em alguns casos por homens, e em outros por mulheres, e a diferença entre ambos não se apresenta de forma significativa, chegando a terem quase as mesmas representações. Os homens chefes de família exercem as funções de pai, de padrasto, de cunhado ou de vizinho, e compreendem, tipicamente, as famílias

nucleares patriarcais (41%: casos 3, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 55). As mulheres, no caso das famílias nucleares monoparentais femininas e monoparentais femininas, que exercem o papel de chefe da família são, em sua maioria, as mães das crianças e dos adolescentes (40%: casos 1, 2, 5, 6, 8, 12, 16, 36, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54) e, em alguns casos, as avós (19%: casos 37, 38, 42, 50, 51).

Percebemos que nas famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita a posição de chefe de família é assumida tanto por homens quanto por mulheres, e que tal fato pode ser justificado na medida em que as famílias nucleares patriarcais, nucleares monoparentais femininas e monoparentais femininas têm quase a mesma representação na pesquisa.

Identificamos nas famílias analisadas que as transformações no campo da chefia familiar ocorrem somente em uma realidade em que a mulher ocupa essa posição sem a presença do homem, ou seja, nas famílias nucleares monoparentais femininas e monoparentais femininas. Nas famílias cuja composição inclui a figura masculina, a chefia familiar é exercida, nos casos estudados, por homens. Nessas famílias registramos alguns casos em que a mulher participa no orçamento doméstico e, nem por isso, ela exerce a função, ou partilha com o homem a chefia familiar. Tal situação nos remete ao que Szymanski (2003) afirma sobre a autoridade masculina na dinâmica familiar que, para a autora, contribui para a construção de relações baseadas na desigualdade em seu âmbito.

Percebemos que a chefia familiar das famílias estudadas está baseada em uma cultura que, para Szymanski (2002), valoriza o homem como o poderoso provedor da família, mesmo que ele não exerça uma função remunerada. Para a autora, a dificuldade para se alterar as crenças, os valores e os hábitos familiares originando mudanças na hierarquia dentro da família pode causar problemas no interior da vivência familiar, os quais precisam ser reconhecidos e compreendidos.

### 3.2.4.2

#### **Cuidados infantis e domésticos: o papel do homem e da mulher**

A dinâmica familiar atual, conforme ressalta Romanelli (2003), vem passando por mudanças que incluem também a redistribuição dos afazeres domésticos entre a esposa e o marido, sendo atribuído a este último também a execução de tarefas domiciliares.

Os cuidados domésticos e infantis no campo da família podem demandar responsabilidades e atribuições a todos ou a alguns membros a família, se não a um somente. Buscamos observar como as famílias com histórico de violência intrafamiliar se organizam dentro do campo familiar no que tange os cuidados direcionados às crianças e aos adolescentes, que incluem o auxílio nas atividades escolares, os cuidados pessoais (higiene, alimentação, vestuário) e cuidados gerais (saúde, lazer), e os cuidados domésticos que compreendem a organização do espaço domiciliar.

Esclarecemos que pretendíamos analisar cada aspecto separadamente; mas as poucas informações encontradas relacionadas ao assunto e à proximidade de dados fizeram com que os analisássemos de forma conjunta.

Destacamos os seguintes aspectos quanto aos cuidados infantis nas famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: a) as crianças e adolescentes recebem os cuidados exclusivamente das mulheres cujos vínculos relacionais basicamente são os de mãe, madrasta, irmã e avós; b) os cuidados domésticos e direcionadas à infância quando assumidos exclusivamente pelos homens ocorrem quando a mulher se encontra impossibilitada de exercer tais atividades, e nos casos analisados observamos que esses casos compreendem aqueles em as mulheres apresentam problemas de saúde; c) as mulheres, em sua maioria, quando impossibilitadas de cuidar das crianças e dos adolescentes e das tarefas domiciliares, por conta da inserção no mercado de trabalho, solicitam, formal (com vínculo empregatício) ou informalmente (diaristas), o auxílio de outras mulheres como passadeiras, “babás”, lavadeiras, faxineiras, entre outros, para realizarem as tarefas que elas não podem executar; d) quanto às atividades domésticas, percebemos que as mulheres não solicitam a intervenção do homem na execução dessas; mas quanto aos cuidados direcionados às crianças e aos adolescentes, há uma

negociação entre mãe e pai ou entre outros integrantes da família no desempenho das tarefas.

Quanto aos cuidados dos filhos, Araujo e Scalon (2003) afirmam que há mais concordância de mulheres e homens quanto à necessidade de um envolvimento masculino maior com os filhos, diferentemente das concepções acerca da divisão de tarefas domésticas.

Nas famílias atendidas no CREAS de Mesquita percebemos que a inserção dos homens nas tarefas domésticas ainda se apresenta com características que reforçam a dominação masculina, uma vez que não há registros da participação desses na execução das mesmas; porém registramos casos em que o homem auxilia nos cuidados com as crianças e os adolescentes, demonstrando que relações mais igualitárias e tradicionais têm sido mescladas (Araujo & Scalon, 2003) (casos 4, 13, 14, 15).

Os papéis sexuais e as obrigações entre os membros das famílias, de acordo com Sarti (2003), não são mais pré-estabelecidos. A divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e as questões de direitos e deveres na família, que antes eram pré-determinadas, hoje são objeto de negociações que possibilitam novas formas de divisão do trabalho doméstico.

Em conformidade com Sarti (2003), encontramos situações em que a mulher solicita a intervenção dos tios ou do avô das crianças quanto aos cuidados delas para, por exemplo, levá-las à escola (caso 12, 27). Percebemos que o envolvimento de pessoas que estão fora do âmbito familiar, mas que apresentam laços de consanguinidade, torna-se, em determinados casos, indispensável para o “funcionamento” da família, e que cabe à mulher articular-se e negociar com os possíveis parceiros a execução de tarefas que julgue necessárias.

Nas famílias nucleares monoparentais femininas são as mães e avós das crianças das famílias pesquisadas que assumem as tarefas domiciliares e os cuidados infantis. Essas, quando residem juntas, dividem as atribuições entre elas, sem contar com a participação masculina (Oliveira, 2011) (casos 21, 22, 37, 38, 42, 50, 51).

Percebemos que as famílias com histórico de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes recebem pouco apoio dos membros do sexo masculino quanto aos cuidados familiares e infantis. A responsabilidade na execução das

atividades domésticas fica a cargo das mulheres, sejam elas as mães, as avós ou as irmãs das crianças; sejam elas as faxineiras, as “babás” ou as empregadas domésticas. Quando o homem assume o papel de cuidado doméstico ou infantil, ele o faz quando a mulher se encontra impossibilitada por completo de fazê-lo.

As famílias pesquisadas, em sua maioria, apresentam traços que preservam a autoridade masculina sobre a mulher no que se refere aos cuidados domiciliares e infantis na dinâmica familiar. Nessas famílias, as mulheres, mesmo contribuindo para o orçamento familiar, são as responsáveis e as executoras das tarefas familiares, contando com o apoio de outras mulheres que compõe sua rede de relacionamento.

As negociações dentro do âmbito familiar, que para Bilac (2003) podem proporcionar diferenças de poder e desigualdade entre homens e mulheres, adultos e crianças, não são identificadas na vivência dessas famílias com histórico de violência intrafamiliar. Os acordos familiares quanto aos cuidados internos da família não foram identificados, e podemos concluir que tal situação se dá devido ao fato de a estrutura familiar estar baseada em relações que expressam a autoridade masculina sobre os demais integrantes da família, principalmente sobre a mulher e a criança. Dessa forma, não há alteração nas posições na estrutura familiar.

Identificamos que as crianças e adolescentes que vivem em estruturas familiares que apresentam tais características na dinâmica familiar podem ser reconhecidas como fardos, “pesos”, sem haver qualquer atitude que as remetam a posições de igualdade, em que as mesmas são reconhecidas como sujeitos de direitos.

#### **3.2.4.3**

#### **Participação familiar nos serviços de proteção especial – CREAS**

A participação da família nos serviços de proteção especial de média complexidade disponibilizada pelo CREAS de Mesquita foi analisada, e

procuramos identificar como os membros da família se organizam para acompanhar as crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar.

Observamos que a participação da mulher nas questões que envolvem a proteção da criança e do adolescente, incluindo o acompanhamento aos atendimentos no CREAS, foi representativa na maioria dos casos pesquisados. Destacamos os papéis de mãe, madrasta, avó, irmã, tia e vizinha no acompanhamento aos serviços do CREAS (casos 3, 5, 6, 8, 10, 12, 16, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55).

A participação da mãe e do pai, do pai e da madrasta, e do padrasto e da mãe das crianças e adolescentes também foi identificada na pesquisa, embora com menor frequência. Há, pelos registros encontrados, um revezamento em acompanhar a criança e o adolescente tanto nos serviços do CREAS quanto nos demais serviços do SGD, como o Conselho tutelar e a Vara da Infância e Juventude (casos 13, 14, 15, 44, 45).

Identificamos também situações em que o pai acompanhava as crianças e os adolescentes aos serviços do CREAS, e destacamos que, nesses casos, as mulheres encontravam-se impossibilitadas, por motivos de saúde, de acompanhar as crianças, ou elas eram as supostas agressoras (casos 4, 7, 35, 39).

Tais observações quanto ao acompanhamento aos serviços de proteção especial de média complexidade no CREAS direcionados às crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar e à participação da família nos remete às seguintes observações: a) a mulher tem maior representação no acompanhamento dos casos, seja conduzindo aos atendimentos no CREAS (Assistente Social, Psicóloga, Advogado, Educador Social), seja acompanhando aos demais serviços do SGD; b) os homens participam pouco de todo processo de proteção à criança e ao adolescente; c) as negociações parecem não ser estabelecidas na dinâmica familiar quanto ao acompanhamento aos serviços do CREAS.

Pode parecer que as conclusões a respeito da participação da mulher nas questões que envolvem a proteção e os cuidados das crianças e dos adolescentes vítimas de violência intrafamiliar caminham na direção das representações do senso comum, em que o afeto materno é reconhecido como vínculo naturalmente dado na reprodução biológica, fato que é debatido por



Romanelli (2003); porém, entendemos que as tarefas desempenhadas pela mulher são resultado da divisão sexual de atribuições e de cuidados, que ainda se manifestam nas famílias com histórico de violência intrafamiliar acompanhadas pelo CREAS de Mesquita.

Percebemos que a autoridade e o poder presentes na dinâmica familiar, e culturalmente representados pela figura masculina, podem contribuir para um afastamento relacional do homem para com os demais membros da família, principalmente as crianças, e, segundo Romanelli (2003), tal afastamento obscurece e coloca em segundo plano qualquer expressão de afetividade.

De forma diferente, a relação das crianças e adolescentes com as mães e com outras integrantes da família do sexo feminino – que no caso das famílias pesquisadas tiveram a maior representação tanto nos cuidados infantis dentro do âmbito familiar quanto nos cuidados fora dessa – apresenta-se mais próxima e presente, podendo proporcionar momentos de diálogo e reflexões quanto às questões cotidianas com as crianças. Convém esclarecer que, de acordo com Romanelli (2003), a afetividade materna não se traduz exclusivamente em manifestações positivas de carinho e afeto direcionadas aos filhos; contudo, entendemos que o fato de as mulheres e as crianças estarem no campo familiar na mesma posição de inferioridade, a aproximação delas torna-se mais concreta, gerando atitudes que, entre outras coisas, expressam cuidado e proteção infantil.

## 4

**Referências Bibliográficas**

ABRAPIA. **I Curso Introductório à Prevenção da Violência Doméstica**. Rio de Janeiro, 1995.

ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconclusivo em uma democracia não consolidada. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, n. 2, Jul/ Dez, 1995.

ALMEIDA, J. F. **A Bíblia da Mulher**: leitura devocional, estudo. São Paulo: 2009.

ALMEIDA, S. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALVES, J. C. S. **Baixada Fluminense**: a violência na construção do poder. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. Disponível em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br). Acesso em: 29 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórica – metodológica. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 8, p. 59 -82. set/dez. 2002.

ANDERSON, P. Balanço do Neo-liberalismo, In: SADER, E.; GENTILI, P (org.) **Pós-Neoliberalismo**, Ed. Paz e Terra, 1995.

ARANTES, E. M. de M. Rostos de crianças no Brasil. In: **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009.

ARAUJO, C.; SCALON, C. Percepções de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil, In: ARAUJO, C.; SCALON, C. (org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**, Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2003.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**, Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. (Org.). **Infância e Violência Doméstica**: fronteira do conhecimento. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.334.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. **Um cenário em (des)construção**. UNICEF : 2010. Disponível em: < <http://www.unicef.org/brasil/pt/cap.1.pdf>> Acesso em: 30 de set 2010.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. **Mania de bater – a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil.** São Paulo: Iglu, 2001.

BAPTISTA, S. da S. **O Serviço Social frente à questão da violência doméstica:** a realidade social revelada nas ações judiciais da vara de Infância, da Juventude e do idoso da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2005.

BARROS, N. V. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente.** Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2005.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Lições de aula.** São Paulo: Editora Ática, 1982.

BOURDIEU P.; WACQUANT L. J. D. **Réponses:** pour une anthropologie réflexive. Paris, Éditions du Seuil, 1992.

BRASIL. **Centro de Referência especializado de Assistência Social – CREAS:** guia de orientação, n. 1, Brasília: Ministério de desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social.** nº 8742, 07/12/1993.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha.** nº 11340, 7/08/2006b.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Idoso.** nº 10.741, 01/10/2003.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do Adolescente.** nº 8069 13/07/1990.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social,** Brasília, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome/Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

\_\_\_\_\_. **Violência intrafamiliar:** orientações para prática em serviço/ Secretaria de Políticas de Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde: Brasília Ministério da Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência.** Secretaria de Estado e Direitos Humanos: Brasília, Ministério da Justiça, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação. **Guia Escolar: Método para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação 2ª ed.. Brasília, 2004.

BROFENBRENNER, U. **Ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre, artes Médicas, 1996.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social In: \_\_\_\_\_. (org.). **A família contemporânea em Debate** – São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da mulher. p. 25-62. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira In: ARANTES, A. A. et al. **Colcha de retalhos – estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.

COSTA, L. A.; SOUZA, S. M. G. Infância e violência física intrafamiliar: as falas infantis In: **O Social em questão**, v. 11, n. 11, Rio de Janeiro: PUC-RJ, Departamento de Serviço Social, 2004.

DESLANDES, S. F. **Atenção a criança e adolescentes vítimas de violência doméstica**: análise de um serviço. Caderno de Saúde Pública, Ene, v.10, p. 177 – 187. 1994. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em 08/05/2011.

DONZELOT, J. **A política das famílias**. Rio de Janeiro. Graal: 1986.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. Dossiê Liberalismo\Neoliberalismo. **Revista da USP**, n. 17. São Paulo: USP, março\abril\maio,1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, v. I. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

FAHLBERG, V. **Textos básicos**. Coleção Verde. Série Publicação Interna. Nº 13, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica. 2001

FALCETO, O. G. As mudanças sociais e as transformações das funções parentais In: PRADO, L. C. (org.) **Famílias e terapeutas – Construindo caminhos**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

FALEIROS, E. T. S. Aspectos relevantes na definição de abuso sexual. In: OLIVEIRA, A. C. (org.). **Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. Rio de Janeiro, NOVA Pesquisa. 2004.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS E. T. S. (coord.) **Circuitos e curtos-circuitos:** atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo, Veras, 2001.

FARIAS, L. O. **Diagnóstico das condições sócio – econômicas e de Gestão Pública dos municípios da Baixada Fluminense.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Brasília – 2005

FERRINI, M. das G. C.; PELEGRINO, F. M. A trajetória da violência doméstica no município de Ribeirão Preto. **Revista Brasileira de Enfermagem**, maio/jun;57(3), Brasília: 2004.

FURNISS, T. **Abuso sexual de crianças:** uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, H. S. **Infância e Violência no Brasil.** Rio de Janeiro. NAU/FAPERJ, 2003.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar, In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIII, n.71, São Paulo: 2002.

GUERRA, V. N. de A. **Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa:** do silêncio à comunicação. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1995.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S. C. Reflexões sobre o trabalho social com famílias, In: ACOSTA, A. R., VITALE, M. A. F. (org.). **Famílias redes, laços e políticas públicas.** São Paulo, IEE – PUC SP, 2003.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (orgs.). **Política Social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. A Questão Social no Capitalismo In: **Temporalis.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. São Luís: ABEPSS, 2008. 3ª edição. p. 9-61.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (suplemento 1) Rio de Janeiro, p. 07-18, 1994.

MINAYO, M. C. S et al. **Fala, galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva/ABRASCO, v.4, n. 1.1999.

\_\_\_\_\_. Violência: um velho – novo desafio para a atenção à saúde. In: **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.29, n. 1, Rio de Janeiro, 2005.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MIOTO, R. C. Família e Serviço Social In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.55, ano XVIII, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais, Brasília, UNB, 2000.

MORGADO, R. **Abuso Sexual Incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, R. H. M. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sócio-demográfica e novas territorializações no contexto da urbanização brasileira**. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/comunic\\_sec\\_1\\_mob.pen.def.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/comunic_sec_1_mob.pen.def.pdf). Acesso em: 11 de jun 2012.

OLIVEIRA, A. C. **O educador no atendimento às vítimas de violência doméstica: um estudo junto a uma instituição de abrigo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 1998.

\_\_\_\_\_. Atuação em redes em casos de violência contra crianças e adolescentes: desafios no reordenamento institucional. In: OLIVEIRA, A.C; FERNANDES, N.C.B.B (org.) **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização**, Rio de Janeiro, Nova Pesquisa, 2007, p. 53-71.

\_\_\_\_\_. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, A. C.; SILVA, S. B.. Violência Doméstica como tema de estudo em Programa de Pós – Graduação no estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Katálises**. Florianópolis. v.11; n.2. p. 187 -194. jul/dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: 2002.

OZÓRIO, L. C. **Família hoje**, Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo**. In: BOSCHETTI, I. de, et. al. (org.). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. MIONE, A. S. (org.). São Paulo: Cortez, 2004.

PFEIFFER, L. Y. **Perfil epidemiológico da violência contra crianças e adolescentes na cidade de Curitiba**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná. Paraná: 2006.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2009.

PIRES, A. L. D. **Avaliação das notificações compulsórias de suspeita de maus – tratos contra crianças e adolescentes do município de São José do Rio Preto**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto . São Paulo: 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Mesquita**. Disponível em: <[http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1460&Itemid=513](http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1460&Itemid=513) Acesso em: 20/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Mesquita**. Disponível em: [http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1451&Itemid=414](http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1451&Itemid=414) Acesso em 19/05/2012

\_\_\_\_\_. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Mesquita**. Disponível em: [http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1459&Itemid=496](http://www.mesquita.rj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1459&Itemid=496). Acesso em: 19/05/2012.

RIZZINI, I. **O movimento da salvação da criança no Brasil**. Idéias e práticas correntes de Assistência Social à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. CONGRESSO BRASA III – Tennessee. USA: 2006.

\_\_\_\_\_. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, I. Crianças, Adolescentes e suas Bases Familiares: Tendências e Preocupações Globais. In: SOUSA, S. M. e RIZZINI, I. (Coords.). **Desenhos de Família. Criando os Filhos: A Família Goianiense e os Elos Parentais**. Goiânia: Cênone Editorial, 2001.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família In: CARVALHO, M. C. B. (org). **A família contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

ROSA, L. C. S. Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIII , nº 71, São Paulo: 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero**: lugar da práxis na construção da subjetividade. Revista Lutas Sociais, v.2, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, B. R. dos. **Guia Escolar**: Métodos para Identificação de sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SARMENTO, M. Estudo da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. In: **O Social em questão**, Ano. XX, n. 21 – Rio de Janeiro: PUC-RJ. Departamento de Serviço Social, 2009.

SARTI, C. **A família como espelho- um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. Família e individualidade: um problema moderno In: CARVALHO, M. C. B. (org). **A família contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SNAS. O CREAS no Sistema Único de Assistência Social. In: **Revista CREAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília. 2008.

SEBRAE. **Informações socioeconômicas do município de Mesquita**. Rio de Janeiro: 2010.

SOUZA, S. M. G. **O significado da infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra filhos**. Goiânia: Editora Universidade Católica de Goiás, 2001.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de família In: CARVALHO, M. C. B. (org). **A família contemporânea em Debate** – São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIII , nº 71, São Paulo: 2002.

TAVARES, M. H. de S. **Presenças marcantes**: violência e religião em programas sociais públicos. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2008.



VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abril/2002.

VIANNA, M. L. T. A nova política social: uma prática acima de qualquer suspeita teórica ?. In: **Praia Vermelha**, v.18, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XXIII, n. 71, São Paulo: 2002.

VOGEL, A. Do Estado ao estatuto. Proposta e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: **A arte de governar crianças**. RIZZINI, I. ; PILOTTI, F. (orgs.), São Paulo: Cortez, 2009.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, ano II, n. 3, Jan a jun de 2001. Brasília, ABEPSS.

## 5 Anexos

### 5.1 Anexo 1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE MESQUITA  
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

Ofício: 268 / 2011

Mesquita, 12 de Setembro de 2011.

DA: Secretária Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
Srª Márcia Regina Brandão

PARA: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio  
Prof.º: Antônio Carlos de Oliveira

Tendo em vista o exposto no OF. SER 100/2011 da presente instituição em voga, viemos por meio deste autorizar a pesquisa de campo da aluna: Elaine da Costa Feitosa Pinto, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Mesquita, cujo objeto de análise refere-se ao estudo de famílias com histórico de violência doméstica contra crianças e adolescentes, estando a mesma autorizada a realizar levantamento dos dados através das consultas das fichas sociais que estão inseridas nos arquivos do Serviço Social no CREAS de Mesquita.

Sem mais para o momento!

Atenciosamente!

Márcia Regina Brandão

Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho de Mesquita / RJ

Márcia Regina Brandão  
Secretária Municipal  
CNPJ nº 08.171.171

## 5.2

### Anexo 2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE MESQUITA  
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

PROGRAMA: \_\_\_\_\_

#### FICHA SOCIAL

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável:		
Data de Nascimento:	Idade:	Naturalidade:
Nº Identidade:	Data de Expedição / Órgão:	CPF:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Telefone de Contato:
Ponto de Referência:		

Sexo: F ( ) M ( ) Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo ( ) Solteiro  
 Situação Conjugal: \_\_\_\_\_

#### Relacionamento Familiar:


#### Situação Profissional:

Profissão: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Renda Mensal Familiar: Até um salário mínimo ( ) Um salário mínimo ( ) Dois salários mínimos ( )  
 Outros: \_\_\_\_\_

#### Análise da Situação Financeira:


### 5.3

#### Anexo 3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE MESQUITA  
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

#### Situação Habitacional:

Condição de Moradia: Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Agregada ( ) Ocupação ( ) Outros ( )

Quais? \_\_\_\_\_

Condição Habitacional: Alvenaria ( ) Madeira ( ) Estuque ( ) Outros ( )

Telhado: Telha ( ) Laje ( )

Número de Cômodos: \_\_\_\_\_ Banheiro: Sim ( ) Não ( )

Localização: Beira de rio ( ) Encosta ( ) Morro ( ) Outros ( )

Abastecimento de Água: CEDAE ( ) Poço ( ) Nascente ( )

Possui Filtro de Água: Sim ( ) Não ( )

Saneamento Básico: Rede de Esgoto - CEDAE ( ) Fossa ( ) Vala ( )

Energia Elétrica: Regular ( ) Irregular ( )

Destino do Lixo: Coleta Direta ( ) Coleta Indireta ( )

Inclusão em Programas Sociais: Sim ( ) Não ( )

Quais? \_\_\_\_\_

#### Situação Apresentada:


#### Parecer Técnico:


## 5.4

## Anexo 4

Composição Familiar	Nº 1 (irmãos)	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº5	Nº6
Idade – Sexo	1ano 3 anos Masculino		10 anos  Feminino	13 anos  Feminino	8 anos  Feminino	10 anos  Masculino
Tipo de violência	Negligência e Física		Sexual	Sexual e negligência – Violência contra mulher	Sexual	Psicológica - Violência contra Mulher
Vínculos Familiares	Mãe		Antes: Mãe. Atual: Irmã, cunhado, sobrinhos	Antes: Mãe, padrasto, irmãos. Atual: Pai	Antes:Mãe, padrasto Atual:Mãe	Antes: Mãe, pai Atual: Mãe
Tipo de Família	Nuclear Monoparental Feminina		Nuclear Patriarcal	Nuclear Monoparental Masculina	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Monoparental Feminina
Escolaridade dos membros	Não Informado		Ensino Médio	Não Informado-	Não Informado	Não Informado
Situação Ocupacional	Não Informado		Não Informado	Não Informado	Costureira	Merendeira
Renda Econômica	1 Salário Mínimo - Pensão por morte		3 Salários Mínimos	Não Informado	1 Salário Mínimo	1 Salário Mínimo – Pensão Alimentícia
Relações Familiares						
Vínculos com suposto agressor	Mãe		Mãe	Sexual: Policial Negligência: Mãe	Padrasto	Pai
Irmãos com genitores diferentes	Não		Não	3 irmãos	1 irmão	Não
Pais com histórico de outros relacionamentos	Sim		Não informado	Sim	Sim	Não
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado		Não informado	-	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	Não informado		Escola, CREAS	CREAS, CRAS	Escola, CREAS, Conselho Tutelar	Escola, CREAS
Relacionamento com suposto agressor	Bom		Não deseja ver a mãe. Sem relacionamento	Não há relacionamento	Eram amigos, brincavam. Relata medo de voltar para casa (agressor)	Bom relacionamento antes da violência
Dinâmica Familiar						
Chefe da família	Mãe		Cunhado	Pai	Mãe	Mãe
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe		Irmã	Pai	Mãe	Mãe
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Mãe		Irmã	Família mudou de residência logo no início do acompanhamento. Atualmente no CREAS Nova Iguaçu	Mãe	Mãe
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Avó paterna acusa mãe das crianças de violência física após esta se relacionar com novo parceiro. Pai das crianças é falecido		Mãe etilista e é acusada de ter “acariciado” menina. Suposta agressora é homossexual	Mãe e padrasto dependentes de substâncias psicoativas, mulher vítima de violência perpetrado por padrasto da criança. Fugiram após dívidas na localidade. Menina reside com pai após violência	Após violência mudaram de residência por medo do agressor (padrasto). Mãe relata se sentir culpada por não ter percebido violência.	Menino presenciava violência contra a mãe (pai). Está agressivo na escola.

<b>Composição Familiar</b>	Nº7	Nº8	Nº9	Nº10	Nº 11
Idade – Sexo	12 anos Feminino	9 anos Masculino	Não Informado Feminino	3 anos Masculino	12 anos Feminino
Tipo de violência	Sexual	Física	Física	Sexual	Sexual
Vínculos Familiares	Antes: Pai, mãe, tio, irmãos Atual: Pai, mãe, irmãos	Antes: Mãe, pai. Atual: Mãe	Não informado	Mãe , padrasto	Mãe, pai, irmãos
Tipo de Família	Nuclear Patriarcal	Nuclear Monoparental Feminina	Não Informado	Nuclear Reconstituída	Nuclear Patriarcal
Escolaridade dos membros	Ens. Médio e fundamental	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Ens. Fundamental, Baixa escolaridade
Situação Ocupacional	Vendedor - pai	Merendeira	Não informado	Não Informado	Barbeiro (pai), Vendedora (mãe)
Renda Econômica	2 Salários Mínimos	1 Salário Mínimo	Não Informado	1 Salário Mínimo	- 1 Salário Mínimo
<b>Relações Familiares</b>					
Vínculos com suposto agressor	Tio	Pai	Pai	Pai	Pai
Irmãos com genitores diferentes	Não	Não	Não informado	Não	Não
Pais com histórico de outros relacionamentos	Não	Não	Não informado	Sim	Não
Vínculos fora do ambiente familiar	Igreja evangélica	Não Informado	Não informado	Não Informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	Escola, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar	Escola, CREAS	Escola, Conselho tutelar	CREAS	CRAS, Escola
Relacionamento com suposto agressor	Agressor dava banho na adolescente e brincava.	Sente falta.	Relacionamento baseado na rigidez	Não Informado	Baseado na rigidez
<b>Dinâmica Familiar</b>					
Chefe da família	Pai	Mãe	Não Informado	Padrasto	Pai
Cuidados Infantis e Domésticos	Pai	Mãe	Não Informado	Mãe	Mãe
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Pai	Mãe	Família compareceu uma única vez ao CREAS. Não há registros de acompanhante	Mãe	Mãe
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Tio foi flagrado tendo relação sexual com adolescente. Mãe possui problemas mentais e vítima também.	Pai agrediu criança e após violência não se relaciona com família. Mãe é vista pela filha como chata, pois a obriga a realizar tarefas como estudar, etc.	Pai que é etilista agrediu filha.	Menino disse que pai mexeu no ânus e “doeu muito”. Pai não procura mais o filho após episódio.	Pai estava “em cima” da filha. Mãe não se posiciona quanto a proteção da criança

<b>Composição Familiar</b>	Nº12	Nº13 Nº14 Nº15 (irmãos)	Nº16	Nº17	Nº18
Idade – Sexo	4 anos Feminino	7 anos , 7 anos, 10 anos Feminino	8 anos Feminino	4 anos Masculino	11 anos Feminino
Tipo de violência	Sexual	Física	Sexual	Sexual	Sexual
Vínculos Familiares	Mãe	Mãe, pai, irmãos	Mãe, irmã	Não informado	Mãe, padrasto, irmão
Tipo de Família	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Patriarcal	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Patriarcal	Nuclear Reconstituída
Escolaridade dos membros	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Situação Ocupacional	Aux. Produção	Não informado	Não informado	Não informado	Feirante (mãe) Segurança (pai)
Renda Econômica	Não informado	Não informado	- 1 Salário Mínimo	Não informado	2 Salários Mínimos
<b>Relações Familiares</b>					
Vínculos com suposto agressor	Pai	Irmão	Sogro do pai	Não informado	Vizinho
Irmãos com genitores diferentes	Não	Não	Não	Não informado	Não informado
Pais com histórico de outros relacionamentos	Não	Não	Sim	Não informado	Sim
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Conselho Tutelar	Escola, CREAS, Conselho Tutelar	Escola, CREAS, Conselho Tutelar	Não informado	Escola
Relacionamento com suposto agressor	Antes da violência era bom. Atualmente não quer vê-lo	Ruim	Não informado	Não informado	Em troca de dinheiro, ia à casa do vizinho
<b>Dinâmica Familiar</b>					
Chefe da família	Mãe	Pai	Mãe	Não informado	Padrasto
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe, tio	Mãe, pai	Mãe	Não informado	Mãe
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Mãe	Mãe, pai	Mãe	Não informado	Mãe
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Menina ficava fins de semana com o pai (pais separados). Informa "toques na genitália"	Crianças se unem aos genitores. Antes da violência residiam em outro município. Irmão, acusado de ser o autor da violência. Este é dependente de subst. psicoativa	Sogro do pai (outro relacionamento) assediou menina. Após episódio pai não visita mais a filha.	Não encontramos registros do caso.	Menina se une a mãe e apresenta dificuldades de aprendizagem. Pai é omissor e agredia mãe e filhos. Não tem comparecido ao CREAS.

<b>Composição Familiar</b>	Nº19	Nº20	Nº21 Nº22 (irmãs)	Nº 23 Nº24 (irmãs)
Idade – Sexo	12 anos Feminino	17 anos Masculino	12 anos 14 anos Feminino	4 anos 5 anos Masculino
Tipo de violência	Sexual	Negligência	Exploração Sexual	Negligência
Vínculos Familiares	Antes: Padrasto, mãe, irmãos Atual: Mãe, irmãos	Avó, pai	Mãe, irmãs	Antes: Mãe Atual: Abrigadas
Tipo de Família	Nuclear Monoparental Feminino	Nuclear Reconstituída	Nuclear Monoparental Feminino	-
Escolaridade dos membros	Baixa Escolaridade	Não informado	Baixa Escolaridade	Baixa Escolaridade
Situação Ocupacional	Artesã	Não informado	Atividade Informal	-
Renda Econômica	1 Salário Mínimo	2 Salários Mínimos	1 Salário Mínimo	-
<b>Relações Familiares</b>				
Vínculos com suposto agressor	Padrasto	Pai	Exploração Sexual	Mãe
Irmãos com genitores diferentes	Sim (não encontramos quantos irmãos)	Não informado	Não	Não informado
Pais com histórico de outros relacionamentos	Sim	Não informado	Não	Não informado
Vínculos fora do ambiente familiar	Igreja	Não informado	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Conselho Tutelar, CRAS, Curso	CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Pro-Jovem Cidadão, Espaço Progredir (tratamento substância psicoativa)	CREAS, CRAS, Conselho Tutelar	CAC, CREAS, Conselho Tutelar
Relacionamento com suposto agressor	Padrasto demonstrava cuidado excessivo (ciúmes), não deixava menina sair de casa	Pai mesmo residindo com filho, é omissor. Adolescente usa substâncias psicoativa	Adolescentes negam exploração sexual. Denúncia anônima ao Conselho Tutelar	Mãe tentou “levar” crianças da CAC
<b>Dinâmica Familiar</b>				
Chefe da família	Mãe	Avó	Mãe	-
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe , menina	Avó, Tia	Mãe, irmãs	-
Suporte ao acompanhamento o ao CREAS	Mãe	Avó	Mãe	Anterior ao abrigamento mãe acompanhava crianças ao CREAS
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Padrasto acusado por irmã da menina que viu episódio de violência. Mudaram de residência. Menina “gostava”. Não faz aliança com a mãe. Após meses de afastamento do agressor e da violência, menina engravidou do namorado	Avó buscou auxílio no CREAS, pois relata estar cansada de resolver os “problemas” relacionados ao neto sozinho. Pai é omissor. Desconfia que adolescente esteja comercializando ilegalmente substâncias psicoativas.	Pai faleceu recentemente. Família numerosa – 9 irmãos. Negam violência. Caso acompanhado por várias instituições da rede municipal e outros (SGD).	Crianças já acompanhadas pelo CREAS foram deixadas na residência pela mãe que faz uso de substância psicoativa. Não ha registros de outros integrantes da família



<b>Composição Familiar</b>	Nº25	Nº26	Nº27	Nº28 Nº29 Nº30 Nº31 Nº32 Nº33 Nº34 (irmãos)
Idade – Sexo	12 anos Feminino	14 anos Feminino	3 anos Feminino	2, 4, 5, 8, 10, 11,14 anos. Feminino(3) Masculino(4)
Tipo de violência	Sexual	Exploração Sexual	Física	Negligência
Vínculos Familiares	Mãe, tio	Antes: Mãe, irmãos Atual: Vizinha	Antes: Mãe, pai; Atual: Avó, avô	Pai, Mãe (1 “abrigado” - R)
Tipo de Família	Nuclear Monoparental Feminina	Estendida	Nuclear Patriarcal	Nuclear Patriarcal
Escolaridade dos membros	Não informado	Não informado	Não informado	Baixa Escolaridade
Situação Ocupacional	Mãe: Faxineira	Não informado	Autônomo (Avô)z	Informal (catadores de lixo)
Renda Econômica	- 1 Salário Mínimo	2 Salários Mínimos ( Pensão por morte - vizinha)	2 Salários Mínimos	1 Salário Mínimo (Benefício de Prestação Continuada)
<b>Relações Familiares</b>				
Vínculos com suposto agressor	Desconhecido	Irmão e colegas	Pai, mãe	Pai, mãe
Irmãos com genitores diferentes	Não informado	Não informado	Não	Sim (R)
Pais com histórico de outros relacionamentos	Não informado	Não informado	Não	Sim
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	Escola, CREAS, Conselho Tutelar, Unidade de Saúde	CREAS,CRAS, Conselho Tutelar, Pro-Jovem Cidadão	CREAS, Conselho Tutelar	CREAS, CRAS, Unidade de Saúde, CAC.
Relacionamento com suposto agressor	Segundo relatos, há indícios de que não haja veracidade nos fatos. Autor não citado por adolescente	Mesmo não residindo mais com o agressor, adolescente o procura, bem como os demais agressores.	Atualmente pouco se vêem. Pais usam substâncias psicoativas	Pais demonstram afeto com filhos, menos com R.. Este não possui o pai vivo e segundo relatos “pega coisas” dentro da casa da família.
<b>Dinâmica Familiar</b>				
Chefe da família	Mãe	Vizinha	Avô	Pai
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe	Vizinha	Avó	Mãe, pai (quando mãe não está)
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Mãe	Vizinha	Avó	Mãe
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Adolescente diagnosticada com HIV. Informa violência sexual por desconhecido. Não compareceram mais aos atendimentos no CREAS. Poucos relatos do tio	Mãe com problemas mentais. Não há muitos registros sobre esta. Vizinha assistiu situações de violência e fez denúncia.	Pais acusados de violência física e negligência. São dependentes de substâncias psicoativas.	Pais, na medida do possível, demonstram cuidado para com os filhos. Mãe diagnosticada com HIV. R. é filho somente da mãe e padrasto não aceita que retorne para casa. Mãe demonstra cumplicidade com companheiro.

<b>Composição Familiar</b>	Nº35	Nº36	Nº37    Nº38 (irmãos)	Nº39
Idade – Sexo	9 anos Masculino	13 anos Feminino	4 anos   9 anos Feminino Masculino	11 anos Masculino
Tipo de violência	Física	Sexual	Física – Violência contra mulher	Física, Psicológica
Vínculos Familiares	Mãe, padrasto	Antes: Tio, tia; Atual: Irmãos	Antes: Mãe, pai Atual: Mãe, avó	Antes: Mãe Atual: Pai, madrastra
Tipo de Família	Nuclear Reconstituída	Nuclear Reconstituída	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Reconstituída.
Escolaridade dos membros	Ens. Fundamental	Não informado	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Situação Ocupacional	Não informado	Não informado	Avó: Faxineira	Motorista
Renda Econômica	2 Salários Mínimos (Pensão Alimentícia)	1 Salário Mínimo (Benefício de Prestação Continuada)	- 1 Salário Mínimo	2 Salários Mínimos
<b>Relações Familiares</b>				
Vínculos com suposto agressor	Mãe	Tio	Pai	Mãe
Irmãos com genitores diferentes	Não	Não	Não	Não
Pais com histórico de outros relacionamentos	Sim	Mãe falecida	Não	Sim
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado	Igreja Evangélica,	Não informado	Atividade Esportiva (judô)
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Conselho Tutelar, Escola	CREAS, Conselho Tutelar, COCAP,	Casa da Mulher, CREAS, Escola, Conselho Tutelar, Unidade de Saúde, CRAS.	CREAS, Escola, Conselho Tutelar
Relacionamento com suposto agressor	Demonstra rigidez. Deseja morar com pai	Adolescente Informa medo do tio. Não há mais vínculos.	Têm medo do pai. Após violência não mantém vínculo.	Rigidez. Pelos relatos encontrados, mãe desconta no filho frustração conjugal.(compara atitudes do filho com as do pai). Não deseja ver mãe
<b>Dinâmica Familiar</b>				
Chefe da família	Padrasto	Irmã	Avó	Pai
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe	Irmã	Mãe, avó	Madrastra
Suporte ao acompanhamento o ao CREAS	Pai	Irmã	Mãe	Pai, madrastra
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Pai quem procedeu com notificação. Criança deseja residir com pai.Situação da guarda tramita judicialmente	Criança sofria violência quando residia com os tios. Após episódio foi morar com irmãos, no total de nove. Mãe falecida.	Mãe foi agredida fisicamente (facadas) tendo ficado hospitalizada por cerca de 2 meses. Impossibilitada de exercer algumas atividades. Pai dependente etílico e subst. Psicoativas.	Mãe agrediu filho. Este ao passar final de semana com pai relatou os fatos. Pai fez notificação ao Conselho Tutelar. Reside com pai atualmente.

<b>Composição Familiar</b>	Nº 40	Nº41	Nº42	Nº43
Idade – Sexo	¿ Feminino	14 anos Feminino	4 anos Masculino	11 anos Masculino
Tipo de violência	Física	Sexual – Violência contra mulher	Sexual	Sexual
Vínculos Familiares	Mãe, pai	Antes: Mãe, avó, irmã, padrasto Atual : Mãe, avó, irmã.	Mãe ,avó (materna), tio, irmã, primas	Irmã, cunhado, sobrinha
Tipo de Família	Nuclear Patriarcal	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Monoparental Feminina	Estendida
Escolaridade dos membros	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Situação Ocupacional	Não informado	Avó: Funcionária Pública	Avó: Rodo-moça	Cunhado: Vendedor
Renda Econômica	Não informado	Não informado	2 Salários Mínimos	3 Salários Mínimos
<b>Relações Familiares</b>				
Vínculos com suposto agressor	Mãe	Padrasto	Tio	Cunhado
Irmãos com genitores diferentes	Não	Sim (1)	Não	Não
Pais com histórico de outros relacionamentos	Não	Sim	Não	Não
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado	Não informado	Não informado	Gosta de festas
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Escola, Conselho Tutelar	CREAS, Escola, Conselho Tutelar	CREAS, Conselho Tutelar	CREAS, Escola, COCAP (fonoaudiologia)
Relacionamento com suposto agressor	Rigidez	Medo, culpa	Não há registros suficientes. Tio é adolescente	Regular
<b>Dinâmica Familiar</b>				
Chefe da família	Pai	Mãe	Avó	Cunhado
Cuidados Infantis e Domésticos	Mãe	Mãe	Mãe, avó	Irmã
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Mãe	Mãe	Mãe, avó	Irmã
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Mãe agrediu filha fisicamente pois esta pegou dinheiro da carteira do pai sem autorização. Menina concorda com mãe e se une a esta.	Padrasto há cerca de um ano confessou violência e disse que situação não ocorreria mais, porém voltou a violentá-la além de agredir fisicamente a mãe. Pai se aproximou da filha após violência.	Avó paterna fez denúncia após menino verbalizar violência perpetrada por tio. Mãe não acredita. Não há relatos do pai. Avó paterna	Menino foi adotado “informalmente” pelos pais da irmã. Após falecimento dos pais irmã cuida do menino. Não há vínculos. Tentaram “aproximação” com genitora, sem sucesso. Cunhado acusado de ser o autor da violência

<b>Composição Familiar</b>	Nº44	Nº45	Nº46	Nº47	Nº48 Nº49 (irmãs)
Idade – Sexo	12 anos Feminina	10 anos Masculino	7 anos Feminino	10 anos Feminino	4 anos 5 anos Feminino
Tipo de violência	Física	Sexual	Sexual	Sexual	Físico
Vínculos Familiares	Pai, madrasta	Mãe, pai, irmã	Mãe, irmã	Mãe	Mãe, padrasto, avó (materna)
Tipo de Família	Nuclear Reconstituída	Nuclear Patriarcal	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Monoparental Feminina	Nuclear Reconstituída
Escolaridade dos membros	Não informado	Ens. Médio	Baixa Escolaridade	Não informado	Não informado
Situação Ocupacional	Não informado	Empresário (pai) Secretária da Empresa (mãe)	Lavadeira	Não informado	Vendedor (padrasto)
Renda Econômica	Não informado	5 Salários Mínimos	1 Salário Mínimo	Não informado	1 Salário Mínimo
<b>Relações Familiares</b>					
Vínculos com suposto agressor	Mãe	Tio	Padrinho da prima	Tio	Avó (paterna)
Irmãos com genitores diferentes	Não	Não	Não informado	Não informado	Não
Pais com histórico de outros relacionamentos	Sim	Não	Não	Não informado	Sim
Vínculos fora do ambiente familiar	Atividade Esportiva (capoeira), curso informática	Igreja	Não informado	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Conselho Tutelar	CREAS, Conselho Tutelar	CREAS, Conselho Tutelar, CRAS	CREAS, Conselho Tutelar	CREAS, Conselho Tutelar
Relacionamento com suposto agressor	Medo, revolta. Não há mais vínculos após violência	Medo. Tio mora com a avó. Não há mais vínculo	Não havia convivência. Não o vê	Pouca convivência.	Finais de semana ficava com avó.
<b>Dinâmica Familiar</b>					
Chefe da família	Pai	Pai	Mãe	Mãe	Padrasto
Cuidados Infantis e Domésticos	Madrasta	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe, avó
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Pai, madrasta	Mãe, pai	Mãe	Mãe	Mãe
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Mãe culpava filho pela separação conjugal. Após violência foi morar com pai.	Tio acusado de violência sexual contra sobrinho também é vítima de violência sexual.	Padrinho da prima “acariciou” menina quando esta foi visitar família.	Tio acariciou menina quando estavam no computador	Segundo relatos, avó paterna “se vingava” da ex-nora agredindo fisicamente os netos. Não há registros do pai.

<b>Composição Familiar</b>	Nº 50 Nº51 (irmãos)	Nº52 Nº53 Nº54 (irmãos)	Nº55
Idade – Sexo	12 anos 15 anos Masculino Feminino	6 anos, 8 anos, 16 anos Masculino	12 anos Feminino
Tipo de violência	Negligência	Negligência	Exploração Sexual, Física
Vínculos Familiares	Antes: Mãe Atual: Avó	Antes: Mãe Atual: Vizinha	Antes: Mãe Atual: Vizinha, vizinho, filhos dos vizinhos
Tipo de Família	Nuclear Monoparental Feminina	Estendida	Estendida
Escolaridade dos membros	Não informado	Não informado	Não informado
Situação Ocupacional	Não informado	Não informado	Faxineira (vizinha) Frentista (vizinho)
Renda Econômica	1 Salário Mínimo Pensão por morte (recebem auxílio financeiro da tia)	1 Salário Mínimo	Não informado
<b>Relações Familiares</b>			
Vínculos com suposto agressor	Não informado	Mãe	Exploração Sexual Mãe
Irmãos com genitores diferentes	Não informado	Sim (¿)	Não informado
Pais com histórico de outros relacionamentos	Não informado	Sim	Não informado
Vínculos fora do ambiente familiar	Não informado	Não informado	Não informado
Vínculos com rede de proteção à infância	CREAS, Conselho Tutelar, Escola	CREAS, Conselho Tutelar	Não informado
Relacionamento com suposto agressor	Não querem ver a mãe.	Não querem ver. Segundo relatos, relacionamento “ruim”	Raiva. Não deseja ver
<b>Dinâmica Familiar</b>			
Chefe da família	Avó	Vizinha	Vizinho
Cuidados Infantis e Domésticos	Avó, tia (plano de saúde, escola)	Vizinha	Vizinha
Suporte ao acompanhamento ao CREAS	Avó	Vizinha	Vizinha
Histórico Familiar e violência intrafamiliar	Não negligente quanto aos cuidados dos filhos. Deixa estes por longo tempo sozinhos na casa. Menina verbalizou situação para avó que procedeu com denúncia	Mãe negligenciava cuidados essenciais aos filhos. Esta apresenta “problemas mentais”. Vizinha fez denúncia. Sem relatos do pai	Mãe apresenta “problemas mentais” e explorava sexualmente filha. Vizinha fez denúncia. Adolescente infanticida. Sem relatos do pai.

Fonte: Prontuários das famílias com histórico de violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes acompanhadas pelo CREAS de Mesquita.